

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

HÉLIO TEODÓSIO DE MELO FILHO

**LEITURAS HISTÓRICAS ACERCA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA
IMPrensa DO RIO GRANDE DO NORTE (1877-1947)**

NATAL/RN
2019

HÉLIO TEODÓSIO DE MELO FILHO

**LEITURAS HISTÓRICAS ACERCA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA
IMPrensa DO RIO GRANDE DO NORTE (1877-1947)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Linha de Pesquisa: Políticas e Práxis em Educação Profissional

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Lenina Lopes Soares Silva

**NATAL/RN
2019**

Melo Filho, Hélio Teodósio de.

M5281 Leituras Históricas acerca de educação profissional na imprensa do Rio Grande do Norte / Hélio Teodósio de Melo Filho. – Natal, 2019.
117 f.

Dissertação (Mestrado em Educação Profissional) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. Natal, 2019.
Orientador (a): Dra. Lenina Lopes Soares Silva.

1. Educação profissional. 2. Imprensa potiguar. 3. Educação Potiguar – História. 4. Método Indiciário. I. Silva, Lenina Lopes Soares. II. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte. III. Título.

CDU 377

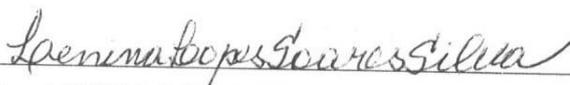
HÉLIO TEODÓSIO DE MELO FILHO

LEITURAS HISTÓRICAS ACERCA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA IMPRENSA DO RIO GRANDE DO NORTE (1877-1947)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional (PPGEP) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, em cumprimento às exigências legais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

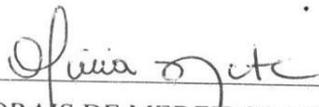
Examinadora: Dissertação apresentada e aprovada em 09/10/2019, pela seguinte Banca

BANCA EXAMINADORA



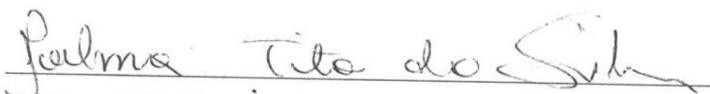
Prof.a. D.ra LENINA LOPES SOARES SILVA – Orientador

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte



Prof.a. D.ra OLÍVIA DE MORAIS DE MEDEIROS NETA-Membro Titular Interno

Universidade Federal do Rio Grande do Norte e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tencologia do Rio Grande do Norte



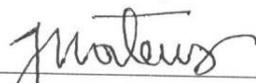
Prof.a. D.ra JOELMA TITO DA SILVA-Membro Titular Externo

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte



Prof.a. D.ra FRANCINAIDE DE LIMA SILVA NASCIMENTO-Membro Suplente Interno

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte



Prof. Dr JOSÉ MATEUS DO NASCIMENTO-Membro Suplente Externo

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por me conceder o dom da Vida, a minha família, em especial minha mãe, meu pai e meu irmão.

À Comunidade Evangélica de Manancial de Benção Planalto, ao curso de História da UFRN, por me dar apoio na trajetória do Mestrado, em especial ao Labim, que proporcionou as fontes para a elaboração desta dissertação.

Em especial agradeço, a minha avó Maria das Dores Lima do Santos e ao meu avó José Francisco dos Santos, que não foi um número de Caixão, nem um artigo acadêmico, mais sim uma pessoa leal que me amou, sempre teve respeito por mim, e que infelizmente não está mais presente, mais está num lugar melhor do que nós.

RESUMO

A pesquisa da qual se origina esta dissertação teve como objetivo geral analisar notícias veiculadas na imprensa potiguar, visando sistematizar leituras históricas sobre educação e educação profissional na imprensa do Rio Grande do Norte no período de 1877-1947. As fontes históricas analisadas foram cinco jornais o Macauense, o Brado Conservador, o Brado Federal, a República e a Ordem e uma Revista a do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, que mostram como foram abordadas as diferentes reformas educacionais e as mudanças das políticas públicas em relação à educação profissional no Brasil Império e no início da primeira República, na Era Vargas e na República Democrática. Nesse âmbito foi utilizado como aporte metodológico o método indiciário desenvolvido por Carlos Ginzburg como suporte para a leitura dos vestígios sobre Educação Profissional encontrados nas fontes. No total foram analisados 270 exemplares entre Jornais e Revistas, dos quais 28 foram utilizados nesta dissertação, 12 revistas e 16 periódicos. Desses 5 são do Jornal Macauense, 2 do Jornal a República, 5 do Jornal a Ordem e 4 do Jornal o Brado Conservador. As fontes mostram indícios de formação de grupos políticos específicos que se articulavam com a imprensa do Rio Grande do Norte no período e determinavam a condução das políticas para a Educação por meio de discussões sobre Educação caracterizando como Cívica, Intelectual, Moral, do Povo, Educação Profissional Agrícola, Educação dos Cegos e Educação da Mocidade. Por fim, essa pesquisa possibilitou compreender que leituras históricas e micro-história podem se articular com o campo de conhecimento da Educação Profissional, em especial com a História das políticas públicas educacionais. Como também, mostrou que as lacunas, anteriores a 1909, sobre a Educação Profissional no Rio Grande do Norte podem ser preenchidas com novas pesquisas e que a História da Educação Profissional pode ser relida em outras fontes como as fotografias.

Palavras-Chave: Educação Profissional; Imprensa Potiguar; História da Educação Potiguar; Método indiciário.

ABSTRACT

The research from which this dissertation originated had as its general objective to analyze news published in the Potiguar press, aiming to systematize historical readings about education and professional education in the press of Rio Grande do Norte from 1877-1947. The historical sources analyzed were five newspapers, the Macao, the Conservative Brado, the Federal Brado, the Republic and the Order, and a Magazine by the Historical and Geographic Institute of Rio Grande do Norte, which show how the different educational reforms and the changes were addressed. of public policies in relation to professional education in the Brazilian Empire and in the beginning of the first Republic, in the Vargas Era and in the Democratic Republic. In this context was used as methodological support the indicator method developed by Carlos Ginzburg as a support for reading the traces of Professional Education found in the sources. In total 270 copies were analyzed between Newspapers and Magazines, of which 28 were used in this dissertation, 12 magazines and 16 journals. Of these 5, they are from Jornal Macauense, 2 from Jornal a República, 5 from Jornal a Ordem and 4 from Jornal o Brado Conservador. The sources show evidence of the formation of specific political groups that articulated with the press of Rio Grande do Norte during the period and determined the conduct of policies for education through discussions on education characterized as Civic, Intellectual, Moral, People, Education. Agricultural Professional, Education of the Blind and Youth Education. Finally, this research made it possible to understand that historical readings and microhistory can be articulated with the field of knowledge of Vocational Education, especially with the history of educational public policies. It also showed that the gaps, prior to 1909, about Vocational Education in Rio Grande do Norte can be filled with new research and that the History of Vocational Education can be reread in other sources such as photographs.

Keywords: Professional education; Potiguar Press; Potiguar History of Education; Indicative method.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Jornal Brado Conservador- 1877	32
Figura 2- Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (1944-1947).....	33
Figura 3- Silêncios Históricos das Fontes	38
Figura 4- Fontes utilizadas na Pesquisa.....	39
Figura 5- Etapas da Pesquisa Indiciária.....	40
Figura 6- Jornal o Brado Conservador –1877- Educação Pública e o Modelo de Modernidade	66
Figura 7- Jornal o Brado Conservador - 1877- Educação Pública e a Imprensa Pedagógica.....	67
Figura 8- Jornal o Brado Conservador - 1877 – A Educação Literária da Mocidade da Cidade de Assú	69
Figura 9- Jornal o Brado Conservador - 1878 - Educação Relacionada às Honras Póstumas de Pedro Soares de Macedo	70
Figura 10:-Jornal Macauense - 1886	72
Figura 11- Jornal Macauense -1886	73
Figura 12- Jornal Macauense 1887.....	74
Figura 13- Jornal Macauense de 1888.....	75
Figura 14- Jornal Macauense de 1889	76
Figura 15- Jornal a República - 1903 – Educação Esportiva	79
Figura 16- Jornal a República –1896 – Educação e ensino de Cegos	80
Figura 17- Revista do IHGRN –1904 , , página 170- Educação Jesuítica no Brasil Colonial	82
Figura 18- Revistas do IHGRN –1906 , , página 358 – Análise da Obra do Padre Miguelinho.....	83
Figura 19- Revistas do IHGRN–1908, Educação da Mocidade.....	84
Figura 20- Revistas do IHGRN – 1911-1913– Educação da Mulher	86
Figura 21- Revistas do IHGRN – 1919, A falta de Educação do Povo.....	87
Figura 22- Revistas do IHGRN – 1919, A Educação Profissional como virtude, do Doutor Gonzaga.....	88
Figura 23- Revistas do IHGRN – 1920-1921, Higienismos na Educação	89
Figura 24- Revistas do IHGRN – 1922 , , Educação cívica	91
Figura 25- Revistas do IHGRN – 1923-1925, Educação relacionada ao problema das secas no sertão	93
Figura 26- Revistas do IHGRN – 1926 -História do Rio Grande do Norte e a Educação Militar.....	95.
Figura 27- Revistas do IHGRN – 1935-1940,– Ministério da Educação.....	96
Figura 28- Revistas do IHGRN – 1944-1947- Análise sobre a História da Educação Pública , em especial a Educação profissional na década de 1860.....	98
Figura 29- Jornal a Ordem –1936 – Votação sobre a gratuidade profissional	100
Figura 30- Jornal a Ordem –1936 – Fundo de Educação	101

Figura 31- Jornal A Ordem –1943 – Discussão sobre as dificuldades e avanços da Educação Profissional	103
Figura 32: Jornal a Ordem –1946, Discussão sobre o Ensino profissional agrícola	105
Figura 33: Jornal a Ordem –1947 – Políticas governamentais para a Educação Profissional	107

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Período Histórico das Fontes e Período Histórico da Pesquisa	16
Quadro 2	Produção do Conhecimento em Educação utilizando o Método Indiciário (2006-2017)	69
Quadro 3	Fontes e Achados da Pesquisa	77
Quadro 4	Total de termos relacionados à Educação Profissional, Educação, Ensino e Escola encontrados nas fontes	77
Quadro 5	Indícios sobre educação encontrados no Jornal O Brado Conservador (1877-1889)	80
Quadro 6	Indícios relacionados à educação presentes no Jornal O Macauense (1886-1889)	82
Quadro 7	Indícios relacionados à educação presentes no Jornal a República (1889-1930)	83
Quadro 8	Indícios relacionados à educação presentes na Revista do IHGRN (1903-1947)	85
Quadro 9	Indícios relacionados à educação presentes no Jornal A Ordem (1936--1947)	88

LISTA DE SIGLAS

BCZM	Biblioteca Central Zilá Mamede
BNDB	Biblioteca Nacional Digital do Brasil
EAA	Escola de Aprendizes Artífices
EP	Educação Profissional
LABIM	Laboratório de Imagens da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFOCS	Inspetoria Federal de Obras contra as Secas
IFRN	Instituto Federal de Educação Ciências e Tecnologia do Rio Grande do Norte
IHGRN	Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte
UDN	União Democrática Nacional
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
PPGEP	Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional
PSD	Partido Social Democrático
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PCB	Partido Comunista do Brasil
PRP	Partido Republicano Progressista
RN	Rio Grande do Norte
SEMURB	Secretária de Meio Ambiente e Urbanismo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA EM BUSCA DE INDÍCIOS SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA IMPRENSA POTIGUAR	21
2.1 O MÉTODO INDICIÁRIO E A MICRO HISTÓRIA	22
2.2 A IMPRENSA POTIGUAR COMO FONTE PARA A PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	27
2.3 A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO UTILIZANDO O MÉTODO INDICIÁRIO NO BRASIL	32
2.5 O PERCURSO DA PESQUISA	35
3 LEITURAS HISTÓRICAS ACERCA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA IMPRENSA DO RIO GRANDE DO NORTE (1877-1947)	39
3.1 O CONTEXTO ESTUDADO: 1877-1947 NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE E NO BRASIL	41
3.2 O JORNAL O BRADO CONSERVADOR (1877-1889) E O JORNAL O BRADO FEDERAL (1889-1890)	50
3.3 O MACAUENSE (1886-1889)	52
3.4 A REPÚBLICA (1889-1987)	54
3.5 A REVISTA DO IHGRN (1903-1953)	56
3.6 O JORNAL A ORDEM (1935-1953)	58
4 EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA IMPRENSA DO RIO GRANDE DO NORTE DE 1877 A 1947: LEITURAS HISTÓRICAS	60
4.1 LEITURAS HISTÓRICAS NO JORNAL O BRADO CONSERVADOR	60
4.2 LEITURAS HISTÓRICAS SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRADO FEDERAL	65
4.3 LEITURAS HISTÓRICAS NO JORNAL O MACAUENSE SOBRE EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	66
4.4 LEITURAS HISTÓRICAS ACERCA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO JORNAL A REPÚBLICA	72

4.5 LEITURAS HISTÓRICAS NAS EDIÇÕES DA REVISTA DO IHGRN SOBRE EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	76
4.6 LEITURAS HISTÓRICAS NO JORNAL A ORDEM	92
5 CONCLUSÃO	101
REFERÊNCIAS	103
APÊNDICE	113
ANEXOS	116

Já ficou registrado que o fim do Império e o início da República foi uma época caracterizada por grande movimentação de ideias.

José Murilo de Carvalho (1987, p. 42).

1 INTRODUÇÃO

O desejo de investigar a história da educação profissional no Rio Grande do Norte é a razão que move a temática problematizadora e o conteúdo que será expresso na dissertação ora iniciada, vinculada à Linha de Pesquisa: Políticas e Práxis em Educação Profissional, no Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (PPGEP).

Sendo assim, postula-se que essa será desenvolvida em cinco eixos de investigação que perpassam pela História da Educação Profissional, História da Imprensa, História da Cultura, História Regional e História da Leitura. Esses cinco eixos guiam a pesquisa e se articulam entre si dando suporte a três problemáticas centrais nessa dissertação:

- a) como a imprensa norte-rio-grandense de 1877 a 1947 noticiava fatos relacionados à educação e à educação profissional?
- b) em quais espaços dos jornais esses fatos eram noticiados?
- c) em que pensamento educacional sobre educação e trabalho a imprensa do Rio Grande do Norte se fundamentava de 1877 a 1947?

Então, para que essas questões fossem respondidas foi necessário buscar fundamentos e indícios que ajudassem a explicar os achados da pesquisa nas fontes selecionadas para o estudo.

No Período Imperial – 1822-1889 e início do Regime Republicano - 1889, no Brasil, as pessoas¹ em busca de informação acabavam por ter em mãos jornais e revistas com conteúdos explicitamente variados referentes à Educação, Política, Comércio, Poesia, Música, Guerra, Roubo, Morte, e ao Amor entre outros. Diante disso, nesse trabalho, utilizamos o Método Indiciário de Carlos Ginzburg (1989) para investigar como jornais do Rio Grande do Norte, editados na época em estudo, noticiavam fatos relacionados à educação, e em especial, à educação profissional tornando possível a sistematização de leituras históricas sobre o tema.

Nesse prisma de abordagem diversos aspectos caracterizaram a imprensa norte-rio-grandense de 1877 a 1947. Pode-se afirmar que essa foi responsável por oferecer vários relatos da História da Educação Potiguar, pois os jornais e as revistas publicavam matérias que repercutiam sobre a vida urbana e rural, principalmente quando a questão estava vinculada às

¹ Em relação a classificação dos Leitores, podemos ver os Leitores tradicionais e os Leitores populares, ler em Jean Hébrad (2004, p.32).

divergências relacionadas aos diversos tipos de educação formal que eram poucos, mas eram ofertados à época.

Esta pesquisa tem como proposição, que pode ser traduzida como finalidade, mostrar as percepções e visões da imprensa do Rio Grande do Norte de 1877-1947, em relação à educação profissional - entrelaçada com os fundamentos da educação que norteavam o discurso escrito divulgado sobre educação, educação para o trabalho e educação profissional.

Diante dessa proposição, a análise ocorrerá tendo como suporte os conteúdos jornalísticos que expressavam as políticas educacionais do período², nos quais transpareciam a instabilidade política do final do século XIX e início do século XX. Nessa sequência, os jornais e as revistas serviam e servem para mostrar uma visão de cidade, Estado e de sociedade específicos de cada período. Diante disso, os Jornais³ e Revistas explorados como fontes, situam-se em momentos e contextos históricos diferenciados, que vão desde o Contexto Imperial (1877-1889), Republicano (1889-1930), Ditatorial (1937-1945) e Democrático (1945-1947).

Tem-se como objetivo geral: Analisar as notícias veiculadas sobre políticas educacionais com ênfase na educação profissional, visando construir leituras históricas da imprensa do Rio Grande do Norte no período de 1877-1947 sobre educação e educação profissional.

E como objetivos específicos:

- a) Analisar notícias sobre políticas educacionais com ênfase na educação profissional, veiculadas em cinco jornais e uma Revista da imprensa do RN, visando compreender como são abordadas as diferentes reformas educacionais e as mudanças das políticas públicas em relação à educação profissional no Brasil Império e no início da República.

2 Entre elas o Decreto nº 7.247 de 19 de abril de 1879– que instituiu a reforma Carlos Leôncio de Carvalho no Brasil Império. E na Primeira República a Reforma Carlos Maximiliano (1915) que criou os exames de vestibular aos cursos superiores, a obrigação da conclusão do curso secundário para o ingresso nas faculdades. E já na Era Vargas a Reforma Francisco Campos que em 1931, compôs vários decretos que afetaram a legislação educacional e centralizaram para a administração federal os cursos superiores, o ensino secundário e o ensino comercial (ensino médio profissionalizante).

3 As inovações das técnicas de imprensa no século XIX, ver Tarquina (2005.p.38).

- c) Apontar por meio de leituras histórias em quais fundamentos se amparam as reformas políticas e o discurso jornalístico sobre essas no período em estudo.

Sendo assim, é imprescindível observar a legislação educacional expressa nos jornais, suas propagandas, divulgações e biografias publicadas, bem como o que perpassam os termos utilizados nos discursos que permitem o entendimento das influências e das dinâmicas da educação profissional no Rio Grande do Norte.

Salienta-se que entre as motivações demandantes desta pesquisa, circula nosso trabalho no Laboratório de Imagens (Labim) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), no qual trabalhei como bolsista. Esse foi criado em 2011 e está vinculado ao Departamento de História da UFRN. O Labim⁴ vem se especializando na captura de imagens de livros, jornais, mapas, fotografias e outros tipos de documentos históricos, relacionados à História do Rio Grande do Norte. Nesse Laboratório tive contato com diversos jornais, em especial: o Jornal A Ordem (1909-1953), os Jornais: A República (1889-1947), O Macauense (1886-1889), O Brado Conservador (1877-1889), e o Jornal o Brado Federal (1889-1890) e as revistas do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN) (1903-2012). Assim, postula-se que esses jornais e revistas servem para mostrar uma visão do Rio Grande do Norte no período de 1877-1947 sobre educação e educação profissional em específico. Como também, especificidades relacionadas ao Estado e à sociedade do período histórico das fontes e do período histórico da pesquisa, qual seja: de 1877-1947 (Quadro 01):

Quadro 1: Período Histórico das Fontes e Período Histórico da Pesquisa

PERÍODO HISTÓRICO DAS FONTES	PERÍODO HISTÓRICO DA PESQUISA
O Brado Conservador (1877-1889)	1877-1889
O Macauense (1886-1889)	1886-1889
A República (1889-1987)	1889-1947
A Ordem (1909-1953)	1935-1947
O Brado Federal (1889-1890)	1889-1890
Revistas do IHGRN (1903-2012)	1903-1947

Fonte: Elaboração própria (2019)

⁴ O Labim, através da Biblioteca Central Zila Mamede (BCZM) oferece a seus usuários, acesso digital a jornais de valor histórico e/ou memorial que fazem parte do seu acervo impresso. A disponibilização desse material em formato digital os torna ainda mais acessível à comunidade e é inteiramente livre, sem qualquer custo.

Quanto às justificativas para esta investigação considera-se que essa vem preencher uma lacuna na história da educação do Rio Grande do Norte, posto que essa não apresenta nenhum trabalho de modo específico acerca da história da educação profissional, no período delimitado para essa pesquisa, utilizando jornais como fontes. Dessa constatação, observa-se que segundo Moura: “O estudo da história das instituições educativas, da cultura escolar, do currículo, da arquitetura escolar, dos espaços ou da cultura material escolar de forma ampla nos remete a outros temas viáveis às pesquisas em história da educação profissional” (2016, p.111).

Sendo assim, para fundamentar a discussão dos resultados da pesquisa, foram selecionados, além daqueles que servirão para análise dos indícios da educação no período estudado, constantes na seção 1 que traz os fundamentos clássicos da educação, os trabalhos de: Luiz Fernandes (1998), *A imprensa periódica no Rio Grande do Norte de 1832 a 1908*; de Luiz Antônio Cunha (2000), *O ensino de Ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil Escravocrata*; de Carlo Ginzburg (1989), *Mitos emblemas e sinais: morfologia de história*; de Roger Chartier (1990), *A História Cultural entre práticas e representações*; de Itamar de Souza (1989), *A república Velha no Rio Grande do Norte (1889 - 1930)*; e de Dermeval Saviani (2007), *A História das ideias pedagógicas no Brasil*. Observa-se que outras referências foram alocadas no decorrer da pesquisa para subsidiar as discussões.

Quanto à metodologia e procedimentos, é o método indiciário de Carlos Ginzburg (1989) que ampara a coleta de indícios para a análise do que foi encontrado como resultados nas fontes, pois deu suporte à caracterização da investigação na imprensa do Rio Grande do Norte, desde sua constituição inicial, enfocando suas características e suas influências sobre as políticas educacionais, em especial, as políticas para a educação profissional.

Para situar o referido período a análise documental foi desenvolvida por meio de mapeamento e levantamento de notícias sobre educação nos jornais em busca de matérias sobre: Decretos Legislativos, Regimentos Internos das Escolas e Leis sobre a Organização do Ensino Profissional quando da localização de indícios a matéria foi lida na íntegra e foi extraído da fonte um excerto que serviu de ilustração para a discussão com os fundamentos. Observa-se que em algumas matérias não foi possível visualizar indícios que permitissem encontrar fundamentação plausível.

As fontes selecionadas para esta investigação estão disponibilizadas nos arquivos do IHGRN, no Arquivo Público do Estado, na Hemeroteca da Biblioteca Central Zila Mamede da

UFRN⁵, e em especial no Repositório do Labim da UFRN. Como as fontes estão em domínio público o acesso foi facilitado, o que também dispensa os pesquisadores de protocolos de pesquisa em Comitê de Ética em Pesquisa, por não se tratar de pesquisa com seres humanos.

Salienta-se que, os jornais são muito utilizados como fonte histórica, pois assim como afirma Pinsk (2005, p. 7): “nos Jornais como fontes históricas encontramos indícios sobre o objeto que os historiadores se apropriam por meio de abordagens específicas, métodos diferentes e técnicas variadas para tecerem seus discursos históricos”.

Diante dessa consideração, compreende-se que jornais e revistas como fontes históricas exercem grande influência em um determinado contexto, em relação aos seus interesses e a atuação junto ao seu público leitor. Assim, como qualquer fonte histórica, os jornais devem ser utilizados criticamente pelo historiador, para não correr o risco de se deixar levar pelo discurso do outro.

Nesse caso, ao se relacionar a história contida na imprensa para a constituição de leituras histórias da educação profissional considera-se ser de vital importância para se compreender as percepções do social na História Cultural, considerando-se o que afirma Chartier: “A história cultural tal como a entendemos, tem por principal objeto o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída e pensada. Nesse sentido a percepção social não são de forma alguma discursos neutros” (1990, p.16-17).

Logo, para o desenvolvimento dessa pesquisa mostra-se também um pouco do Estado do Rio Grande do Norte e da História de sua imprensa. Segundo Cascudo (1999, p. 320) no ano de 1832, “a imprensa norte-rio-grandense se instala junto com a instalação da primeira tipografia, comprada por José Fernandes Carrilho e Urbana Égide da Silva Costa de Albuquerque Gondim”. Esses dois empresários fundaram uma sociedade anônima, através da aquisição, no Recife, de uma máquina de tipografia e a contratação de um tipógrafo. Assim, segundo Cascudo (1999, p. 320): “Natal iniciava sua produção jornalística, com o jornal: O Natalense que tem o seu primeiro número publicado em dois de setembro de 1832”.

A partir de 1832, foram publicados no Rio Grande do Norte vários jornais e Revistas, como: O Macauense (1886-1889), o Brado Conservador (1877-1889), Gazeta de Natal de (1888-1890), a República (1889-1987), Tribunal Juvenil em 1890, o Santelmo (1892-1893), O Nortista de (1892-1895), o Thela em 1893, Oásis (1894-1895), Diário de Natal (1895-1913), o

5 A Hemeroteca da BCZM, insere-se em parceira com a Biblioteca Nacional Digital do Brasil. A BNDB - Oficialmente lançada em 2006, a BNDigital integra coleções que desde 2001 vinham sendo digitalizadas no contexto de exposições e de projetos temáticos, em parceria com instituições nacionais e internacionais.

Íris (1897-1898), A Ordem (1909-1953), A Imprensa (1914-1927), Tribuna do Norte (1950-2018), e a Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (1903-2012), entre outros⁶.

Assim, com o propósito de contribuir para o estudo da História da Educação Profissional no Brasil e no Rio Grande do Norte (RN), se buscou por meio da imprensa do RN sistematizar leituras históricas de diferentes políticas educacionais e mudanças dessas em relação à educação e a educação profissional no Brasil Império e no início da República. Dentre essas: as reformas Leôncio de Carvalho de 1879; a Reforma Benjamin Constant – 1890; a Reforma Epitácio Pessoa – 1901; a Reforma Rivadávia Correia – 1911; a Reforma Nilo Peçanha – 1909; a Reforma Carlos Maximiliano – 1915; a Reforma Rocha Vaz – 1925; a Reforma Francisco Campos – 1931; e a Reforma Capanema-1942, entre outras diversas reformas. Procurou-se, assim, entender através dos indícios, pelo método indiciário, a visão da sociabilidade intelectual jornalística do período em relação aos seus discursos referentes à educação profissional, em especial nas políticas de educação profissional que foram notícia no RN.

Para isso, nesta dissertação mostra-se a relevância da compreensão da leitura desses Jornais e Revistas, pois como afirma Chartier (1990, p.25): “o ato de ler é uma relação transparente entre o texto apresentado como uma abstração, reduzido ao seu conteúdo semântico, nesse sentido o leitor apropria-se do texto que é histórico e socialmente variável”.

Esse trabalho insere-se em estudos que analisam o poder da palavra na imprensa, ou seja, a palavra escrita nos jornais da imprensa do século XIX e XX, observando-se os aspectos relacionados à educação profissional, bem como o que as notícias expressavam desde a censura, até a propaganda.

Nessa perspectiva, a educação profissional definida como conceito-guia para esse trabalho é a formulada

como um processo de ensino e de aprendizagem direcionado à mediação do conhecimento indispensável para a realização de determinado trabalho ligado à produção de bens ou de serviços socialmente necessários. Este trabalho assume como perspectiva de Educação Profissional a dinâmica educativa dirigida à formação humana integral (FHI), no sentido de reconhecê-la como parte inseparável da concepção que introduz [...] em todos os campos em que se dá a preparação para a atividade laboral. (CIAVATTA, 2014, p.15).

Sendo assim, é possível considerar que os conceitos de educação profissional e educação e trabalho são constructos dinâmicos no processo de produção da vida humana e nas categorias

⁶Essas revistas estão digitalizadas e disponíveis no Labim/UFRN.

fundantes do conceito de educação profissional como educação para o trabalho ou que visa em última instância o trabalho como produção da vida humana. É com esse significado que se buscou fazer leituras históricas no sentido ensejado por Silva (2015, p.139) que ensina que “o que mais caracteriza uma leitura histórica, na medida em que o objetivo final não é compreender o texto limitando-se ao seu conteúdo, mas articulando-o ao que está fora dele”. Sendo assim, as leituras históricas nessa investigação estão para além daquilo que se encontra dado nas fontes como indícios, pois a análise se dará em um contexto fundamentado teoricamente.

Nesse contexto, é possível afirmar que os jornais do Rio Grande do Norte não tratavam somente dos problemas que envolviam as questões político-partidárias. Esses, conforme literatura já referenciada, eram responsáveis pela formação da opinião pública sobre as visões de educação. Eram também veículos integradores entre as visões dos governantes em relação à educação, à saúde e outros temas, e de igual modo, eram encarregados da difusão dos acontecimentos importantes que ocorriam não só na cidade e no Estado, mas em outros lugares do País.

As fontes já apresentadas possuem editores, público-alvo e histórias diversas, e foram publicadas em períodos históricos diferentes. Assim, o Jornal: A Ordem que é uma das fontes, segundo Melo: “[...] foi fundado por um grupo de estudantes do Atheneu Norte-Rio-Grandense, sendo fundado na avenida Rio Branco em Natal. Sendo sua primeira publicação em 1909. No decurso de sua história, a sua primeira comissão de redação mais apurada e foi implantada em 29 de agosto de 1911” (1987, p.186). Foi extinto em 1911, mas voltou a circular entre 1935 e 1953, dessa vez, vinculado à Congregação Católica Mariana de Moços, tendo saído de circulação em dezembro de 1953.

Reconhece-se que ocorreram mudanças significativas na nomenclatura das fontes selecionadas para essa pesquisa ao longo da História. Além de que o Jornal O Brado Conservador, também foi afetado por mudanças históricas, entre elas a Proclamação da República, que segundo:

A proclamação da República ocasionou a mudança do Jornal o Brado Conservador, para o Brado Federal publicado na Cidade de Açú interior do Rio Grande do Norte. Pois Luís Fernandes registra que este Jornal em 1890, dizendo ser o nome adotado pelo Brado Conservador, depois da Proclamação da República. Registra ainda o escritório e a redação à rua Casa Grande, n.º12. O primeiro número circulou no Dia 2 de abril de 1890 (MELO, 1987, p.17).

Já em relação ao Jornal O Macauense, que se insere no período histórico do Brado Conservador, compreende o período de 1886 a 1889. Foi publicado na cidade de Macau em um

período de três anos e proporcionou notícias sobre educação em todos os anos estudados. Todos os periódicos foram escritos pelo Redator do Jornal senhor Ellias Antônio de Ferreira Souto, que segundo Costa (2013, p. 96), “em 11 de fevereiro de 1889, o jornal O Macauense – fundado por Ellias Souto teve destacada participação na oposição a Pedro Velho e à oligarquia Maranhão”. Isso denota o envolvimento político do referido jornal.

Observa-se que leituras históricas sobre determinado período estão relacionadas diretamente as sociabilidades intelectuais, e os periódicos fazem parte dessas sociabilidades. Nesse sentido, os periódicos são lugares de sociabilidade intelectual, lugares de articulações de ideias e de pessoas que segundo Gomes (1999, p.58) “precisam de um suporte material e simbólico para fazer circular seus projetos”. Daí advém à necessidade de se constituir leituras históricas sobre educação profissional no RN com base nos fundamentos da educação no período estudado.

Desse modo, para melhor compreensão da pesquisa apresentamos a seguir a estrutura desta dissertação que está organizada em Introdução na qual é apresentada à temática, os objetivos e as justificativas, bem como a estrutura do texto; e três seções, quais sejam: a seção 1 que aborda os fundamentos para as leituras históricas da Educação Profissional na Imprensa do Rio Grande do Norte; já na seção 2 no qual evidencia-se o percurso metodológico da pesquisa, que sedimenta a investigação em bases científicas; a seção 3 o qual traz as leituras histórias supracitadas, analisadas conforme os fundamentos, conforme os indícios encontrados nos Jornais e Revistas utilizados como fontes. Por fim, traz-se as considerações finais.

Tem-se a expectativa que os resultados desta investigação colaboram para novas pesquisas em Educação Profissional no Rio Grande do Norte e no Brasil, por seu conteúdo e originalidade, e ainda por trazer vestígios referenciados para outras pesquisas.

2 O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA EM BUSCA DE INDÍCIOS SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA IMPRENSA POTIGUAR

Nessa seção aborda-se o percurso metodológico dessa dissertação, enfocando a primeiro plano o contexto histórico estudado, as fontes de pesquisa, o método a ser utilizado e uma justificativa que remete a importância da imprensa potiguar como fonte para a pesquisa em História da Educação Profissional, considerando-se a lacuna histórica acerca dessa temática no período em estudo (1877-1947).

Sendo assim, discute-se o indiciário⁷ nas pesquisas em história da educação, entendendo-as como partes de um campo que pode em específico compor o campo da história da educação profissional.

Nesse âmbito, o indiciário está presente em obras de pensadores consagrados como, Walter Benjamin⁸, Gilberto Freyre⁹, Giovanni Morelli, Fernand Braudel¹⁰, Robert Darton, Peter Burke e Carlo Ginzburg, que escreveram obras marcadas pelo apreço aos pormenores e à conciliação entre História e vestígios/indícios. A partir do indiciário busca-se demonstrar o percurso metodológico necessário para o entendimento dos principais interlocutores do Método Indiciário sistematizado por Carlo Ginzburg, para possibilitar a compreensão dessa investigação que se pauta em indícios para articular estudos que envolvem em certo sentido a História da Imprensa na elaboração da História da Educação Profissional.

Em relação à Historiografia da História da Educação Profissional no Brasil temos duas obras principais que serviram de base para esta dissertação, e para esta seção em especial, a primeira designada: Educação Profissional no Brasil, de Silvia Manfredi, publicada em 2002, e a segunda denominada: O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização, de Luiz Antônio Cunha, publicado no ano 2000.

Todavia, o enfoque é para a compreensão do método indiciário que se dará pela obra principal e que serviu de base para a sistematização da metodologia e dos procedimentos dessa pesquisa, qual seja: Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história, de Carlos Ginzburg (1989),

7 Ver definição de "Indiciário" com Moreira (2010.p.2) .

8 Walter Benjamin - 1892-1940 foi um sociólogo alemão, que escreveu grandes obras como A Obra de Arte na Era da Sua Reprodutibilidade Técnica (1936), Teses Sobre o Conceito de História (1940).

9 Gilberto Freyre - 1900-1987 foi um sociólogo, historiador e ensaísta brasileiro. Autor de "Casa Grande & Senzala" que é considerada, uma das obras mais representativa sobre a formação da sociedade brasileira. Disponível em https://www.ebiografia.com/gilberto_freyre/, Acesso em 07/07/2019.

10 Fernand Braudel - 1902-1985, foi um dos maiores historiadores da França, no século XX, Tendo escrito várias obras famosas, como "O Mediterrâneo - 1966", "Identidade da França - 1985", Braudel acreditava que a Sociologia era, ver definição (Braudel, 2005, p.99).

que além de explicar o método explica também a sua origem no método morelliano, bem como nas obras de ficção da literatura britânica do escritor Sir Arthur Conan Doyle.

2.1 O MÉTODO INDICIÁRIO E A MICRO-HISTÓRIA

Os percursores do método indiciário indicam como gênese a Historiografia italiana da década de 1970, e o método morelliano dos anos 1870. Nesse patamar, o método morelliano foi criado por Giovanni Morelli que nasceu na cidade Italiana de Verona em 1816. Ele foi um historiador da arte que entre 1874 e 1876, sob o pseudônimo Ivan Lermolieff, desenvolveu esse método de crítica à obras de arte. O método buscava identificar características de um estilo artístico através de uma análise médica e psicanalítica, pautado em uma perspectiva detetivesca minuciosa para conferir atenção aos detalhes¹¹.

O método morelliano é um método altamente específico, pois engloba estudos da criminalística, medicina, psicanálise, museologia, arte e História, Ginzburg (1989, p.143-144) afirma que “qualquer museu de arte estudado por Morelli adquire imediatamente o aspecto de museu criminal”.

Já a Historiografia italiana da década de 1970, teve como marco inicial a publicação da revista *Quaderni Storici*, na Itália. Foi nessa revista que os primeiros trabalhos com procedimentos da micro-história começaram a ser publicados. Essa revista contou com apoio de vários escritores como Edoardo Grendi¹², Carlo Poni¹³ e Giovanni Levi¹⁴.

O método indiciário além de ser bem específico se insere nos estudos da micro-história e recorre aos mesmos artifícios do detetive e do psicanalista que quer desvendar os vestígios e os traumas e acessar o inconsciente, ou seja, aquilo que não é percebido de forma apenas observacional, exigindo, portanto, reflexão para se tornar consciente. Para Ginzburg:

O método indiciário constitui o uso do indiciarismo como ferramenta de pesquisa. Ademais consideramos o paradigma indiciário como um conjunto de princípios e procedimentos teórico-metodológicos que orientam a elaboração do conhecimento a partir da investigação e análise dos indícios. Dentro dessa perspectiva, a pesquisa parte de indícios que indicam os vestígios da existência de algo a procurar. Por isso,

11Disponível em <https://www.britannica.com/biography/Giovanni-Morelli>. Acesso em 25/06/2019.

12Edoardo Grendi (1932) ensina História Moderna na Universidade de Gênova. Ele é membro do Diretório "Quaderni Storici" e escreveu sobre a história inglesa, antropologia econômica e história genovesa.

13Carlo Poni, (1927), professor aposentado de economia; nascido na Itália. Membro Honorário do Instituto Internacional de História Econômica.

14Disponível em <https://brasilecola.uol.com.br/historia/importancia-micro-historia-italiana.htm>. Acesso em 08/07/2019.

o pesquisador busca investigar os sinais em seu objeto de estudo. (GINZBURG, 1989, p.143-144).

A metodologia empregada nessa dissertação se baseia no método indiciário, pois busca nos Jornais e nas Revistas listados como fontes digitalizadas e disponíveis na *Internet*, indícios sobre a educação profissional do período em estudo.

Assim, vê-se que, estando as fontes disponíveis, contribuem para o estudo da história da educação profissional no Rio Grande do Norte. Nessa direção, esclarece que:

O estado da documentação reflete, é obvio o estado das relações de força entre as classes. Uma cultura quase exclusivamente oral como a das classes. Uma cultura quase exclusivamente oral como a das classes subalternas da Europa pré-industrial tende a não deixar pistas, ou então deixar pistas distorcidas (GINZBURG, 1987, p.189).

Nesse caso, a documentação listada como fonte traz muitas pistas específicas sobre a História da Educação que podem ser desvendadas pelo método indiciário, pois esse é um método detetivesco que teve em sua inspiração criadora, não apenas o método morelliano, mas as obras de Arthur Conan Doyle¹⁵ (1859-1903) e nas de Sigmund Freud¹⁶ (1856-1939).

É necessário atentar, que Ginzburg, também dialoga no método indiciário com as técnicas da micro-história italiana, relacionando-se como aporte teórico a historiografia italiana de Giovanni Levi e com a Historiografia francesa de Jacques Revel. Na visão de Levi:

As características compartilhadas pelos micro-historiadores seriam: a redução da escala; o debate sobre a racionalidade; o papel do particular (porém, relacionado com o social); a atenção prestada à recepção do relato; uma definição específica do contexto e, *last but not least*, a rejeição do relativismo cultural. Assim como Carlo Ginzburg empreendeu uma verdadeira cruzada contra as posições do ceticismo de Hayden White, da mesma forma Levi escolheu a Clifford Geertz como alvo para defender a história das agressões do relativismo (LEVI, 2000, p.21).

Dessa forma, Giovanni Levi e Carlos Ginzburg relacionam aspectos dos seus métodos à Historiografia Italiana, da década de 1970. Assim, a criação do método indiciário situa-se no contexto da Historiografia do século XX, em especial, na italiana.

15 foi um escritor e médico britânico, autor das histórias do imortal detetive Sherlock Holmes. Entre elas as Aventuras de Sherlock Holmes (1892) e A Volta de Sherlock Holmes (1905).

16 O crítico de arte, sobretudo aquele encarregado de averiguar a autenticidade de uma obra clássica, também opera por meios de indícios muito sutis, característicos de cada pintor, irrepetíveis de tão singulares. A psicanálise fundada por Freud também vai nessa linha, interpretando fragmentos de imagens oníricas (sonhos) que os pacientes relatam.

O método indiciário foi usado em duas obras principais: *O Queijo e Os Vermes* (1987) e *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história* (1989) escritas por Carlos Ginzburg. Essas duas obras contribuíram para a metodologia dessa dissertação, na medida em que proporcionaram um modelo para melhorar a análise dos vestígios em uma abordagem qualitativa, demonstrando assim, sua utilização para a pesquisa em História da Educação Profissional, especificamente na compreensão dos silêncios dos jornais e revistas, usados como fontes.

Em síntese o paradigma indiciário proposto por Ginzburg trabalha com aspectos ligados à compreensão intuitiva¹⁷, com o objetivo de captar aspectos do contexto histórico, e socioeconômico, retomando aspectos ligados à realidade e a reconstrução dos vestígios, até mesmo através dos silêncios históricos e da própria falta de documentação para re/compor a história de um tempo e momento histórico-social.

O estudo da história da educação profissional brasileira revela questões relacionadas a diversos temas como política educacional, história regional, condições de trabalho docente, história das instituições e movimentos sociais entre outros e reconhecidamente, esses não estão registrados na história da educação oficial por essa razão, a escolha do método indiciário foi importante para essa pesquisa pois traz para esse campo novas formas de reconstituição de uma história ainda cheia de lacunas.

Além disso, o indiciarismo propicia o entendimento das múltiplas sociabilidades históricas através dos vestígios por ele estudados. Como afirma:

Nesse caso, o pesquisador terá que lançar mão da conjugação razão e sensibilidade para que as fontes sejam ouvidas e arguidas com criatividade, inteligência e consistência, considerando os atos falhos, as metáforas, as metonímias, os deslocamentos na análise documental (RODRIGUES, 2006, p.6).

A utilização do método indiciário, que tem como base o método morelliano, considera vestígios e indícios deixados pelos sujeitos em gestos, crenças e silêncios em jornais e revistas como dados passíveis de análise em pesquisas de qualquer área do conhecimento, no caso dessa investigação, salienta-se a utilização para a compreensão e registro de políticas públicas que compõem a História da Educação Profissional no Brasil. Pimentel e Montenegro corroboram essa ideia ao concluírem que:

¹⁷O método intuitivo, conhecido como lições de coisas, foi concebido com o intuito de resolver o problema da ineficiência do ensino diante de sua inadequação às exigências sociais decorrentes da revolução industrial que se processara entre o final do século XVIII e meados do século XIX.

O método indiciário emerge, trazendo uma importante contribuição na medida em que desvela o não dito, o que não está revelado claramente, com as contradições, pausas e silêncios, lapsos, negações e repetições e com o relato da história da vida, buscando no passado explicações para o presente e, quem sabe, subsídios para projetar o futuro. Pelos indícios, é possível tentar entender atitudes, mudanças e mecanismos criados pelos sujeitos como forma de mediação com a realidade (PIMENTEL & MONTENEGRO, 2007, p.188).

No percurso da investigação em pauta buscou-se no passado vestígios registrados em jornais e revistas para conduzirem a compreensão dos mecanismos da sociedade vinculados à imprensa da época, na medida em que estes fornecem informações sobre a formação história e social da educação profissional no Estado do Rio Grande do Norte.

Para o entendimento do percurso metodológico empreendido nesta dissertação é necessário caminhar pelo espaço da pesquisa. O contexto e o espaço geográfico de delimitação dessa foi o Rio Grande do Norte, tendo como suporte os Jornais e as Revistas utilizadas como fontes.

Desse modo, a análise das fontes na composição da dinâmica historiográfica da dissertação tem como base a Micro-História¹⁸, pois a delimitação temática do estudo é bastante específica e enfoca o contexto histórico das políticas públicas voltadas para Educação Profissional, ao longo da História da Educação Profissional do Rio Grande do Norte de 1877 a 1947. Nesse sentido, Espada Lima colabora com essa compreensão ao afirmar:

Microstoria – ou “micro-história” como foi traduzida – tornou-se nos últimos anos, uma das etiquetas mais difundidas com que se tentou catalogar esse debate historiográfico. O termo passou a ser referência comum para designar qualquer trabalho envolvendo análises históricas circunscritas e, seguidamente, até como sinônimo para os estudos da chamada “nova história cultural”. Sua disseminação parece ter feito com que tomasse, muitas vezes, tantos sentidos que acabou por não recortar, senão apenas de modo muito ambíguo, uma perspectiva historiográfica particular (ESPADA LIMA, 2006, p.14, grifo no original).

A Micro-História nesse trabalho é utilizada para especificar o estudo em termos espaciais, inserindo os Jornais em cada contexto específico de sua produção, edição, escrita, e publicação, pois Espada Lima sugere que se atente para essa questão:

18 A Micro-História diferencia-se de Macro-História, e de Média-História. Nesse sentido, a Macro-História e Média História são a macro-história seria formada de fatos marcantes que alteram fortemente nossa maneira de sobrevivência no planeta, a média entraria em fenômenos intermediários de massa e esses são consequências dessa mudança.

Chamando a atenção para a necessidade de redução da escala de análise, para as discrepâncias e ambiguidades dos contextos estudados pelos historiadores – até a reproposição do papel dos agentes históricos individuais, e o esforço de pensar um paradigma para a história por meio do método “indiciário”. (ESPADA LIMA, 2006, p. 16).

A redução da escala da pesquisa, nesta dissertação visa mostrar os agentes sociais e estruturas do Estado que influenciaram as notícias sobre a Educação Profissional na Província do Rio Grande do Norte (1877-1889), e no Estado do RN – (1889-1947), posto que, como afirma Espada Lima (2006, p. 260), “a redução da escala de análise era considerada como uma operação que permitiria ao historiador colocar em relevo aspectos do problema estudado, que não seriam observáveis de outro modo”.

Dessa maneira, nesta dissertação o gênero Historiográfico da Micro-História¹⁹ serviu também para relacionar os achados com a uma metodologia qualitativa que enfoca as ações individuais e grupais dos editores, leitores e financiadores dos Jornais e Revistas utilizados como fontes, no sentido da afirmação de Martins (2004, p.292) que compreende que “as denominadas metodologias qualitativas privilegiam, de modo geral, da análise de micro processos, através do estudo das ações individuais e grupais”.

Portanto, as análises dos indícios dos Jornais, também leva em observância a distância de observação, nesse sentido, a distância de observação nessa investigação insere-se em um contexto temporal entre 130 (1889) e 72 (1947) anos de diferença, pois segundo Revel (2006.p.24, tradução nossa), “o procedimento de variação de distância de observação não significa somente aumentar ou diminuir as dimensões do objeto focado, mas modificar a forma e a trama”.

Desse modo, este trabalho leva em consideração as novas observações da Historiografia do final de década de 1970, em que a História dos Excluídos é abordada de forma a perceber a História como um movimento em que se combinam a continuidade e os momentos de ruptura, em diversos níveis sejam eles econômicos ou culturais.

Exemplifica-se com um fato vivenciado pelo autor desse trabalho ao cursar a disciplina: Os Excluídos do Brasil Republicano, no curso de História (Licenciatura) passei a compreender a História de uma forma diferente, principalmente quanto as questões referentes às classes sociais excluídas na Primeira República, como as mulheres, os operários, e os analfabetos.

19A Micro-História é diferente da Microfísica que é a parte da física que estuda os átomos e os elétrons. Já a Micro História como a Micro Física, diferenciam-se da obra “Microfísica do poder” (1978), de Michel Foucault , que aborda uma seleta de artigos, entrevistas e debates, em que o autor analisa questões relacionadas à medicina, à psiquiatria, à geografia, à economia.

Nesse ponto, grande parte da Historiografia tradicional, enfocou: “Os Homens como construtores da História”; como também afirma Perrot (2010, p.185) “o ofício do historiador é um ofício de homens que escrevem a história no masculino; os campos que abordam são os da ação e do poder masculinos, mesmo quando esses anexam novos territórios”; diante disso Perrot faz uma crítica a falta da investigação dos aspectos femininos nos estudos historiográficos. Sendo assim, na investigação se observou a participação das mulheres na publicação e nas falas dos Jornais como de vital importância, para evitar a exclusão dessas do processo Histórico.

2.2 A IMPRENSA POTIGUAR COMO FONTE PARA A PESQUISA EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A compreensão da imprensa como fonte, na História da Educação Profissional provoca reflexões sobre a importância da interdisciplinaridade em uma área específica abrangendo os tipos de História, quais sejam, a História da Comunicação, Regional, Urbana, Social, a Arquitetura entre outros, pois assim como afirma:

A imprensa é, provavelmente, o local que facilita um melhor conhecimento das realidades educativas, uma vez que aqui se manifestam, de um ou de outro modo, o conjunto dos problemas desta área. É difícil imaginar um meio mais útil para compreender as relações entre teoria e prática, entre os projetos e as realidades, entre a tradição e a inovação, [...]. São as características próprias da imprensa (a proximidades em relação ao acontecimento, o caráter fugaz e polêmico, a vontade de intervir na realidade) que lhe conferem este estatuto histórico e sociológico da educação e da pedagogia (NÓVOA, 2002, p. 31).

A imprensa potiguar fornece um estudo direto dos vestígios da história da educação profissional brasileira revelando questões relacionadas ao ensino e as diversas discussões sobre o tema em diversos setores da sociedade e instâncias desde o século XIX até o XX.

Esses vestígios refletem que no final do século XIX, o Brasil estava sendo afetado pelo fim do monopólio dos letrados, refletido diretamente pela Questão Religiosa – 1870²⁰, e pelas reformas educacionais como a Reforma Leôncio de Carvalho- 1879²¹. O fim do monopólio dos Letrados é caracterizado como uma ruptura cultural, pois como afirma Ginzburg (1987, p.25): “as rupturas gigantescas determinadas pelo fim do monopólio dos letrados sobre a cultura escrita e do monopólio dos clérigos sobre as questões religiosas haviam criado uma situação nova”.

20 Ver a definição de “Questão Religiosa” com Ferreira (1995, p.273).

21 Ver a definição do Decreto nº7.247 com Saviani (2007, p.136).

Certamente, a imprensa potiguar traz um novo contexto à população local letrada, na medida em que permite lhe conformar com a tradição oral e a se vincular a conjunturas políticas diversas, até mesmo às estatais e oligarcas. Para Ginzburg (1987.p.25): “a imprensa lhe permitiu confrontar os livros com a tradição oral em que havia crescido e lhe forneceu palavras para organizar um amontoado de ideias e fantasias que nele conviviam”.

Além disso, a imprensa fornece informações sobre a classe dos letrados do período estudado, mostrando os testemunhos e as ideologias de classes específicas sobre a política, a economia e a educação. Esses testemunhos, muitas vezes, podem ser observados nos vestígios deixados pelos redatores, financiadores, intelectuais e políticos citados nos Jornais e nas Revistas. Ginzburg (1989.p.9) corrobora essa assertiva ao afirmar que “a tentativa de acertar as contas com a tradição intelectual a ele ligada obrigou-me a refletir não só sobre o uso de testemunhos figurados como fonte histórica, mas também sobre a permanência de formas e fórmulas para além do contexto”.

A imprensa potiguar, em especial, os Jornais e Revistas utilizados como fontes nessa dissertação forneceram através do estudo metodológico de sua morfologia histórica, sua forma e configuração, bem como a aparência externa da matéria, seja ela em termos sociais, ou em termos históricos, proporcionando, dessa maneira, contribuições sobre a História da Educação Profissional no Rio Grande do Norte. Isso também tem apoio nas ideias de Ginzburg (1989, p.7) quanto “a relação entre “Morfologia” e “História”, parece-me o fio condutor (pelo menos parcial), de toda a série”.

No momento inicial da investigação se buscou o número de fontes disponíveis à pesquisa, e o estado desses como fontes. Observou-se, naquele momento que, a maioria das fontes estava disponível no Labim/UFRN, que captura imagens de livros, jornais, mapas, revistas, fotografias e outros tipos de documentos históricos, relacionados à História do RN, com o intuito de conservar e divulgar no meio acadêmico para pesquisas. Em sua maioria esses Jornais, da época imperial e republicana, expressam visões educativas através de opiniões de pessoas e de redatores, divulgação de leis referentes à instrução pública, como também à crítica ou aprovação de leis perante a opinião pública.

É importante lembrar que um dos guardadores físicos desse acervo de jornais e revistas é o IHGRN.²², que detém junto com a UFRN, o direito de guarda sobre esses documentos históricos para pesquisa.

Salienta-se que muitas informações são encontradas nesses periódicos sobre diversos temas, em especial, nos periódicos: A Ordem e o Brado Federal que forneciam informações sobre falecimentos, patrocinadores, intelectuais, políticos, profissionais liberais e proprietários de terra, além de notícias e escândalos policiais, textos de comédia, anúncios de remédios e loterias, comércio, e instrução pública.

É interessante observar que o jornal, A República se diferenciava dos demais meios da imprensa, pois fornecia informações oriundas do Estado. Enquanto órgão jornalístico governamental esse periódico publicava as novas leis, a consolidação das leis eleitorais, o resultado dos pleitos e as notícias internacionais vindas dos telégrafos.

Em resumo, fazer leituras históricas da Educação Profissional através da veiculação de fatos noticiados na imprensa do RN por meio de abordagens que tenham como guia o método indiciário, revela laços entre notícias do cotidiano e educação pública do período estudado, como afirmam Filho, Chamon e Rosa:

Já há muitos anos, diz-se que a pesquisa em história da educação passa por uma intensa renovação. Mesmo considerando a enorme fascinação do campo pedagógico pelo novo, logo produzido como positivo, no caso da história da educação, ao que tudo indica, a renovação tem significado um enriquecimento das abordagens teórico-metodológicas, uma ampliação das fontes, a diversificação dos objetos e a elaboração de perguntas inimagináveis há algumas décadas. No seu conjunto, tais procedimentos têm redimensionado o nosso campo de estudos (FARIA FILHO; CHAMON; ROSA, 2006, p. 7).

Nessa dissertação, a metodologia indiciária, visou contribuir para a compreensão da historiografia educacional, e a compreensão de novos objetos/históricos encontrados nos periódicos e nas revistas listados como fontes.

Em suma, nos jornais foram pesquisadas palavras-chaves referentes à educação profissional. Dentre essas palavras listamos: educação profissional, instrução pública, educação, escola, ofícios.

O primeiro jornal a ser pesquisado foi o Brado Conservador de 1877, editado na cidade de Assú/RN, a partir de 5 de janeiro de 1877, como mostra a Figura 1:

22 Uma das entidades culturais mais antigas do Rio Grande do Norte, fundado em Natal, no dia 29 de março de 1902. Abriga uma coleção museológica, documental e bibliográfica referente à história e cultura do Rio Grande do Norte. Também conhecido como "Casa da Memória".

Figura 1: Jornal Brado Conservador – Primeiro periódico analisado, 5 de janeiro de 1877

BRADO CONSERVADOR

FOLHA POLITICA, MORAL E NOTICIOSA.

ANUNCIOS	PHASES DA LUA	OBSERVAÇÕES
Publica-se uma vez por semana.	No corrente mez	As publicações de interesse particular serão feitas por ajuste. Para serem publicados escriptos que contemham responsabilidade faz-se preço que venham legalizados.
Pagamentodiantado	QUARTO MINGUANTE a 6 de 11 horas da manhã.	Todas as correspondências e reclamações deverão ser dirigidas ao escriptorio da redacção á rua, do Horas n.º 24 1.º andar.
Por anno 60000	NOVA a 14 de 10 horas da manhã	
Por semestre 30000	QUARTO CRESCENTE a 22 de 1 hora da tarde.	
Folha avulsa 200	CHINA a 29 de 5 horas da manhã.	
	DIAS SANTIFICADOS.	
	1 e 6	

ANO II
do Grande do Norte = Cidade do Assu, 5 de Janeiro de 1877
NUMERO 13

BRADO CONSERVADOR

ANUNCIOS

Entramos em novo anno e continuamos a occupar-nos da mesma tarefa, que fomos obrigados a receber de nossos leitores.

Si consultamos as dificuldades de arcar para manter a nossa publicação, jamais hesitamos em recorrer ao terreno jornalístico, para a qual devemos habilitar-nos.

Lembrado porém de que a perseverança e a constancia são as únicas virtudes que nos permitem vencer a impossibilidade de conseguir, não obstante a nossa vontade, a publicação de um jornal que aqui advogamos a causa do partido Conservador.

Contado então nos bons amigos e prestimos correligionarios, com cujo concurso deviamos contar para a realização de uma tarefa ardua e difficil, tomamos a resolução de manter a publicação, e de nos applicarmos ao nosso trabalho, a offensa que lhe fizemos; não guem deixa de saber defender-se, nem de saber contar em linguagem simples os acontecimentos que se dão em torno de si.

Anuncios emittiam a genor.

Avante, pois, com o nosso jornal, que os tará sempre prompto para os nossos amigos, não só desta como de qualquer outra localidade, onde careça bradar-se contra os abusos e violencias dos nossos adversarios.

Apesar dos apuros da epocha, e antes mesmo de se fazer sentir a dignidade de certos compadres do «Correio do Assu», já compramos um novo prelo, a fim de melhorarmos a impressão do nosso jornal, que já agora sahe em formato maior; pelo que esperamos que erasca o numero de assinaturas, o que elles não se recusam de concorrer para a sustentação de uma folha, que, quanto não prometta derramar do si as luzes instructivas de que carece a nossa sociedade, não se descurará todavia de receber-as das jornaes mais acreditadas do paiz para transmitir-las aos seus leitores.

Violencia e prevaricação

Acaba o Sr. dr. Wanderley de praticar

valor.

E para assim praticar o Sr. dr. Wanderley bastou uma simples petição do Sr. Felippe allegando ter seu domicilio na cidade de Macau, sem que ao menos mandasse dar vista ao respectivo curador para impugnar, querendo, a sobredita allegação, quando não ha muito que em questão identica sujeitou-se o mesmo Sr. Felippe ao furo desta cidade, onde foi constrangido a passar carta de liberdade ao escravo Jesuquin, de quem fura depositario o Sr. Pedro Soares de Araujo, e sobre o qual tambem se havia requerido arbitramento.

É que nesse tempo não tinha o Sr. Felippe o patronato escandaloso do juiz do direito da comarca, o Sr. dr. Maranhense da Cunha, que, já não achando por aqui com quem fazer suas importunas transações, sujeitou-se ás diarias do Sr. Felippe, que, movendo alem desta, uma outra acção redhibitoria do escravo, neste mesmo furo contra o Sr. esp. Pedro Soares de Macêdo, não pode prosccindir de um auxiliar tão poderoso.

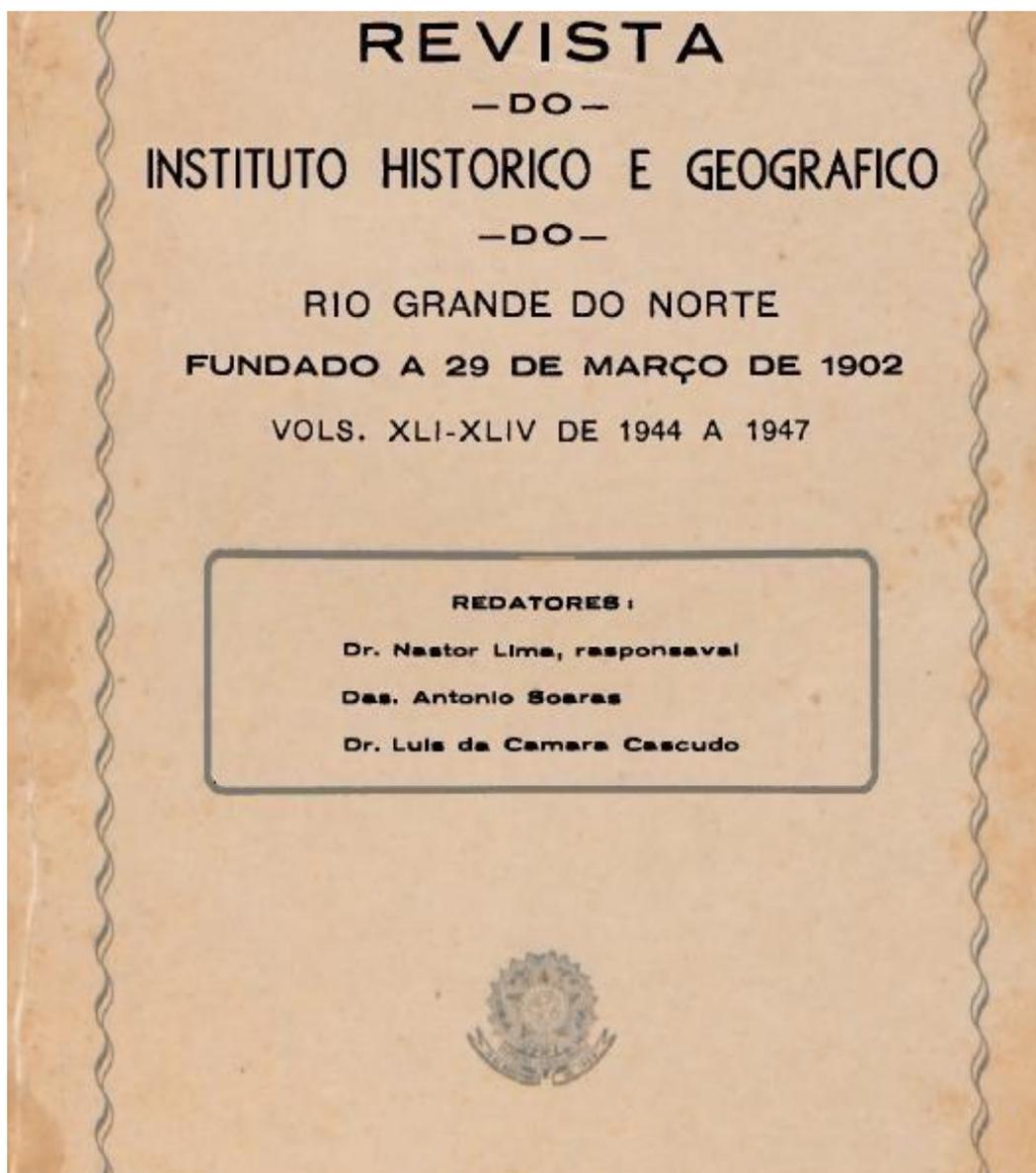
É de publica notoriedade que foi o Sr. dr. Maranhense quem aconselhou o Sr. Felippe para requerer o levantamento do deposito do escravinho Gregutão, e que foi ainda quem necessitou o dr. Wanderley, no sentido de satisfazer o requerente, com prejuizo da causa de liberdade, da qual aliás se diz o mesmo dr. Wanderley esforçado defensor.

Fonte: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Nesse contexto foram analisadas as edições desse jornal de todos os anos de 1877 a 1889, período de sua circulação.

Na revista do IHGRN a última edição a ser analisada foi a do triênio (1944-1947) como mostra a Figura 2:

Figura 2: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (1944-1947)



Fonte: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Ressalta-se que os Jornais e Revistas possuem semelhanças e diferenças e essas foram exploradas em busca de vestígios sobre a História da Educação Profissional no Rio Grande do Norte recorrendo-se ao aporte da hermenêutica literária necessária ou historiador indiciarista, conforme ensina Ginzburg (1989, p.8) quando afirma que: “a hermenêutica aplicada a textos literários e, mais especificamente, o gosto pelo detalhe revelador orientam profundamente meu trabalho, desenvolvido de maneira preponderante a partir de uma documentação de gênero totalmente diferente”.

Jornais e revistas têm apresentado ao longo da existência da imprensa diferentes formas nas sociedades humanas, variando de acordo com o período de publicação, a

disponibilidade de acesso e o contexto histórico, que é sempre caracterizado por rupturas ou continuidades. Como também por um frequente debate entre racionalismo e irracionalismo, presentes na opinião dos redatores dos periódicos, o que para Ginzburg (1989.p.7) demonstra que “a contraposição entre racionalismo e irracionalismo reaparece no início de “Sinais”, ensaio que pode ser lido como uma tentativa de justificar em termos históricos e gerais um modo de fazer pesquisas”. Sempre atentando para o método escolhido, essa pesquisa fez seu caminho em meio a sinais/indícios e vestígios encontrados nos jornais e revistas supracitados para encontro entre sentidos e significados que pudessem promover leituras históricas da educação profissional do Rio Grande do Norte como mostradas na seção 4.

2.3 A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO UTILIZANDO O MÉTODO INDICIÁRIO NO BRASIL

Com a finalidade de caracterizar os estudos em educação produzidos com base no método indiciário, foi realizada uma busca no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no mês de janeiro de 2019. Lá foram encontrados os trabalhos produzidos de 2006 a 2017 nos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* do Brasil. Na plataforma buscou-se por “Método indiciário” entre aspas duplas, e foram encontrados oitenta e cinco trabalhos. Entre estes, apenas sete, uma tese e seis dissertações, relacionam-se com a educação e a educação profissional, contribuindo de forma específica para esta pesquisa. No Quadro 2 são apresentadas as referências e os objetivos dessa produção:

Quadro 2: Produção do Conhecimento em Educação utilizando o Método Indiciário – 2006-2017

Nº	REFERÊNCIAS	OBJETIVO
01	SANTOS, Ana Luzia. Educação na Imprensa Católica: as representações do jornal A Defesa sobre a formação da juventude (1961-1969) . 200 f. Mestrado em Educação: UFSE, São Cristóvão Biblioteca Depositária: BICEN/UFS, 2006.	Investiga o conceito de formação da Juventude Católica entre 1961-1969.
02	SILVA, Maria Lúcia Marques Cruz. Revista Litteraria do Gabinete de Leitura de Maroim (1890-1891): subsídios para a história dos impressos em Sergipe. 190 f. Mestrado em educação: UFSE, São Cristóvão Biblioteca Depositária: BICEN/UFS, 2006.	Investiga o perfil dos autores mais presentes e a proposta pedagógica da Revista.
03	MAZÊO, Priscila Silva. O Missionário e intelectual da educação Robert Reid Kalley (1855-1876) . 103 f. Mestrado em Educação. UNIT, Aracaju Biblioteca Depositária: UNIT, 2012.	Verifica através do Método Indiciário a propagação do propagador de um modelo religioso e educacional no Século XIX
04	FERREIRA, Dirce Nazaré de Andrade. Poder e relações políticas na educação: o método lancasteriano no ensino público do Espírito Santo (1827 a 1860) . 287 f. Tese (Doutorado) Curso de Educação, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.	Investiga o Método Lancasteriano na educação pública do século XIX na Província do Espírito Santo.
05	MEDEIROS, Jerferson Joyly dos Santos. Nação, escrita e América Latina: Manoel Bomfim . 100 f. Mestrado em história. UFPE, Recife Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFPE, 2015.	Investiga a quebra do estereótipo sobre as relações da sociedade brasileira na historiografia da transição imperial-republicana.
06	ANDRADE, Suelayne Oliveira. Capitolino, um artista typographo e seu morrer: o jornal folha de Sergipe e os anúncios necrológicos (1886-1895) . 101 f. Mestrado em História: UFSE, São Cristóvão Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe, 2017.	Investiga práticas e representações diante da morte em Aracaju, entre os anos de 1886 a 1895.
07	SILVA, Karla Katielle Oliveira da. O Ensino profissional do Rio Grande do Norte: indícios da ação do estado de 1908 a 1957 . 85 f. Mestrado em Educação Profissional. IFRN. Natal, Biblioteca Depositária: IFRN, 2017.	Investiga dos indícios de ensino profissional no RN.

Fonte: Catálogo de Dissertações e Teses - 2019

A dissertação escrita por Ana Luzia Santos (2006) utiliza o método indiciário com o viés das representações educacionais, especialmente aquelas que tratam da formação da juventude, entre 1961 e 1969. Essa contribuiu com a investigação em curso na medida em que trouxe uma nova forma de análise através do método indiciário nos jornais de cunho clérigo. Na análise ela faz uma interligação entre vários conceitos de representação,

apropriação e materialidade de Roger Chartier e de civilização de Norbert Elias. A dissertação escrita por Maria Lúcia Marques Cruz e Silva (2006) utilizou o método indiciário na proporção em que investigou e descreveu a Revista Litteraria: Orgam do Gabinete de Leitura de Maroim, que circulou entre os anos de 1890 e 1891, para investigar o perfil dos autores mais presentes e a proposta pedagógica da Revista, partindo dos conceitos de apropriação, representação e materialidade de Roger Chartier.

A dissertação escrita por Priscila Silva Mazêo de Alcântara (2012) aborda o método indiciário, relacionando-o à investigação e análise das ações do missionário protestante Robert Reid Kalley, no Brasil, durante a segunda metade do século XIX. Ela traz a perspectiva da História Cultural e verifica de que maneira esse indivíduo foi propagador de um modelo religioso e educacional. Nesse contexto, o método indiciário foi utilizado pela abordagem dos vestígios da cultura, figuração, campo, representação e intelectual como categorias de análise.

A tese escrita por Dirce Nazaré de Andrade Ferreira (2015) aborda o método indiciário na pesquisa, na medida em que procura os vestígios históricos nas fontes sobre o Método Lancasteriano na educação pública do século XIX na Província do Espírito Santo. Também analisa a escolarização entre 1827 a 1871 para verificar a presença do Método Lancasteriano e suas estratégias.

A dissertação intitulada: Nação, escrita e América Latina: Manoel Bomfim, de Jerferson Joyly dos Santos Medeiros (2015), utilizou o método indiciário na medida em que pautou o conceito de representação de Roger Chartier e o paradigma de Thomas Kuhn relacionando-os com o método indiciário de Carlos Ginzburg. Como também realizou uma pesquisa sobre o pensamento histórico no âmbito cultural da obra América Latina: males de origem de Manoel Bomfim, trazendo como inovação a quebra do estereótipo sobre as relações da sociedade brasileira no final do século XIX e início do XX, contribuindo para o estudo mais aprofundado sobre a historiografia da transição imperial-republicana no Brasil.

A dissertação intitulada: Capitolino, um artista typographo e seu morrer: O Jornal Folha de Sergipe e os anúncios necrológicos (1886-1895), escrita por Suelayne Oliveira Andrade (2017) teve como objeto às práticas e representações diante da morte em Aracaju, entre os anos de 1886 a 1895 e utilizou o método indiciário na medida em que teve como base a interpretação dos vestígios que se revelam através da documentação.

A dissertação intitulada: O Ensino Profissional do Rio Grande do Norte: indícios da ação do estado de 1908 a 1957, escrita por Karla Katielle Oliveira da Silva (2017), utilizou o método indiciário em sua pesquisa para entender como se configurou o ensino profissional no

Rio Grande do Norte entre o período de 1908-1957, com vistas à investigação dos indícios de ensino profissional nos documentos e no domínio da história da educação profissional.

2.4 PERCURSO DA PESQUISA

Neste tópico são abordados os passos da pesquisa. O primeiro passo foi a delimitação do tema da dissertação no campo da História da Educação Profissional, sendo ainda mais específico, na História da Educação Profissional do Rio Grande do Norte.

O segundo passo foi a escolha da abordagem metodológica e qual método e fontes seriam utilizados, como também a demarcação de temporalidades das fontes, para a análise dos contextos e silêncios históricos abordados na dissertação como mostram as Figuras 3 e 4.

Durante o percurso observou-se silêncios históricos quando não foi encontrada documentação, ou fonte, para ser feita a pesquisa, ocorrendo lapsos nos períodos históricos. Embora, esses silêncios também expressem acontecimentos do período, como guerras, censura abandono, entre outros, no caso dessa investigação, estes silêncios se denotar em cinco fatores principais:

- a) Censura das oligarquias estaduais sobre os jornais e revistas do período;
- b) Censura na Era Vargas e destruição proposital;
- c) Abandono por parte do governo do Estado do Rio Grande do Norte, do acervo dos jornais históricos;
- d) Falta de digitalização e de manutenção de guarda das revistas históricas; e
- e) Proibição de acesso por parte da Tribuna do Norte que detêm os direitos autorais de parte dos acervos.

Figura 3: Silêncios Históricos das Fontes

**SILÊNCIOS HISTÓRICOS NA
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL**

Os silêncios históricos são causados por diversos fatores, desde a destruição, perda, ou abandono da documentação histórica. Assim, esse vínculo poderoso entre silêncio histórico e memória faz com que uma fonte histórica deva ser vista como peça-chave do patrimônio cultural de uma sociedade.



A Ordem 1935-1953

A ordem, em seu primeiro momento, foi criado em 1909, porém foi extinto em 1911; nesse contexto, sua recriação e feita pela congregação católica Mariana de Moços em 1935, deixando de entrar em circulação apenas em dezembro de 1953. Nesse sentido, a perda da documentação de 1909-1911, ocorre em virtude dos frequentes conflitos na República Velha, e do advento da Revolução de 1930, além da falta de conservação do Material.



A República - 1889-1987

Abandono e destruição do acervo presentes no arquivo público estadual do Rio Grande do Norte, perda parcial da documentação de 1917-1947.



Revista do IHGRN - 1903-2012

Documentação de 1927-1934 destruída em virtude, da má conservação, e de um condicionamento térmico

Fonte: Elaborada própria em 2019

O terceiro passo foi à investigação nas fontes e obtenção de informações sobre estas que estejam relacionadas à educação profissional no Rio Grande do Norte. Nesse sentido, Barros (2005, p.189), afirma que “o pesquisador logra estabelecer um planejamento decisivo para as etapas que terá que percorrer, toma consciência de sua pesquisa ao mesmo tempo em que a constrói, e a empreende em uma viagem singular que é a da busca do conhecimento.”

Por fim, foi feito o levantamento dos vestígios nas fontes apresentadas na Figura 4:

Figura 4: Fontes utilizadas na Pesquisa



O BRADO CONSERVADOR – 1877–1889
Fundado em 1877, era um Jornal, vinculado a elite interiorana da província do Rio Grande do Norte.

O MACAUENSE – 1886– 1889
Fundado na Cidade de Macau, em 1886, o Jornal o Macauense segundo Costa (2013.p.96), “Em 11 de fevereiro de 1889, o jornal o Macauense – fundado por Elias Souto, que teve destacada participação na oposição a Pedro Velho e à oligarquia Maranhão”.

A ORDEM – 1909–1953
A ordem foi fundado por um grupo de estudantes do Atheneu Norte-Rio-Grandense, sendo fundado na avenida Rio Branco em Natal. Sendo sua primeira publicação em 1909. No decurso de sua história, a sua primeira comissão de redação mais apurada foi implantada em 29 de agosto de 1911 (MELO.1987.p.186)

A REVISTA DO IHGRN – 1903–2012
O Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte é uma entidade civil, sem fins lucrativos, de caráter científico e educacional, sendo a mais antiga entidade privada cultural do Estado.

A REPÚBLICA – 1889–1987
jornal fundado por Pedro Velho em 1889, e tem como base a difusão das ideias e notícias da partido Republicano, e dos órgãos do governo do estado.

Fonte: Elaboração própria em 2019

Ressalta-se que o Brado Federal de 1890 foi analisado no âmbito da continuação do Brado Conservador, no período Republicano, e que as etapas da investigação através do método indiciário, em síntese, seguiram conforme apresentadas na Figura 5.

Figura 5: Etapas da Pesquisa Indiciária



Fonte: Elaboração própria em 2019

Por fim, salienta-se que na próxima seção são empreendidas as leituras históricas de acordo com os achados da pesquisa discutindo-as com a fundamentação teórica já explicitada na seção anterior, ilustradas com excertos extraídos das fontes onde os indícios foram localizados.

3 LEITURAS HISTÓRICAS ACERCA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA IMPRENSA DO RIO GRANDE DO NORTE (1877-1947)

Considera-se, neste trabalho, como leitura histórica a definição que a abarca como um tipo de interpretação que é caracterizada por Silva (2015, p.139) como aquela que vai além do conteúdo explícito no texto, pois “esse aspecto é o que mais caracteriza uma leitura histórica, na medida em que o objetivo final não é compreender o texto limitando-se ao seu conteúdo, mas articulando-o ao que está fora dele”.

A leitura histórica se relaciona com a História introduzindo nela níveis determinados de interpretação. Isso a faz associar-se, em parte, com alguns aspectos da Micro-História, na medida em que segundo:

A micro-história não rejeita portanto a história geral, mas introduz a ela, tomando o cuidado de distinguir os níveis de interpretação: o da situação vivida pelos atores, o das imagens e símbolos que eles acionam, conscientemente ou não, para se explicar e se justificar, o das condições históricas da existência dessas pessoas na época em que seus discursos e seus comportamentos foram observados (REVEL,1998, p. 45).

Nesse ângulo, pode-se compreender que a leitura histórica preza por uma leitura diferenciada dos documentos e fontes, mostrando suas peculiaridades, assim como a micro-história, e como afirma Revel (1998, p.48), “a Micro História se apoia no exame de rupturas, das incoerências e das incompreensões que surgem nos documentos, conferindo uma importância considerável às trocas verbais”.

Nesse patamar, as fontes citadas serão analisadas em articulação com os fundamentos da educação e da História da Educação Profissional, sob o viés de leitura crítica voltada para a análise de vestígios que revelem dados sobre a História da Educação Profissional no Estado do Rio Grande do Norte, de 1877 a 1947.

As leituras históricas realizadas nesses jornais e revistas e os indícios mostrados nos Quadros apresenta a necessidade de recorrência às fontes para uma nova leitura histórico-crítica. Diante disso, observa-se que Diehl (2004) afirma: “o fato de que a História propriamente dita seja uma construção ideológica significa que ela está sendo constantemente retrabalhada e reordenada por todos aqueles que em diferentes graus, são afetados pelas relações de poder em torno dela” (DIEHL, 2004, p.40). Freire (1978) aborda essa questão e diz que:

Não se esgota na decodificação pura da palavra escrita ou da linguagem escrita, mas que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo. A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente (FREIRE, 1978, p. 5).

Por certo, uma leitura histórica gira por vários ramos, da História como a História Intelectual, História das Ideias, História Social, pois segundo Prost (2008, p.50) “a História é uma prática tanto social, quanto científica, além disso, a história é o produto do trabalho dos historiadores”.

Em síntese, a leitura histórica engloba novos objetos, sejam eles escritos ou não, mais que podem expressar ideias e leituras de um período determinado. Assim como afirma Pinsky (2005): “Na amostragem, de novos objetos da História encontravam-se trabalhos sobre clima, o inconsciente, o mito, o cotidiano, as mentalidades, a língua: Linguística e Histórias, livro, jovens e crianças, saúde e doenças, opinião pública, cozinha, cinema, festa.” (PINSKY, 2005, p.15).

No caso da leitura histórica aplicada a essa dissertação, os objetos abordados são os periódicos e as revistas que tratam de temáticas sobre Educação Profissional. Sendo assim, a compreensão dessa leitura relacionada ao objeto passa também pelo entendimento da Teoria da Leitura²³.

Desse modo, em relação às análises das revistas e jornais no total de 247 Jornais e 23 revistas, dos quais 72 apresentam dados sobre Educação, como mostra o Quadro 3.

Quadro 3: Fontes e Achados da Pesquisa

JORNAIS E REVISTAS ANALISADOS	TOTAL	APRESENTAM INDÍCIOS SOBRE EDUCAÇÃO	NÃO APRESENTAM INDÍCIOS SOBRE EDUCAÇÃO
O Brado Conservador - 1877-1889	48	14	34
O Brado Federal - 1889-1890	2	0	2
O Macauense - 1886-1889	30	5	25
A República - 1889-1987	53	25	28
A Ordem -1935-1953	114	16	98
Revista do IHGRN	23	12	11
Total	270	72	198

Fonte: Elaboração própria em 2019

²³Teoria da Leitura é um conjunto de conhecimentos sistematizados sobre a natureza do processo de leitura em geral; que compreende a natureza, operações e necessidades de leitura específicas.

Os dados encontrados nas fontes oriundas da imprensa do Rio Grande do Norte do período em estudo como mostra o Quadro 03 trazem 72 indícios referentes à Educação, porém, nesta dissertação serão analisados apenas 28, pois muitas dos periódicos apresentam repetições temáticas.

É necessário observar também que dos 72 indícios apenas 10 trazem Educação Profissional como termo, os demais tratam de termos como educação, ensino e escola, como mostrado no Quadro 4.

Quadro 4: Total de termos relacionados à Educação Profissional, Educação, Ensino e Escola encontrados nas fontes

JORNAIS	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	EDUCAÇÃO, ENSINO, ESCOLA
O Brado Conservador	0	13
O Brado Federal	0	4
O Macauense	0	5
A República	0	24
A Ordem	8	10
Revista IHGRN	2	10
Total	10	62

Fonte: Elaboração própria em 2019

Em síntese, nesta seção são abordadas as discussões com as fontes e a análise dos indícios encontrados para a composição das leituras históricas sobre educação profissional no período em estudo.

3.1 O CONTEXTO ESTUDADO: 1877-1947 NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE E NO BRASIL

Esta dissertação tem como marco cronológico inicial o ano de 1887, início da publicação do periódico o Brado Conservador. E como marco de encerramento o ano de 1947, com o penúltimo trienal da década de 1940, da Revista do IHGRN²⁴.

²⁴ Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande é a mais antiga instituição cultural do Rio Grande do Norte. Em seu acervo, documentos, biblioteca e museu, e atende a estudantes e pesquisadores. Em 1903, passou a publicar a Revista do IHGRN, com textos relativos à história, geografia, genealogia e cultura do Rio Grande do Norte. Além disso, edita plaquetas, catálogos e edições especiais.

Em razão disso, a delimitação inicial dessa pesquisa no ano de 1877, se dá por diversos fatores, entre eles de mudança político-social como as mudanças no quadro social do Nordeste, e mudanças no quadro intelectual como a ascensão da geração de 1870, que segundo:

A década de 1870 foi um dos momentos de mudança social e de crise da coalisão política que sustentava o Segundo Reinado. Ainda assim, a geração de 1870 buscou subsídios para construir a crítica às instituições e valores do Segundo Reinado e propor programas de reforma alimentando-se dessa tradição político-intelectual brasileira. (NETO, 2009, p.79).

A primeira fonte analisada é o *Brado Conservador* que tem sua primeira edição em 1877, no contexto da geração de 1870. Dessa forma, a delimitação temporal dessa dissertação rodeia o entorno da Idade Contemporânea iniciada em 1789²⁵ no período Histórico de 1877-1947; como também, está inserida pós-revolução francesa, ou seja, nessa lógica a opinião pública no século XIX, difere em vários aspectos da opinião do século XVIII como aponta Martins (2008, p. 33), “a opinião pública não era apenas uma palavra, pois consistia em um “instrumento simbólico”, usado para respaldar as ações políticas no mundo “pós-absolutista”.

Em primeiro lugar, o contexto histórico estudado compreende quatro períodos específicos da História do Brasil, em primeiro lugar o Segundo Reinado 1840-1889, neste período abordar-se apenas os anos de 1877 a 1889, em segundo lugar a Primeira República de 1889 a 1930, e em terceiro a Era Vargas²⁶ de 1930 a 1945, e em quarto apenas os anos de 1945-1947 considerados anos de República Democrática no País.

Nesse ângulo, o método indiciário aplicado nesta investigação visa analisar o discurso sobre educação profissional presente em: o *Brado Conservador* 1877-1882, o *Brado Federal* 1889-1890, a *República* de 1889-1987, a *Ordem* de 1935-1952, O *Macauense* de 1886-1889, e a *Revista do IHGRN* – 1903-2012²⁷. Essas fontes expressam os lugares sociais e políticos na produção do discurso jornalístico, em conformidade com o pensamento de Sodré (1999, p.276), para o qual: “o traço burguês da imprensa é facilmente perceptível, aliás, nas campanhas políticas, quando acompanha as correntes mais avançadas, e em particular nos episódios mais críticos, os das sucessões.”

Para a compreensão dos lugares sociais da produção jornalística e do contexto educacional do Brasil no final do século XIX e no início do século XX, para acessar partes da

25 Os períodos Históricos com base na Cronologia Francesa – Idade Antiga 3000.a.c- 476.d.c, Idade Média 476.d.c – 1453.d.c, Idade Moderna – 1453.d.c- 1789.d.c, Idade Contemporânea – 1789.d.c até a atualidade.

26 Ver o golpe de 3 de Novembro de 1930, em (Sodré, 1999, p.373).

27 O período de 1903-2012 é período total de publicação da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte*. Porém o período abordado por essa dissertação para a análise das revistas é de 1903-1947.

História da Educação Profissional no País e no RN, demanda observar que nesse período ocorreu o início de um debate significativo em relação à Educação Profissional. Assim, é preciso observar que esses debates²⁸ eram promovidos por Instituições específicas²⁹, e por intelectuais potiguares³⁰, que atuavam nos meios impressos para a divulgação de seus ideais.

Tem-se que considerar também que a trajetória da educação brasileira, no século XIX marca o início do processo de mudança intelectual e social no Brasil com a escolarização e com a instituição dos liceus, das faculdades de Medicina e de Direito, além de um crescente número de reformas, decretos e políticas voltadas para a instrução da população.

O contexto do Rio Grande do Norte, no segundo reinado, é caracterizado por vários fatores, dentre eles a interiorização da província; e nesse momento a ocupação das regiões não habitadas da província se intensifica. Como também a diminuição da arrecadação tributária, ocasionando problemas de falta de incentivo à educação, assim como afirma Santos:

O fim da Guerra da Secessão, nos Estados Unidos, refletiu negativamente na exportação do algodão norte-rio-grandense, que caiu de preço, o que fez declinar sensivelmente a receita da província. Em relatório de outubro de 1872, o presidente do Rio Grande do Norte, Henrique Pereira de Lucena, indica ter sido a baixa do preço do algodão e a liquidação da Casa Comercial de Fabrício & Companhia, em Guarapes, como os responsáveis pela queda da arrecadação (SANTOS, 1994, p. 95).

Ademais, o segundo reinado no Rio Grande do Norte foi caracterizado por uma eclosão de conflitos localizados, como a Revolta dos Quebra Quilos (1874-1875)³¹ e o Motim das Mulheres em 1875³². Assim, ocorreram violentos choques entre os grandes fazendeiros do sertão, banditismo rural e conflitos sociais, ocasionados pela crise econômica pela qual passava o Nordeste, acarretando o aumento da violência nos períodos de seca.

Em relação à educação profissional a província do Rio Grande do Norte, inseria-se no contexto do Império, e como em todo Brasil, as iniciativas de educação profissional, eram de segmentos específicos da sociedade, assim como afirma:

As iniciativas de Educação Profissional, durante o Império, ora partiram de associação civis (religiosas e/ou filantrópicas), ora das esferas estatais, das províncias legislativas do Império, de presidentes de províncias, de assembleias províncias legislativas. Por

28 Debates, sobre a Importância da Educação Profissional, nas comunidades rurais, e sobre a criação de manutenção da gratuidade do Ensino profissional, por parte do Estado.

29 E pelo IHGRN, pelo Atheneu Norte-rio-grandense, e pela Congregação Mariana dos Moços, além da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte.

30 Intelectuais como Elias Antônio Ferreira Souto - 1848-1906 que foi Professor primário vitalício em São José de Mipibu, abolicionista e opositor de Pedro Velho.

31 Ver revolta dos Quebra Quilos com Monteiro (1997, p. 4).

32 Ver definição de Motim das Mulheres com Carvalho (2012, p.13).

vezes, também, resultavam de entrecruzamentos de ambas, isto é, da combinação de entidades e grupos da sociedade civil com o Estado, o qual o apoiava mediante a transferência de recursos financeiros (MANFREDI, 2002, p.75-76).

O caso da província do Rio Grande do Norte, nesse período era diferente, pois essa era afetada pela seca na década de 1870, que ocasionou a diminuição da transferência de recursos financeiros que era quase mínima, não só para a educação profissional, mais para a educação em geral. Nesse sentido Manfredi (2002, p.76), afirma que no Brasil, a “ministração da Educação profissional, era feita como preparação para os ofícios manufatureiros, e era ministrada nas acadêmicas militares (Exército e Marinha), em entidades filantrópicas e nos liceus de artes e ofícios”.

Além disso, as iniciativas em relação à educação profissional, anteriores à década de 1860, haviam fracassado em pouco tempo, assim como afirma:

Durante o Império houve o Colégio d'Educandos Artífices, inaugurado a 2 de Dezembro de 1859 pelo presidente Antônio Marcelino Nunes Gonçalves, casa dirigida por Francisco José Pereira Cavalcanti de Albuquerque. Situado o prédio na Rua Nova (av. Rio Branco) tinha as cadeiras de primeiras letras e princípios religiosos, geometria e mecânica aplicada às artes, música, oficinas de alfaiataria, sapataria, carpintaria e pedreiros, além de ferreiros, serralheiros, marceneiro, canteiro e tanoeiro. Porém em 1861, o presidente Pedro Leão Veloso extinguiu o Colégio, pela impossibilidade da manutenção (CASCUDO,1999, p.199).

Vê-se, assim, que a educação profissional chegou ao Rio Grande do Norte antes de 1909, com o Colégio d'Educandos Artífices, inaugurado a 2 de Dezembro de 1859, que era uma escola de educação profissional³³, vinculada a outras entidades filantrópicas.

Cascudo também trata de outras escolas de ensino profissional e afirma:³⁴

O ensino profissional é dado pela antiga Escola de Aprendizes artífices, instalada em 1 de Janeiro de 1910 (dr. Sebastião Fernandes de Oliveira, primeiro diretor) e a Escola Profissional do Alecrim, criada a 24 de Abril de 1922. A Escola de Aprendizes Artífices é mantida pelo Governo Federal e mudou o nome, para Liceu Industrial ou Escola Industrial embora o povo mantenha a antiga denominação que a consagrou (CASCUDO,1999, p.199).

33O trabalho de Karla Katielle Oliveira da Silva, intitulado “O Ensino profissional do Rio Grande do Norte: indícios da ação do estado de 1908 a 1957”, e o Livro de Luiz da Câmara Cascudo, denominado “História da Cidade do Natal”, publicado em 1947, rompe com essa cronologia pós-1909, dando uma nova margem para a Educação Profissional, anterior a 1909.

34 Ver a primeira escola Normal primária do Rio Grande do Norte em Aquino (2007, p. 48).

Observa-se, assim, que com a instalação da primeira república em 1889³⁵, instaura-se no Rio Grande do Norte, agora denominado Estado do Rio Grande do Norte novas ações para o ensino profissional. É nesse período que o RN começa a ver se instalar suas primeiras oligarquias, a primeira a de Albuquerque Maranhão (1889-1924) e depois Bezerra de Medeiros (1924-1930)³⁶.

Considerando-se que, mesmo na primeira república, as poucas escolas existentes, detinham uma grande herança deixada pelo Brasil Colonial (1500-1822), no que se refere a educação e ao projeto civilizador, que começou com a catequização jesuítica, e posteriormente com a reforma pombalina, herdada pelo Império sob uma nova roupagem, agora sobre a visão do projeto iluminista, o RN tem em sua história vestígios de educação profissional vinculados a todas essas vertentes, pois vai das primeiras letras com os princípios religiosos, passa também pelo ensino de geometria e mecânica aplicada às artes, música, oficinas de alfaiataria, sapataria, carpintaria e pedreiros, além de ferreiros, serralheiros, marceneiro, canteiro e tanoeiro à formação para a indústria conforme Cascudo supracitado.

Indo para a percepção da imprensa observa-se o que afirma:

Na verdade, o projeto iluminista de transformar mentalidades “arcaicas” em “ilustradas” não só se revela presente como até reforçado no jornalismo latino-americano do século XIX. [...] Recém-emancipada da ordem política absolutista a imprensa passa a ser constantemente referida como meio mais eficiente e poderoso de influenciar os costumes e a moral pública, discutindo questões sociais e políticas (PALLARES-BURKE, 1998, p. 147. Grifos do Autor).

Nesse patamar apontado por Pallares-Burke, vê-se que o projeto iluminista também influenciou o jornalismo latino-americano, que irá discutir fortemente a partir da década de 1870, questões sobre instrução pública da população, e acesso à educação como registrou Cascudo.

A república brasileira foi influenciada fortemente pelo pensamento positivista, que segundo Cunha (2000, p.92): “foram os positivistas os primeiros a expressar sua posição sobre a educação profissional”.

Esse pensamento positivista está atrelado, a ideia de “Ordem e Progresso”, pois assim como afirma Perrot (2010): “o capitalismo oferece ao mundo, essa vitrine gigantesca que

35Ver as características do Regime Republicano com Boris Fausto (1995, p. 245).

36Ver oligarquias do Rio Grande do Norte na Primeira República com Trindade (2010, p.161).

celebra as maravilhas da Indústria e das Fábricas, catedrais da nova humanidade, desempenharam um papel decisivo na formação de uma mentalidade técnica e na difusão de uma ideologia da Ciência e do Progresso” (PERROT, 2010, p.91).

A ideia de progresso se reflete sobre os projetos de educação profissional, em especial o projeto dos grupos escolares. Além do mais, a república definiu dois projetos para a educação profissional: a primeira focada nos grupos escolares, ou seja, uma educação profissional voltada para os membros da elite, e outra para as comunidades pobres voltadas para as Escolas de Aprendizes e Artífices (EAA)³⁷ e essa chega ao RN já sob o domínio das oligarquias já mencionadas.

Na primeira república em especial no Governo dos Albuquerque Maranhão, a partir de 1908, ocorreram às primeiras reformas de ensino primário no RN implementadas pelos governos Estaduais do País, que afetaram também o ensino profissional. Nesse período, os Jornais a República e o Brado Federal foram mais atuantes, como também, o RN viu aumentado o número de periódicos vinculados aos partidos políticos. Na medida em que foi autorizada constitucionalmente a criação de novos partidos estaduais, estes passavam a utilizar, cada vez mais, a imprensa local como instrumento para veicular suas ideias.

Em geral, um dos principais símbolos educacionais da primeira república em termo de ação pelo viés legislativo, se deu na década de 1920. Nesse âmbito, o Império deixou grandes heranças em relação a Educação Profissional, pois muitas instituições do Ensino técnico-profissional, estavam vinculadas ainda as casas de educandos, aos colégios salesianos, e aos Asilos que foram utilizados no Império, como um dos instrumentos para viabilizar a Instrução Pública.

Nesse sentido, já na primeira República, o principal documento, que serviu como fonte, para os Estudos sobre História da Educação profissional, em âmbito nacional na década de 1920, foi o Relatório Luderitz, pois como afirma:

O principal documentário dessa fase da História do ensino técnico-profissional é o Relatório Luderitz, apresentado ao ministro da Agricultura, Indústria, e Comércio em 1924. Nesse documento, o chefe do Serviço de Remodelação expõe um novo conjunto de ideias e princípios que devem orientar a estruturação do ensino profissional técnico no Brasil (NAGLE, 2009, p.184).

³⁷ Oferta dos cursos profissionalizantes na Escola de Educação Profissional no Rio Grande do Norte em 1909, ver Silva (2012, p. 34-35).

Ademais, muitas críticas³⁸ ao Relatório Luderitz, foram realizadas, e até mesmo foi afirmado que este é um dos precursores da dualidade e defeitos da separação da educação de nível médio, da educação profissional, pois este instituía que havia dois cursos separados, um curso de adequação, e outro progressivamente técnico.

Além disso, na década de 1920, mesmo com a manutenção das características do Império, na República, no referente à educação profissional, grandes mudanças ocorrem na Educação Profissional, como afirma Nagle (2009, p.190): “as principais mudanças se fizeram no nível da organização interna: o currículo foi aperfeiçoado e ampliado, e introduziu-se a aprendizagem dos ofícios correlativos”.

Na primeira República através do positivismo o Brasil é levado a um otimismo pedagógico, impulsionado pela Belle Époque³⁹, e também pelas transformações técnicas da década de 1920, pois assim como afirma Nagle (2009, p.191): “o entusiasmo educacional e o otimismo pedagógico em geral, se especificaram sob a forma de uma estimuladora imagem da educação técnico-profissional”.

Mesmo, com o impulso e otimismo pedagógicos presentes em grande parte dos Jornais brasileiros⁴⁰, no contexto potiguar, a situação diferenciou-se, pois, as fontes, como o Jornal: A república e o Jornal A Ordem, em especial, na década de 1920, esses divulgarão poucas informações sobre a educação profissional no RN, em virtude de que as manchetes dos jornais do período estavam preocupados com o Quadro de transição das Oligarquias Maranhão, para a Bezerra de Medeiros, e não com o otimismo pedagógico da década de 1920.

Além disso a situação política do RN era instável e a imprensa tinha a preocupação de noticiar a grande notícia do momento da década, a guerra civil tenentista (1922-1930). Reconhece-se que, havia na época uma notícia que poderia chamar a atenção dos leitores pelo interesse público que poderia despertar, qual seja, a ausência de articulação do ensino profissional com os demais níveis, pois como afirma Nagle:

A ausência de articulação do ensino profissional, em seus graus elementares com outros níveis e ramos de ensino, especialmente com o ensino secundário, reduto da formação humanista e, portanto, aristocrático, - impedia, no âmbito do sistema

38Críticas enfocadas pelo Livro do Professor Jorge Nagle da Universidade Estadual de São Paulo, em seu Livro “Educação, e Sociedade na Primeira República” (2009). Para Nagle (2009) “O relatório Luderitz não acompanhou o movimento de reforma educacional em relação ao ensino secundário e superior”.

39A Belle Époque foi o período que se estendeu de 1871 a 1914. Foi marcada pelo furor e pela crença no progresso civilizacional e tecnocientífico dessa época.

40Jornais Brasileiros, como o Jornal A Noite, fundado em 1911, no Rio de Janeiro, o jornal teve várias donos e fases, a mais importante das quais nas décadas de 1920 e 1930.

escolar, qualquer possibilidade de desenvolvimento ou de aceitação daquele tipo de ensino (NAGLE, 2009, p.193).

Observa-se que, o contexto político, marcado pela repressão ao tenentismo e o combate à coluna Prestes, como também a falta de articulação entre o ensino de ofícios e o secundário faziam com que a imprensa não veiculasse e o Estado não valorizasse a educação profissional. O contexto da Era Vargas (1930-1945) é um período para a História da Educação Profissional de vital importância para se compreender as transformações sociais que ocorreram no Brasil na década de 1930, bem como as políticas nacionais desenvolvimentistas. Além das políticas culturais e a formação do nacionalismo brasileiro. No decorrer deste período ocorreu uma série de eventos marcantes que mudou a estrutura do poder republicano e promoveu mudanças econômicas e culturais e educacionais, como a Reforma Francisco Campos (1931), o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (1932), e a Reforma Capanema (1942).

Nesse sentido, a década de 1930, será um marco, nas mudanças da Educação profissional no Brasil, assim como afirma:

A reforma do ensino secundário, de 1931, veio reforçar as barreiras existentes entre os diferentes tipos de ensino pós-primário não superior. Constituíam esse ensino, além das escolas secundárias, as que ofereciam cursos profissionais para os quadros intermediários do comércio e da Indústria e para o magistério primário, os quais não estavam articulados com o secundário e, em consequência com o ensino superior (CUNHA, 2005, p.21).

Assim, confirmando-se com as fontes estudadas nesse trabalho, a palavra Educação Profissional só será empregada em seu sentido real, a partir da década de 1930 e 1940, no Jornal a Ordem, e nas Revistas do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, assim como afirma:

Pela primeira vez, no Brasil, o termo técnico foi empregado na legislação educacional em sentido estrito, isto é, designando um nível intermediário na divisão do trabalho. Até então, esse termo teve sempre uma conotação ampla, sinônimo de profissional ou seu reforço, como na expressão técnico-profissional (CUNHA, 2005, p.23).

O marco inicial, para o aumento mundial no investimento dos países latino-americanos em educação profissional, foi o estopim, da Segunda Guerra Mundial 1939-1945, pois segundo Cunha (2005): “O envolvimento direto da Europa na guerra e dos Estados Unidos (Como fornecedor e em processo intenso de mobilização militar) criaram condições propícias para a substituição de importações por mercadorias produzidas no Brasil. Para isso, abriram-se novas fábricas e expandiram-se as já existentes” (CUNHA, 2005, p.27).

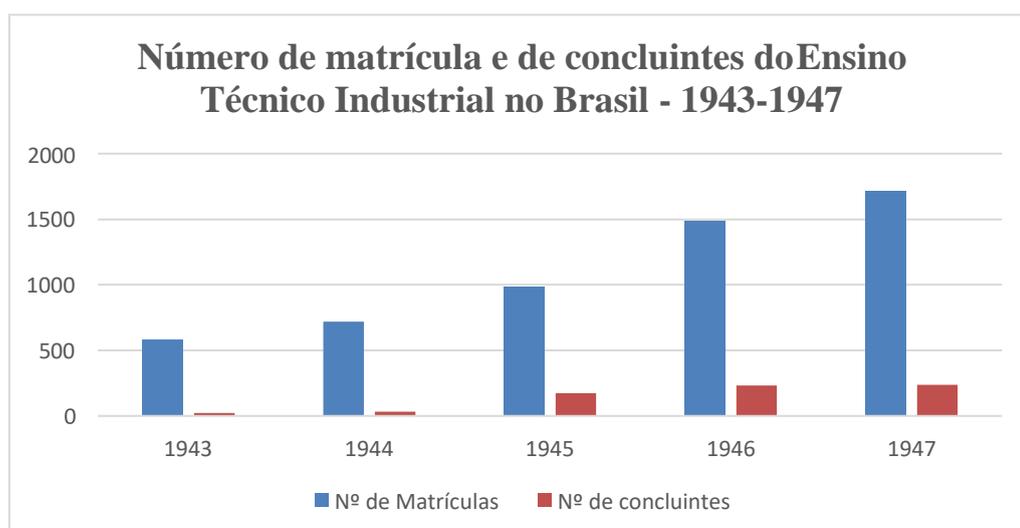
Assim, a educação profissional passa a ser vista com novos olhos, em termos legislativos, pelo governo Vargas como afirma:

A lei orgânica do ensino industrial (Decreto-lei n.4.078, de 30 de janeiro de 1942), trouxe, como principal inovação, o deslocamento de todo o ensino profissional para o grau médio. O ensino primário passou a ter, então conteúdo exclusivamente geral. Em 1942, com a lei orgânica o ensino industrial foi organizado como um sistema, isto é, passou a fazer parte dos cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação, articulando-se com os demais cursos. Para isso, concorreram vários fatores. Aumentou a procura por cursos técnicos industriais em virtude da expansão da produção em certos setores da economia (CUNHA, 2005, p. 36-39).

Por certo, o pequeno período abordado será o da República democrática, posto que entender o período de 1945-1947 é de vital importância para se entender a fase de ampliação das práticas democráticas e do crescimento da inserção da sociedade civil no mundo da política institucional e educacional. Portanto, esse biênio demarca o final do contexto dessa investigação e foi uma fase de polarização de interesses que vão convergir para a formação de um novo período de regime republicano democrático brasileiro.

Observe-se que, de 1943 a 1947, no contexto da segunda Guerra Mundial, é notado um aumento significativo no número matrículas no País, e esse é registrado pelos órgãos oficiais do Governo, em especial, do Ministério da Educação, como no Ensino Técnico-Industrial mostrado no Gráfico 01:

Gráfico 01: Número de Matrículas de concluintes do Ensino Técnico-Industrial no Brasil – 1943-1947



41

Fonte: Ministério da Educação e Cultura, Diretoria do Ensino Industrial.

Por fim, a década de 1940, apresenta um aumento do número de matrículas e do número de concluintes do Ensino Técnico-Industrial do Brasil de 1943-1947, este último ano é o que fecha o período desta pesquisa.

3.2 O JORNAL O BRADO CONSERVADOR (1877-1889) E O JORNAL O BRADO FEDERAL (1889-1890)

- a) O Brado Conservador (1877-1889) foi fundado pelo coronel Antônio Soares de Macêdo⁴² & Filhos que comprou o prelo ao jornal Mossoroense em 1876. Esse periódico (folha política, moral e noticiosa) que começou a circular em 28 de setembro de 1877, passou com a Proclamação da República, a chamar-se Brado Federal. O Jornal o Brado Conservador era semanário e de origem familiar. Era impresso à Rua de Ortas, 24, no primeiro andar do sobrado conhecido como Sobrado do Seminário na cidade de Assú/RN, "e se destinava a advogar a causa do Partido Conservador, fazendo oposição a Elias Souto (fundador da imprensa diária no Rio Grande do Norte) do Partido Liberal, proprietário do jornal "Correio do Assú".⁴³

Vários trabalhos acadêmicos já utilizaram o Jornal o Brado Conservador como fonte de pesquisa das quais destaca-se a seguir.

A primeira é a produção da Professora Dra. Maria Arisnete que é Titular do Departamento de Fundamentos e Políticas da Educação/UFRN, em seu artigo sobre Isabel Gondim: uma vida pela educação (2000), o qual tem como fonte esse Jornal. Para ela esse é inserido nos movimentos intelectuais do gênero feminino no século XIX e XX, no Rio Grande do Norte. Observa-se nessa produção a temática da educação, relacionada à questão de sociabilidade intelectual, mostrando que Isabel Gondim enfatiza a importância da educação, através dos seus manuscritos (1885) elementos de educação escolar - para uso nas escolas primárias de um e outro sexo. Esses manuscritos trazem noções de educação moral e de aspectos relativos à religião, higiene e ao amor pela pátria.

42 **Antônio Soares de Macêdo** (1831-1917) foi um grande líder do Partido Conservador no interior do Rio Grande do Norte, à época do segundo reinado. Deputado provincial, chegou a ser vice-presidente da casa legislativa.

43 Disponível em < <http://blogdofernandocaldas.blogspot.com/2009/08/imprensa-no-assu-i.html>>, Acesso em 06/06/2019.

O segundo trabalho que tem o Brado Conservador como fonte foi o trabalho de conclusão de graduação em Letras e Língua Francesa, de autoria de Maria José Paiva de Medeiros, que em seu trabalho: Modos de argumentação do discurso em cartas de leitores do século XIX, (2011), traz o contexto dos estudos linguísticos sobre a argumentação em cartas dos leitores do século XIX, em especial cartas presentes em Jornais.

O terceiro trabalho que utilizou o Brado foi do professor e Mestre em História João Fernando Barreto de Brito em seu artigo: Braços Embaraçados: as relações de trabalho no Rio Grande do Norte (1850-1877), (2016), em que ele aborda os discursos elaborados pelos políticos locais investigando por meio do cruzamento das referidas fontes o lugar social daqueles que os produziram, quanto ao debate acerca da mão de obra na segunda metade do século XIX na província do Rio Grande do Norte.

O quarto trabalho que utilizou do Brado como fonte foi o trabalho do Historiador e Mestre em História, Francisco Ramon de Matos Maciel, que em seu artigo: Sedentas de Sangue: ações em massa de mulheres retirantes no Rio Grande do Norte (1877-1879), (2017). Nesse trabalho ele aborda as ações coletivas das mulheres sertanejas e suas formas de resistência à grande seca de 1870 no Norte e Nordeste do Brasil.

Por fim, o quinto e último trabalho que abordou o Brado como fonte é a dissertação em Letras de Camila Machado Burgardt, em seu trabalho denominado: A invenção da seca no século XIX: a imprensa do Norte e o romance os retirantes, (2014), em que ela relaciona os discursos veiculados pelas cartas publicadas nos jornais das províncias do Norte, de 1877 a 1879, ao romance-folhetim: Os retirantes, de José do Patrocínio, de 1879.

Nesse contexto o Jornal o Brado é abordado em quatro focos principais, a temática da seca, a dos movimentos sociais de gênero, em especial movimentos de mulheres, relacionando com os conflitos sociais do período do Império e do Início da Primeira República, outra temática muito abordada é a questão literária presente no Jornal em seu aspecto de investigação do processo argumentativo e os recursos e técnicas utilizadas pelos escritores que escreviam cartas a Jornais. Além disso, esse Jornal trouxe temáticas relacionadas a trabalho e escravidão, poder político, migração, seca, crise de econômicas e de abastecimento na província do Rio Grande do Norte.

A produção de conhecimentos que tem o Jornal O Brado Conservador como fonte ajudou a contextualizar as problemáticas históricas da nossa sociedade que existem há muito tempo, inclusive as relacionadas a educação e ao trabalho, desde a época do Império Brasileiro, conforme coleta realizada no IHGRN, como mostra o Quadro 5.

Quadro 5: Indícios sobre educação encontrados no Jornal O Brado Conservador (1877-1889)

REFERÊNCIA DO JORNAL	INDÍCIOS
O BRADO CONSERVADOR: Folder Social e Moral. Assú, 5 jan. 1877.	Difusão do Ensino, instrução popular.
O BRADO CONSERVADOR: Fôlder Social e Moral. Assú, 5 jan. 1877.	Escolas, imprensa pedagógica, instrução do Magistério.
O BRADO CONSERVADOR: Folder Social e Moral. Assú, 2 jun. 1877.	Instrução Pública e Educação Literária
O BRADO CONSERVADOR: Folder Social e Moral. Assú, 30 jul. 1878.	Educação póstuma, Educação Intelectual.

Fonte: Elaboração própria em 2019

Os indícios denotam que o Jornal O Brado Conservador noticiava fatos relacionados à Educação no período do Brasil Imperial. Observa-se pelos termos que foram selecionados como indícios que no período já existia uma preocupação da imprensa com a educação pública, seja noticiando fatos locais ou retransmitindo de outros veículos de comunicação. Essa constatação também está presente de forma in/direta nos trabalhos acadêmicos já produzidos tendo como fonte esse Jornal, conforme supracitados.

b) O BRADO FEDERAL – 1889-1890 é uma continuação do Jornal o Brado Conservador, pois após a proclamação da República em 1889, muitos Jornais e Tipografias ligadas ao Partido Conservador passaram a sofrer perseguição das Oligarquias Estaduais apoiadoras do Positivismo Republicano. E muitos Jornais monarquistas e conservadores mudaram sua nomenclatura para não serem perseguidos ou fechados. Conforme Melo (1987, p.17) “O Jornal o Brado Conservador, passou a chamar-se o Brado Federal em 1889, após a proclamação da República. E o seu primeiro número circulou no dia 2 de abril de 1890”. Salienta-se que não foram encontradas informações sobre educação profissional e educação nas duas edições desse jornal disponíveis para acesso.

3.3 O MACAUENSE (1886-1889)

O Macauense (1886-1889) foi criado em 1886, por Elias Antônio de Ferreira Souto⁴⁴, com o nome original de Jornal O Macauense: Órgão de Interesse Social’. Era impresso na

⁴⁴Segundo Melo (1976.p.14) “Nasceu em Assú/RN, Elias Antônio Ferreira Souto. Nosso primeiro jornalista profissional, fundador da imprensa diária no Estado. Abolicionista, terrível jornalista de oposição, fundador do antigo “Diário de Natal”, na fase 1895-1913. Faleceu em Natal em 17.05.1906”

tipografia de Elias Souto, tipografia, trazida de Assú/RN. O primeiro número foi publicado no dia 13 de agosto de 1886, e o último no dia 31 de maio de 1889. O objetivo desse Jornal era promover e divulgar os interesses do Partido Conservador no País e na Província do Rio Grande do Norte, em especial do Município de Macau. Foram publicados no total 48 edições entre 1886-1889, mas apenas 30 conseguiram chegar aos dias atuais e foram conservados pelo IHGRN, sendo posteriormente digitalizados pelo Labim/UFRN e disponibilizados ao acesso livre na *internet*.

Todas edições foram escritas pelo Redator do Jornal: Elias Antônio de Ferreira Souto, que segundo Costa (2013, p.96), “em 11 de fevereiro de 1889, o jornal o Macauense – fundado por Elias Souto, teve destacada participação na oposição a Pedro Velho e à oligarquia Maranhão”. Segundo Bueno (1999. p.52) “Elias Souto espalhou ideias que vão desde o saudosismo monárquico, à defesa do "parlamentarismo unitário" e oposição ao presidencialismo militarista republicano”. Em razão disso o Macauense, possuía uma forte influência monarquista, ou seja, fazia também duras críticas aos republicanos no Rio Grande do Norte, em especial a família dos Albuquerque Maranhão, que viria a assumir o poder no Rio Grande do Norte, a partir da implantação da República.

Há três produções que usam o Jornal o Macauense como fonte de pesquisa as quais recorre-se em busca de vestígios sobre educação profissional no período em estudo.

A primeira foi um estudo do professor Almir de Carvalho Bueno, tese de doutorado, denominada Visões de República no Rio Grande do Norte (1880-1895), na qual aborda o Macauense como fonte histórica em termos políticos e socioeconômicos, relacionando o periódico às ideias e práticas dos grupos políticos e correntes de pensamentos existentes no Rio Grande do Norte na transição do Império para a República.

A segunda refere-se a um trabalho da historiadora Helensandra Lima da Costa, que utiliza também, o Jornal Macauense como fonte de pesquisa da dissertação, denominada: A Família do Tesouro: a monumentalização da família Albuquerque Maranhão e a luta pelo poder no Rio Grande do Norte (1889-1914). Ela relaciona o Jornal com o desenvolvimento do processo de monumentalização da família Albuquerque Maranhão evidenciado na historiografia tradicional norte-rio-grandense.

A terceira foi do historiador Luiz da Câmara Cascudo, em seu livro História do Rio Grande do Norte, (1955) em que aborda a História da Cidade de Macau, utilizando o Macauense como fonte.

Considera-se que, de 1886 a 1889, o Jornal O Macauense proporcionou notícias sobre educação em todos os anos estudados e termos como: educação do povo, educação cívica,

regulamento da instrução pública da província, educação e primeiros estudos, colégio normal estão presentes nas edições mostradas no Quadro 6 trazem os indícios encontrados nas edições analisadas que foram coletadas no IHGRN.

Quadro 6: Indícios relacionados à educação presentes no Jornal O Macauense (1886-1889)

REFERÊNCIA JORNAL	INDÍCIOS
O MACAUENSE: Órgão de Interesse social. Macau, 20 set. 1886.	Educação para a civilização do povo
O MACAUENSE: Órgão de Interesse social. Macau, 2 out. 1886.	Educação do Povo
O MACAUENSE: Órgão de Interesse social. Macau, 17 mar. 1887.	Instrução Pública da Província
O MACAUENSE: Órgão de Interesse social. Macau, 16 jul. 1888.	Colégio Normal
O MACAUENSE: Órgão de Interesse social. Macau, 6 abr. 1889.	Educação e primeiros Estudos

Fonte: Elaboração própria em 2019

O Jornal, O Macauense traz informações sobre a História da Educação da Cidade de Macau e do Estado do Rio Grande do Norte dos anos de 1886 a 1889, mostrando as percepções da imprensa local, em relação à instrução pública da província potiguar. Assim como, o jornal o Brado Conservador há nas notícias do Macauense vestígios de um discurso da imprensa que prezava por noticiar sobre a educação pública e para o povo.

3.4 A REPÚBLICA (1889-1987)

A República (1889-1987) foi criado em 1889⁴⁵, no contexto da primeira república é utilizado como fonte dessa dissertação. Traz nas edições pesquisadas 24 indícios sobre educação, mas, nenhum trata de educação profissional. Em razão disso, ele será o Jornal menos analisado nessa dissertação, em virtude do tempo de pesquisa e da disponibilidade, dos silêncios das fontes, e da perda de documentação.

Além disso, o Jornal, a República possui um grande período histórico, e uma grande dimensão política que vai de 1889 com sua criação, até 1987, com sua extinção. A sua dimensão política é abordada por Rebouças (2013) que diz:

45 O jornal, fundado em 1º de julho de 1889, por Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, atualmente o mais antigo do Rio Grande do Norte em circulação, passou por diversas fases até chegar aos dias atuais. Disponível em <http://www.arepublica.rn.gov.br/pdf/pdf2/a%20republica%20571.pdf>. Acesso em 11/07/2019.

Para mostrar a dimensão política e a força do jornal *A República*, Morais (2004) fez uma lista dos governadores do Estado que passaram por sua redação: Pedro Velho de Albuquerque Maranhão (1892-895); Joaquim Ferreira Chaves (1896-1900); Alberto Frederico de Albuquerque Maranhão (1900-1904); Manuel Moreira Dias (1906-1907); Augusto Tavares de Lira (1904-1906); Antônio José de Melo e Souza (1907-1908); Alberto Maranhão (1908-1913); Joaquim Ferreira Chaves (1914-1920); Antônio José de Melo e Souza (1920-1923); José Augusto Bezerra de Medeiros (1924-1928) e Juvenal Lamartine de Faria (1928-1930) (REBOUÇAS, 2013, p.18).

Ressalta-se que o Jornal a República retorna em 2015, no Governo de Robinson Faria.

Esse Jornal além de ter uma grande dimensão política no período da primeira república, se tornou órgão do governo, assim como afirma Rebouças (2013, p.17) “O Jornal a República se tornou órgão oficial do governo republicano e, além disso, tornou-se um dos mais poderosos instrumentos políticos do Estado”.

Do Jornal a República foram analisadas duas edições entre os anos de 1896-1903, período onde a propaganda política estava fortemente ligada à ação política de governo das oligarquias estaduais, conforme mostra o Quadro 7.

Quadro 7 Índícios relacionados à educação presentes no Jornal a República (1889-1930)

REFERÊNCIA JORNAL	INDÍCIOS
A REPÚBLICA: Órgão do Partido Republicano. Natal, 5 jan. 1896.	Educação e ensino dos Cegos
A REPÚBLICA: Órgão do Partido Republicano. Natal, 1 abr. 1903.	Educação Esportiva

Fonte: Elaboração própria em 2019

Assim como, mostra Bueno (1999):

A propaganda propriamente dita de um partido com ideário assumidamente republicano, inclusive, com propostas programáticas de ação política para a mudança do regime, divulgando-as mais amplamente através de um órgão de imprensa explicitamente criado para tal, o jornal *A República* (cujo primeiro número saiu a 1 de julho de 1889) (BUENO,1999, p.79).

As notícias vinculadas no Jornal estavam diretamente ligadas aos aspectos e ações do governo Estadual, e às notícias vindas da capital Federal, principalmente as ações do idealizador do Jornal o ex-governador Pedro Velho, que segundo Bueno (1999):

Aliás, são as ações de Pedro Velho durante o seu governo (1892-1896) que demonstram o grande fosso existente entre os princípios abstratos da propaganda e a colocação em prática de uma “verdadeira política republicana”. A partir de sua

ascensão ao poder estadual, o líder republicano concluirá a montagem da estrutura de dominação oligárquica que o levará, e à sua família, a tornarem-se senhores incontestes do Rio Grande do Norte até pelo menos 1914 (BUENO,1999, p.79).

Em síntese, o Jornal a República contribuiu diretamente com a visão republicana em solo norte-rio-grandense em contraponto, com outros jornais utilizados nessa dissertação como fonte, como os Jornais Monarquistas o Brado Conservador e o Macauense, pois mostra a visão oposta a esses Jornais.

3.5 A REVISTA DO IHGRN (1903-1953)

A Revista do IHGRN (1903-1953) foi editada pela primeira vez em 1903, e IHGRN é uma das principais instituições históricas do Rio Grande do Norte, e segundo seus Estatutos foi

fundado a 29 de março de 1902, com sede e domicílio na cidade de Natal, capital deste Estado, tem por fim, coligir, metodizar, arquivar e publicar os documentos e as tradições, que lhe for possível obter, pertencentes á história, geografia, arqueologia e etnografia, principalmente do Estado, e á língua de seus indígenas, desde a época do descobrimento do Brasil (ESTATUTOS DO IHGRN,1903, p.9).

Nessa instituição é arquivada grande parte da História do Rio Grande do Norte, e sua Revista foi publicada de 1903 até 2012. Essas edições são relevantes para compreender a História do IHGRN e do Estado, e estão presentes nos Estatutos que ressaltam:

Nessa Revista serão publicados, além das atas das sessões, os discursos do Presidente e do Orador e dos relatórios apresentados na sessão magna; assim como as memórias e os documentos relativos à História do Rio Grande do Norte e à sua Geografia, os trabalhos dos sócios e as notícias e os extratos de nossa história publicados em outra parte, nos País ou no estrangeiro (ESTATUTOS DO IHGRN,1903, p.10).

A Revista do IHGRN expressava tanto memórias relativas ao RN, como os trabalhos dos sócios sobre a História do RN. Assim, expressava determinadas heranças do século XIX, entre elas segundo Kersten (2000, p.25) “a ideia dominante da história do final do século XIX, entendida como uma cadeia de fatos e acontecimentos articulados que levariam numa escala linear, a um objetivo previamente determinado”.

Os vestígios de educação, cultura e história expressos nas 12 edições analisadas da Revista do IHGRN, de 1903 a 1947, expressam ideias sobre Educação Profissional, conforme ilustrado no Quadro 8.

Quadro 8: Índícios relacionados à educação presentes na Revista do IHGRN (1903--1947)

REFERÊNCIA DO JORNAL	PALAVRAS ENCONTRADAS	CONTEXTO HISTÓRICO
Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: Fundado em 29 de março de 1902. Natal: IHGRN, v. 4, n. 2, jul. 1904.	Educação das Missões Jesuíticas	Primeira República – 1889-1930
Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: Fundado em 29 de Março de 1902. Natal: IHGRN, v. 4, n. 7, jul. 1906.	Educação Moral e Cívica	Primeira República – 1889-1930
Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: Fundado em 29 de Março de 1902. Natal: IHGRN, v. 6, n. 4, jan. 1908.	Educação da Mocidade	Primeira República - 1889-1930
Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: Fundado em 29 de Março de 1902. Natal: IHGRN, v. 9, n. 1, jan. 1911.	Educação da Mulher	Primeira República - 1889-1930
Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: Fundado em 29 de Março de 1902. Natal: IHGRN, v. 18, n. 1, jan. 1919.	Instrução e Educação do Povo	Primeira República 1889-1930
Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: Fundado em 29 de Março de 1902. Natal: IHGRN, v. 18, n. 2, jan. 1919.	Educação Profissional	Primeira República – 1889-1930
Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: Fundado em 29 de Março de 1902. Natal: IHGRN, v. 19, n. 1, jan. 1920.	Exposição Internacional de Educação	Primeira República – 1889-1930
Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: Fundado em 29 de Março de 1902. Natal: IHGRN, v. 19, n. 1, jan. 1922.	Educação Cívica	Primeira República 1889-1930
Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: Fundado em 29 de Março de 1902. Natal: IHGRN, v. 20, n. 1, jan. 1923.	Educação para o Progresso	Primeira República – 1889-1930
Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: Fundado em 29 de Março de 1902. Natal: IHGRN, v. 23, n. 1, jan. 1926.	Educação Guerreira	Primeira República 1889-1930
Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: Fundado em 29 de Março de 1902. Natal: IHGRN, v. 3, n. 2, jan. 1935-1940.	Ministério da Educação	Estado Novo – 1937-1945

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte: Fundado em 29 de Março de 1902. Natal: IHGRN, v. 41, n. 3, jan. 1944-1947.	Ensino Profissional	Estado Novo – 1937-1945, e República Democrática -1946-1964.
---	---------------------	--

Fonte: Elaboração própria em 2019

3.6 O JORNAL A ORDEM (1935-1953)

A Ordem (1935-1953) foi um jornal fundado em 1935, e extinto em 1953. Seguiu as convenções da Igreja Católica e teve grande destaque nas relações entre Igreja e política educacional, nas duas primeiras fases em que circulou no Rio Grande do Norte, em especial nos anos 1935 a 1947, que compreende o período das fontes disponíveis para análise nesse Jornal. Para Morais (2017, p. 20) “o jornal católico norte-rio-grandense a Ordem cuja fundação data de 14 de julho de 1935, a partir dos esforços da Congregação Mariana dos Moços, vinculada à Diocese de Natal”. Há várias versões para a fundação desse Jornal, a primeira data de 1909, a segunda de 1935. A oficial publicação aceita é de 1935, em virtude, da falta de disponibilidade de fontes, anterior a 1935, pois a Congregação Mariana de Moços⁴⁶ registra que essa foi fundada em 1935, na Diocese de Natal.

É necessário observar que o jornal: A Ordem, que em termos regionais atuava no Rio Grande do Norte, da Revista: A Ordem que atuava em território nacional. Diante disso Morais (2017) afirma que:

A Revista a Ordem (editada pelo Centro Dom Vital, de circulação nacional, que exercia o papel de porta-voz oficial da Igreja em nível nacional) por entender que o jornal norte-rio-grandense se inseria no projeto desta revista e não somente dialogava como, também, pode ser entendida como uma ramificação desta segunda (MORAIS, 2017, p.21).

O jornal A Ordem relaciona-se diretamente com as Ordens do centro Dom Vital, e com os intelectuais católicos potiguares⁴⁷. Esse traçou linhas claras quanto à educação e as políticas educacionais para a população da época; posicionou-se diante das políticas de governo e das políticas de Estado, seguindo um padrão que estivesse de acordo com a doutrina católica. Segundo Furlin e Aguiar (2018, p.99): “o jornal apresentou dentre seus diversos focos a aproximação ideológica entre católicos e integralistas, o teor anticomunista de seu discurso e a defesa do ensino religioso”. Por essa razão, pode-se compreender que esse Jornal seguia os

⁴⁶ Ver definição da Congregação Mariana dos Moços com Furlin (2018,p.103).

⁴⁷Ver definição de Intelectuais católicos com Trindade (2010.p.149).

fundamentos expressos quanto ao ensino remonta ao *Ratio Studiorum* no tocante ao ensino religioso obrigatório com visão católica.

Esse Jornal situa-se no contexto da década de 1930 e 1940, sendo bem atuante em termos políticos, sociais e econômicos. Como também, em relação ao Estado do Rio Grande do Norte quando esse vivia um período conturbado, pois com a deposição do Governador Juvenal Lamartine de Faria⁴⁸ - 1874-1956, e a instalação da Era Vargas. Trouxe para esse várias interventorias temporárias que assumiram o governo do Estado. Entre essas as interventorias de Júlio Perouse Pontes, Irineu Joffily⁴⁹, Aluísio de Andrade Moura, Herculino Cascardo, Bertino Dutra da Silva, Mário Leopoldo Pereira da Câmara, Liberato da Cruz Barroso. Nesse contexto de agitação política e social, o jornal: A Ordem, expressou suas ideias em relação à Educação e sobre política, pois segundo Spinelli,

em fins de 1935, o Rio Grande do Norte e o Rio de Janeiro eram os únicos Estados onde o processo de constitucionalização não havia sido concluído. Por isso, em ambos os Estados, a disputa pela definição do governador constitucional envolvia facções políticas nacionais que procuravam conquistar posições para influir na sucessão presidencial de 1938 (SPINELLI, 2010, p.160).

O contexto do Rio Grande do Norte nesse momento mostra que o jornal: A Ordem, se inseria em um processo de grandes mudanças, sejam essas políticas, educacionais culturais e sociais. Nesse impressiona a quantidade de conteúdos variados referentes à Educação Profissional, às políticas públicas para a Educação, e a projetos governamentais.

Para análise foram utilizadas 5 edições do jornal A Ordem de 1936 a 1947 que trazem informações sobre Educação Profissional, Educação profissional agrícola, Fundo de educação, Ensino normal e Ensino, conforme Quadro 9.

Quadro 9: Índícios relacionados à educação presentes no Jornal A Ordem (1936--1947)

REFERÊNCIA DO JORNAL	PALAVRAS ENCONTRADAS	CONTEXTO HISTÓRICO
A ORDEM: Propriedade e Direção do Centro de Imprensa- C.M.M. Natal, 1 Jan. 1936.	Ensino Profissional	Era Vargas– 1930-1945
A ORDEM: Propriedade e Direção do Centro de Imprensa- C.M.M. Natal, 1 Jan. 1936.	Fundo de Educação	Era Vargas – 1930-1945

48 Sobre a Eleição de Juvenal Lamartine, e sua deposição pelo golpe de 1930, ver Trindade (2010.p.173).

49 Governo de Irineu Joffily ver Trindade (2010.p.194).

A ORDEM: Propriedade e Direção do Centro de Imprensa- C.M.M. Natal, 2 Jan.1943.	Ensino Agrícola e Educação Profissional	Estado Novo – 1937-1945
A ORDEM: Propriedade e Direção do Centro de Imprensa- C.M.M. Natal, 1 Jul. 1946.	Ensino Profissional Agrícola	República Democrática – 1946-1964
A ORDEM: Propriedade e Direção do Centro de Imprensa- C.M.M. Natal, 1 Jul. 1947.	Ensino Profissional Masculino e Feminino	República Democrática – 1946-1964

Fonte: Elaboração própria em 2019

Por certo, esta seção analisou, a quantidade de produções feitas por cada jornal, em determinado período de tempo. Diante disso, também no momento inicial da seção foi analisado as leituras históricas da imprensa, ou seja, relacionando o contexto a imprensa local, posteriormente enfocando a importância de cada jornal e revista na pesquisa. Dessa forma a próxima seção abordará as leituras históricas sobre educação profissional em sua essência principal de análise baseado no Indiciário.

4 EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA IMPRENSA DO RIO GRANDE DO NORTE DE 1877 A 1947: LEITURAS HISTÓRICAS

Em primeiro lugar, está seção, é o coração da dissertação, ou seja, é o que da voz a análise baseada no indiciarismo, onde serão mostrados e abordados as descobertas sobre educação profissional ao longo da História da Educação do Rio Grande do Norte.

4.1 LEITURAS HISTÓRICAS NO JORNAL O BRADO CONSERVADOR

O Jornal o Brado Conservador por ser monarquista e vinculado ao partido conservador, publicava notícias das Revistas e Jornais do Rio de Janeiro, onde estava localizada a capital Imperial. Assim, nas Figuras 3 e 4 mostra-se como esse expressava as ideias da Revista Brasileira de Educação e Ensino também chamada de Revista A Escola. Para Santos (2017, p.75): A Revista a Escola foi um periódico publicado em vários estados do Brasil, como Alagoas, Paraná, Bahia, Pará, Maranhão e Rio de Janeiro, onde teve circulação nos anos de 1877 e 1878. Desse modo, pelo fato de estar sendo publicada em poucos Estados do Nordeste, muitos jornais republicavam as notícias veiculadas nessa Revista por ser ela mais urbana, com o intuito de obter maior credibilidade nos assuntos, principalmente nos relacionados à educação.

Assim o Brado Conservador apoiava as ideias dessa Revista referentes às ideias de modernidade e de educação pública para todos a fim de melhorar aspectos vinculados a valores humanos. Em razão disso, na Figura 6 mostra-se como exemplificação uma matéria que apresenta um modelo de educação pública baseado em países como Estados Unidos e Alemanha, recém-unificada em 1871. Esses países que na década de 1870, eram exemplos de país industrializado e com alto índice de crescimento.

O texto constante da Figura 6 demonstra como a imprensa norte-rio-grandense fazia sua leitura sobre educação, “como a solução do grande problema da regeneração social” e já naquele momento buscava-se exemplos a serem seguidos, como os apontados: Estados Unidos e Alemanha.

Figura 6: Jornal o Brado Conservador – 5 de Janeiro de 1877- Educação Pública e o Modelo de Modernidade

Entre as idéas que modernamente se agitam, no interesse do aperfeiçoamento moral e material da humanidade, uma avultada e leva a primazia a todas as outras pela elevação de seus fins e grandeza de seus efeitos, é— a instrução popular.

Não ha duas opiniões sobre a efficacia de seus resultados, e os povos mais cultos, como os que o são menos, todos a consideram e a proclamam como a solução do grande problema da regeneração social.

A exemplo dos Estados-Unidos, e da Alemanha, que na diffusão do ensino acharam o segredo da sua grandeza, e de sua fortuna, as demais nações, por mais economicas que sejam, quando se trata de tão magno e palpitante assumpto desapertam sem hesitação

Fonte: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Na Figura 4, da mesma edição do Jornal, mostra que a ideia de abrir escolas tem como consequência o fechamento de presídios. Nesse sentido, a educação é inserida como um meio de diminuição da violência, e pelo investimento na educação pública, pelo apelo ao saber que dimana das inteligências privilegiadas, pelo elogio aos denominados países que para eles são: “nações sabiamente governadas”, o discurso da imprensa norte-rio-grandense comunica sobre educação atrelando à notícia o ideal de educação como instrução popular capaz de promover a regeneração social, discurso presente na perspectiva liberal-burguesa de educação apresentada na seção 1 dessa dissertação.

Figura 7: Jornal o Brado Conservador – 5 de Janeiro de 1877- Educação Pública e a Imprensa Pedagógica

Que abrir escolas é fechar cadáveres, que despendor centenas com a educação publica é augmentar de milhões o producto nacional das industrias, das artes e sciencias, que instruir a cabeça do menino é dispensar a necessidade de cortar a do adulto, são verdades simples e hoje incencussas, verdades que dimanam directamente da religião do Urucificado !

Muitos e diversos são os meios empregados pelas nações sabiamente governadas, para derramamento dos conhecimentos pelas massas populares, uns directos, outros indirectos ; mas entre todos elles occupa lugar distincto a «imprensa pedagogica», elemento indispensavel para elevar todos os dias o nivel da instrucção do magisterio, e transmittir

Fonte: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

O Jornal o Brado Conservador, faz referência a um “otimismo pedagógico”, em que a ampliação do ensino, ajudará a resolver os problemas sociais da população, como salienta Franca (1952), supracitado, “o privilégio dos estudos reservados aos humildes” traz os resquícios da visão colonial propugnada pela Igreja Católica em seus planos para educação dos pobres. Todavia, apesar de não diretamente relacionado à educação profissional o fato apresentado na Figura 7 há em certo sentido uma vinculação com essa, posto que mostra a relação entre “imprensa pedagógica” e “instrução do magistério” o que denota formação para o trabalho docente.

A Figura 8, do Jornal o Brado Conservador mostra um recorte da edição de 2 de Junho de 1877, e apresenta uma série de conflitos e debates em torno da Instrução Pública da Província do Rio Grande do Norte.

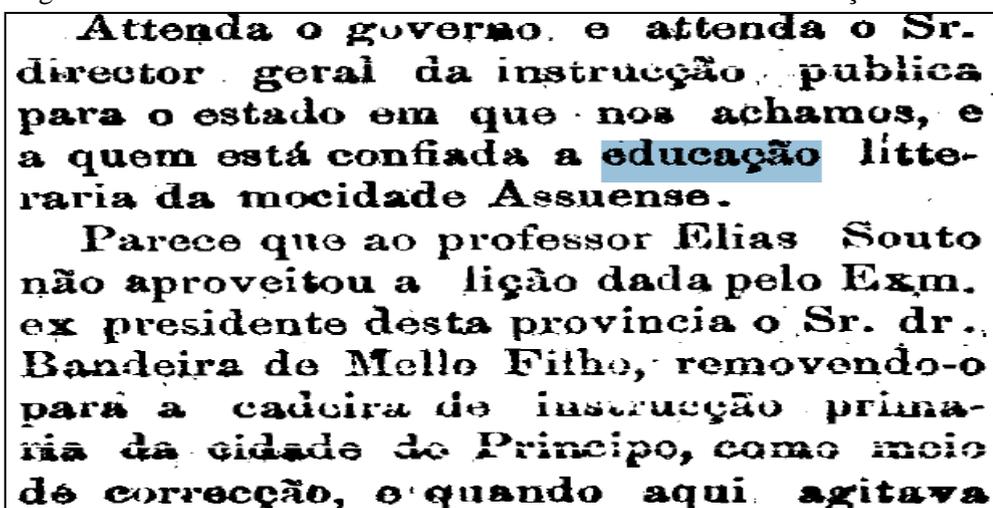
A primeira questão levantada é a de transferência de professores para outras cidades por questões políticas. Nesse sentido, a transferência do professor Elias Souto, está claramente relacionada à questão dos conflitos com o ex-presidente da província João Capistrano Bandeira

de Melo Filho⁵⁰ – 1836-1905; que o removeu da cadeira de Instrução primária na cidade de Assú, para a cidade de Vila Príncipe⁵¹.

A notícia faz entender que o professor Elias Souto fazia críticas ao ex-presidente de província em relação, a falta de instrução pública da população Assuense. Nessa perspectiva, o Jornal faz um apelo ao Diretor de Instrução pública da província, afirmando que o destino da instrução pública assuense está relacionado diretamente à melhora da educação literária da juventude de Assú/RN.

Nesse ponto, é percebido que essas críticas feitas pelo Jornal O Brado Conservador, em relação a instrução pública, reflete uma questão vinculada à visão da educação imperial, assim como afirma Sússekind (1984.p.122): nesse momento havia “a exigência de uma sintonia nítida entre literatura e vida nacional, de uma literatura que ‘documente’ o que ocorre no país, aponta para o fato de a crítica literária brasileira ter sido geralmente mais realista”. Ressalte-se que a educação literária da juventude remete à concepção de formação humana integral propugnada pelos intelectuais críticos do Século XXI acerca de educação profissional supracitados no primeira seção dessa dissertação.

Figura 8: Jornal o Brado Conservador - 2 de Junho de 1877 – A Educação Literária



Fonte: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

50João Capistrano Bandeira de Melo Filho foi Advogado e professor, natural de Olinda/PE. Presidente de cinco Províncias brasileiras: Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Pará, Maranhão e Bahia, no século XIX. Disponível em http://memoriapolitica.ale.sc.gov.br/biografia/1212-Joao_Capistrano_Bandeira_de_Mello_Filho. Acesso em 18/07/2019.

51Segundo Araújo e Neta (2009.p.184) “Desde a Povoação do Caicó (1735), que foi elevada à Vila do Príncipe (1788), à Cidade do Príncipe (Lei Provincial nº 612, de 15 de dezembro de 1868) e, finalmente, à Caicó (Decreto nº 33 de 7 de julho de 1890).

A morte no século XIX e a trajetória de vida do falecido era noticiado em Jornais, especialmente se o falecido fosse sócio, assinante ou contribuinte da revista, ou então algum membro de classe aristocrática, ou político, se vê que nessas notícias também se veiculava indícios da educação do morto.

O Brado Conservador utilizava das Honras Fúnebres para exaltar a figura intelectual do defunto, e a educação intelectual era sempre referida nos testamentos *pós-mortem*, segundo Araújo e Neta,

na tradição dos instrumentos sutis de controle social, os testamentos post-mortem atualizavam às autoridades políticas e religiosas portuguesas, e posteriormente brasileiras, indícios, traços e sintomas elucidativos do quantum dos bens materiais dos testadores e de seus destinatários (ARAÚJO; NETA,2009.p.191).

Em síntese, os Jornais do século XIX noticiavam a morte e faziam homenagens em seus periódicos, muitas vezes, essas notícias sobre as mortes ficavam ao lado das notícias sobre educação como se pode observar nas edições que trazem indícios sobre educação.

4.2 LEITURAS HISTÓRICAS SOBRE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRADO FEDERAL

Em relação as leituras Históricas sobre o Jornal o Brado Federal, é necessário lembrar primordialmente que este Jornal esteve em um período curto de circulação entre 1889-1890, como também que grande parte de suas edições foi perdida.

Uma das mais aceitas explicação, para o silêncio em relação a educação e educação profissional, é pelo fato de ter apenas uma edição desse Jornal, presente na Biblioteca Nacional Digital Brasileira, pois um único exemplar sobreviveu a destruição do tempo, causada pela falta de conservação, e por agentes externos e internos, assim como afirma Báez:

Nos trópicos, comem todo o papel úmido que encontram por onde passam. Também devoram o papelão das lombadas, as etiquetas dos dorsos e a encadernação, além de sujar com seus excrementos o papel dos livros. Entre os Orthoptera (ortópteros), o inocente Gryllus domesticus pode destruir livros porque come papel, tecido, couro e costuras. Quanto às térmitas (ou cupins), incluídas entre os Isoptera (isópteros), dotados de asas em determinados momentos, devido ao seu forte gosto pela madeira e a celulose costumam ser grandes destruidores de bibliotecas em continentes como a África e a América Latina (BÁEZ,2006, p.224).

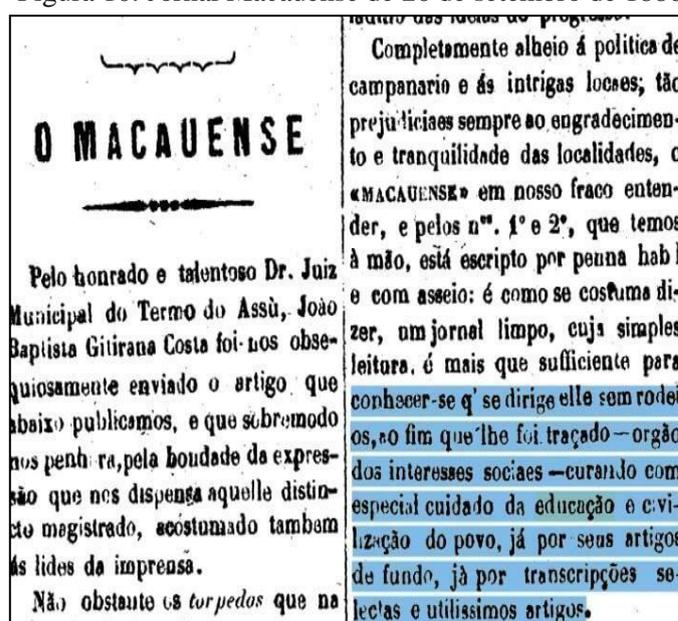
Diante disso o Jornal o Brado Federal, em seus anos de atuação, foi publicado na cidade de Assú, e segundo a sua única fonte⁵², publicava notícias políticas sobre o governo federal, em especial os discursos dos Ministros de Governo.

4.3 LEITURAS HISTÓRICAS NO JORNAL O MACAUENSE SOBRE EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

As leituras históricas no Jornal o Macauense inicia-se na edição de 20 de setembro de 1886, e finaliza com a edição de abril de 1889. No total foram analisadas cinco edições.

O termo educação e civilização do povo foi encontrado na edição do Jornal O Macauense de 20 de setembro de 1886, conforme mostra a Figura 10.

Figura 10: Jornal Macauense de 20 de setembro de 1886



Fonte: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Esse Jornal e as ideias nele contidas expressam o pensamento em relação à educação no século XIX, ou seja, uma educação para a civilização do povo ligada ao ideal imperialista. Nesse sentido, inferem que:

Grande parte das populações dos países ricos compartilhava ainda o preconceito da superioridade sobre os outros povos. Era opinião comum entre a população dos países industrializados que os povos dominados se constituíam em raças inferiores, por

⁵² O BRADO FEDERAL: Rio Grande do Norte. Assú, 15 abr. 1890. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=819824>>. Acesso em: 17 set. 2019.

natureza incapaz de utilizar seus próprios recursos naturais; e que eles, povos superiores, tinham o direito e o dever de explorá-los em benefício de toda a humanidade. (BONIFAZI; DELLAMONICA, 2002, p. 213).

Os intelectuais e jornalistas monarquistas brasileiros⁵³, foram influenciados por esse imperialismo do século XIX, pois segundo Carvalho (2002, p. 17) “ao proclamar sua independência de Portugal em 1822, o Brasil herdou uma tradição cívica pouco encorajadora”. Outra temática, muito importante encontradas nas edições do Macauense foi o termo “educação do povo”, muitas vezes, associado a importância de Jornais diversos e atuações de empresas, como mostra a edição de 2 de outubro de 1886.

Figura 11: Jornal Macauense de 02 de outubro de 1886

<p>Eis o que diz:</p> <p>O talentoso e esforçado moço, Dr. Manuel Porphirio de Oliveira Santos, contando com a coadjuvação de outros cavalheiros, resolveu crear um jornal diario nesta cidade, o qual deverá apparecer no dia 1º de Janeiro do anno proximo viadouro.</p> <p>Desde já trata de montar a imprensa para o que mandou vir do Rio de Janeiro um prelo e mais material necessario a uma officina typographica nas condições de satisfazer as exigencias de uma folha diaria.</p> <p>Já que o Sr. Santos teve a delicadeza de communicar-me a sua bri-</p>	<p>valheiro que se mostra cheio de tão nobres intenções, deixo de justificar a minha asserção, desejando ardentemente que no futuro se verifique, <i>esmagadoramente</i> para mim a improcedencia daquelles receios.</p> <p>Creio que é desnecessario affirmar a importancia de uma semelhante empreza, que por certo muito contribuirá para o adiantamento desta capital, quiza da provincia, especialmente no tocante aos costumes e á educação do povo. Este ha de ler, porque terá jornal diario e barato, e conseguintemente se alargarão os seus conhecimentos sobre aquillo que directamente o interessa.</p>
---	--

Fonte: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Nessa perspectiva, o Jornal o Macauense, se relacionada diretamente com as ideias de educação imperial, fazendo remissões a costumes e crenças e apelando para uma educação civilizadora.

A ideia de educação para o povo, nesse período, era limitada no Brasil Imperial, pela ausência de uma população educada no sentido formal, ou seja, grande parte da população brasileira não tinha acesso à educação, pois segundo :

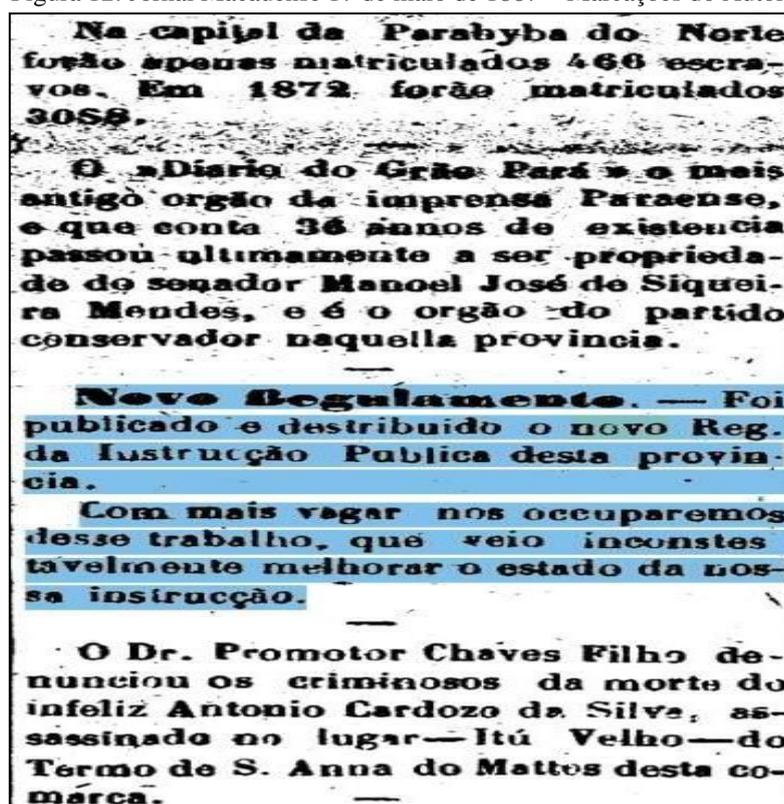
⁵³Intelectuais como Arlindo Veiga dos Santos – 1902-1978, Afonso Celso de Assis Figueiredo – 1836-1912, Gaspar da Silveira Martins – 1835-1901.

Nos países em que a cidadania se desenvolveu com mais rapidez, inclusive na Inglaterra, por uma razão ou outra a educação popular foi introduzida. Foi ela que permitiu às pessoas tomarem conhecimento de seus direitos e se organizarem para lutar por eles. A ausência de uma população educada tem sido sempre um dos principais obstáculos à construção da cidadania civil e política (CARVALHO.2002, p.11).

A educação do povo estava associada à educação dos costumes, como mostra o próprio periódico o Macauense, quando se refere aos termos: “especialmente no tocante aos costumes”.

Outra grande temática encontrada no Jornal o Macauense, mostrada na Figura 12, está associada à ideia de novos regulamentos para instrução pública, essa concepção de novos regulamentos está associada, a ação do Estado na educação, e é abordada positivamente na edição de 17 de maio de 1887.

Figura 12: Jornal Macauense 17 de maio de 1887 – Marcações do Autor.



Fonte: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

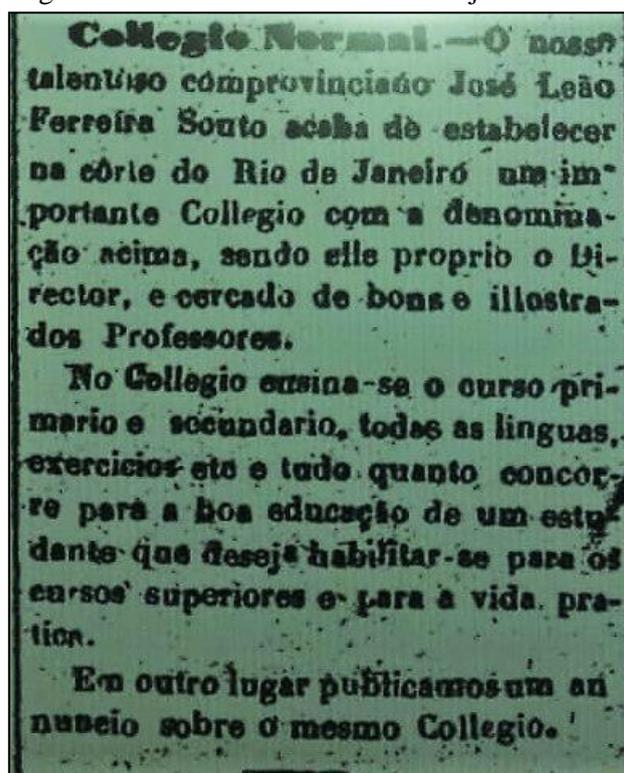
A educação no Jornal o Macauense de 17 de maio de 1887, que está do lado das notícias sobre “o sal”, que é um dos produtos da economia potiguar; revela o caráter de ligação das notícias da educação, e as notícias econômicas da província do Rio Grande do Norte, o que denota uma vinculação estreita entre educação e economia nesse periódico.

No jornal O Macauense na edição de 16 de junho de 1888, após a abolição da escravatura, os redatores, fazem elogios ao Colégio Normal do Rio de Janeiro, fundado por José Leão de Ferreira Souto, um coprovinciano que se estabeleceu no Rio de Janeiro. Nesse âmbito, o trecho do periódico (Figura 13) explica o que é ministrado no Colégio, desde o curso primário até o curso secundário, além do mais explica também o ensino de línguas, que reflete diretamente a inspiração francesa na educação do Brasil Imperial, pois segundo temos que:

Em 1854, seguindo a inspiração francesa, o ensino primário foi dividido em elementar e superior. No elementar, ensinava-se instrução moral e religiosa, leitura e escrita, noções essenciais de gramática, princípios elementares de aritmética e o sistema de pesos e medidas, no superior poderiam incluir-se dez disciplinas, desdobradas do ensino elementar (CHAGAS, 1980, p.16).

Nesse prisma de abordagem, a educação primária e secundária e também interpretada nos anúncios do Jornal o Macauense de 16 de julho de 1888, apresenta direcionamentos que mostram um noticiário de sentido para além do espaço do RN, pois a matéria não traz informações sobre a educação do Estado, mas de um anunciante do Jornal.

Figura 13: Jornal Macauense de 16 de julho de 1888

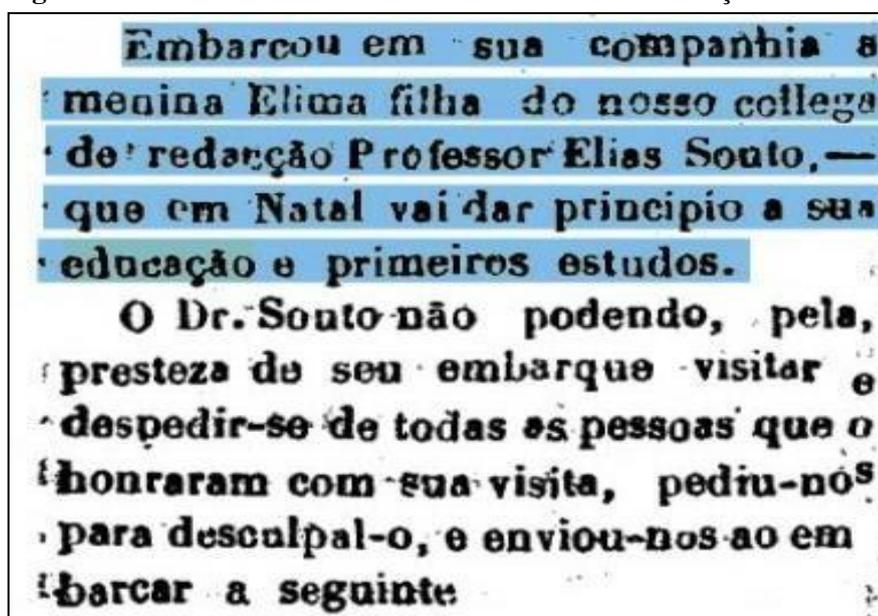


Fonte: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Por fim, a última edição analisada do jornal O Macauense foi a de 06 de abril de 1889 mostrado na Figura 14, que aborda o tema da educação relacionado à viagem da filha do redator do Jornal, Elias Souto que foi realizar em Natal a sua educação e seus primeiros estudos.

Apesar de ser apenas um registro familiar, a notícia traz um indício, qual seja, o de que no cenário do RN, as melhores escolas de ensino para os primeiros estudos encontravam-se na capital, ou seja, grande parte da elite interiorana da província do Rio Grande do Norte mandava seus filhos para estudar na capital da província, ou seja, em Natal. Há anúncios sobre as escolas das elites potiguares divulgadas ao longo das edições desse Jornal.

Figura 14: Jornal Macauense de 06 de abril de 1889- Marcações do Autor.



Fonte: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Portanto, foi concluí-se que a filha de Elias Souto, fazia parte de uma família com condições de manter seus estudos na capital, ou seja, uma família poderosa economicamente, a qual fazia uso desse jornal para divulgar de forma laudatória seus feitos, a exemplo da notícia da fundação do Colégio no Rio de Janeiro, por uma pessoa da mesma família, pois como afirma:

José Leão Ferreira Souto (1850-1904), empregado público, no Rio desde fins de 1870, dedicando-se ao jornalismo, às letras e ao magistério. De tradicional família proprietária de Açu, região sertaneja do oeste potiguar, Leão era filho do "coronel" Luís Antônio Ferreira Souto e irmão mais novo dos monarquistas Conservadores, o magistrado Luís Antônio Souto (1842-1895) e o professor e jornalista Elias Souto (CASCUDO, 1955, p. 44-46).

Constata-se que em 1889 a família de Elias Souto, possuía condições em relação financeiras e divulgação os ideais monárquicos fazendo isso vinculada ao sistema educacional do período, pois segundo:

Elias Souto era um representante desse "conservadorismo monárquico", foi Elias Souto, professor primário, que era menos "erudito" do que Santos, mas de espírito menos partidário, mais independente e "brigador" do que o magistrado; o pensamento monarquista saudosista de ambos será estudado mais detalhadamente no último capítulo desta tese, dedicado justamente às permanências de "ideias monarquistas" na República (BUENO,1999, p.79).

Os indícios vistos por esse ângulo mostram as condições socioeconômicas de uma família tradicional do RN, a família Souto, que divulgava na imprensa sobre seu comando, a educação recebida e promovida pela própria família, diga-se a título de ilustração que se trata de educação privada.

As descobertas em relação às cinco edições estudados do jornal O Macauense, dos anos de 1886, 1887,1888, e 1889, permitem afirmar que mesmo com várias temáticas relacionadas à educação, nenhuma de forma explícita traz indícios para se discutir educação profissional. Além disso, a produção dos escritos históricos do jornal O Macauense, estão ligados ao seu lugar de origem, e as condições e relações sociais específicas do século XIX. Em vista disso, o Jornal O Macauense, expressava ideologias e pensamentos sobre a educação, seja ela cívica, popular, elitista, pública ou privada e através de seus redatores cultivava os pensamentos do contexto do século XIX, em que as concepções conversadoras, monarquista, imperialista, ainda tinham força nos Jornais do Rio Grande do Norte, embora o Brasil estivesse passando para Fase Republicana. Nesse percebe-se a relação entre a educação e a indústria salina Macauense expressa nos escritos de educação atrelados a escritos econômicos da economia salina em Macau, que por volta de 1886 crescia fortemente, avançando até o início do século XX.

O Jornal O Macauense serviu como meio de propaganda em termos educacionais ou econômicos, contra as ideias republicanas, expressas pelas oligarquias estaduais. Assim, utilizando-se de elogios à educação imperial como meio, de exaltar a monarquia, ou seja, mostrando o Colégio Normal do Rio de Janeiro como modelo de educação, relacionando-o aos novos regulamentos de instrução pública para a província do Rio Grande do Norte. Desse modo, expressavam esses ideais monárquicos referentes aos aspectos educacionais no Jornal.

Esse Jornal imprimia diretamente em sua comunidade de origem uma pequena parte da história educacional da cidade potiguar de Macau. Mostrava, dessa maneira, os aspectos da sociabilidade intelectual dessa nos modos de expressão escritos sobre educação em relação à

visão conservadora monárquica, que em muitas de suas singularidades se encontram nas premissas educativas da concepção católica do *Ratio Studiorum* como discutido na seção 1.

Todavia, o Jornal O Macauense expressou em algumas de suas edições o termo “educação popular”, só que não se referia a educação popular nos termos atuais, mas a uma educação popular atrelada aos costumes, ou seja, a direito costumeiro de caráter conservador, atrelado aos aspectos tradicionais do Brasil Imperial, no entanto, ressalte-se que, esse periódico é ainda uma das fontes que contribui para a compreensão dos aspectos educacionais da década de 1880, na cidade de Macau, mas não traz notícias que tratem de educação profissional especificamente.

4.4 LEITURAS HISTÓRICAS ACERCA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO JORNAL A REPÚBLICA

O Jornal A República compreende o contexto da Primeira República (1889-1930) e vai além desse. Mostra em suas primeiras edições a transição da República da Espada (1889-1898) para a República Oligárquica (1898-1930). Observa-se que é nesse período que grandes acontecimentos sociais e políticos irão marcar as políticas educacionais em nível estadual e nacional.

Esse Jornal está imerso no nível de sociabilidade intelectual do governo do Estado do RN entre 1889-1930, e as ideias expressadas por ele, num primeiro momento, mostram os ideais dos republicanos, e do governo do Estado, bem como da elite natalense⁵⁴ em parte apoiadora da Oligarquia Albuquerque Maranhão, que governou o Estado de 1889-1920.

Nesse sentido, o Estado do Rio Grande do Norte, já passava por grandes transformações, antes mesmo da chegada do regime republicano, através da difusão de novas ideias, trazidas pelos novos meios de comunicação, como o telégrafo, pois segundo Souza (2008, p.94): “durante o Ministério de Rio Branco (1871-1875), foram feitas as ligações interprovinciais. No Rio Grande do Norte, o telégrafo chegou por volta de 1870-1880”.

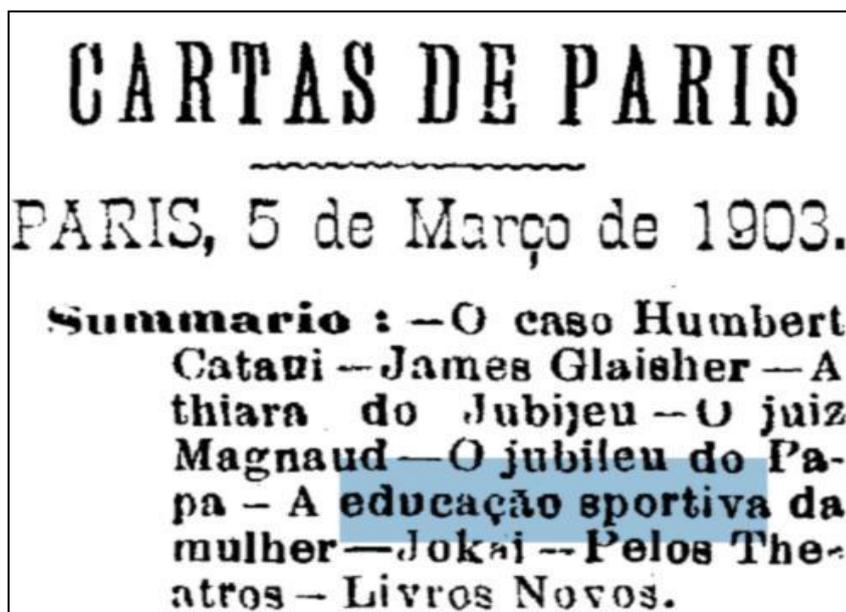
Nesse prisma de abordagem, a mudança de paradigmas políticos trazida pelas novas tecnologias de comunicação, e pela difusão da imprensa, levou a mudanças significativas nas políticas de instrução pública do Estado do RN, um exemplo disso são as iniciativas para

54 A elite Natalense era composta por famílias tradicionais ligadas ao governo do Estado e do Judiciário, e também aos coronéis do Sertão, entre eles estão Alberto Maranhão, Manoel Dantas, Segundo Wanderley, Antonio de Souza, Augusto Bezerra, Pedro Avelino, Luis Emygdio, Manoel Coelho, Francisco Cascudo, Joaquim Anselmo, Adelino Maranhão, José da Penha, Henrique Castriciano, Domingos de Barros, Valle de Miranda.

realização de reformas educacionais em várias áreas do ensino, refletindo a política de Estado, para a consolidação do Regime Republicano na Educação Brasileira. Um exemplo disso é a primeira reforma republicana na Educação, a Reforma de Benjamin Constant (1890), que segundo Delgado (2018, p.70) foi “centrada na atenção do ensino científico, ao invés do literário, outra questão levantada nessa reforma foi à prioridade no Ginásio Nacional que era a porta de entrada para o Ensino Superior, além disso, iniciou o modelo de seriado”. Essa reforma denota as influências positivistas sobre a educação no País em conformidade com o que foi assumido como paradigma republicano, de acordo com os fundamentos liberais/burgueses supracitados na seção 1.

A Figura 15 mostra um pouco dessas mudanças ao abordar a temática das Cartas de Paris sobre “Educação Esportiva”, em especial, a Educação esportiva da Mulher.

Figura 15: Jornal a República - 1 de Abril de 1903 – Educação Esportiva



Fonte: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

A educação esportiva começou a ser valorizada na Europa, na França, e como a elite natalense seguiu o padrão da *belle époque* francesa, vê a educação esportiva, como uma característica positiva, do mundo civilizado do período⁵⁵. Assim, essa vai merecer destaque em meio às demais notícias do mundo nesse periódico.

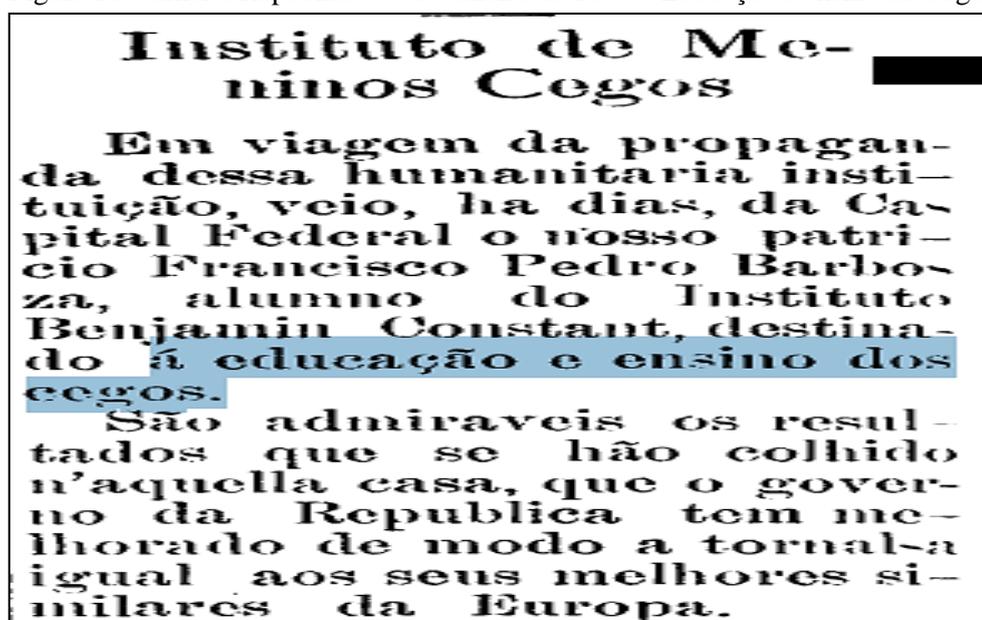
⁵⁵ Para grande parte da Elite Brasileira, o mundo civilizado compreendia os países europeus ocidentais, e os países Americanos do Norte, como os Estados Unidos.

A Figura 16, do Jornal a República de 1896, mostra a exaltação à educação ministrada pelo Instituto de Meninos Cegos⁵⁶, em conjunto com as melhoras que o governo Republicano realizou nessa instituição. Segundo Teixeira (1968), na Primeira República, essas medidas eram medíocres:

Nada me parece mais significativo desse longo período de omissão e estagnação, com medidas medíocres e lampejos de paternalismo, do que a criação do colégio Pedro II e dos institutos de cegos e surdos-mudos, como as principais instituições educativas da capital do país em 60 anos de reinado (TEIXEIRA, 1968, p.71).

Considera-se, portanto, que o jornal a República, nesse comentário referente ao Instituto dos Meninos Cegos, promovia, como divulgador, os investimentos e realizações do governo da República Central, exaltando-as em comparação com a Europa.

Figura 16: Jornal a República – 5 de Janeiro de 1896 – Educação e ensino de Cegos



Fonte: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

O trecho da Figura 16 mostra a educação e o ensino dos cegos, como “admiráveis”, mas não é um fato local, é apenas uma notícia vinda da capital federal – o Rio de Janeiro, naquele momento.

⁵⁶Criado em 1854, pelo decreto n. 1.428, de 12 de setembro, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos tinha por atribuição ministrar a instrução primária e alguns ramos da secundária, educação moral e religiosa, ensino de música, bem como ofícios fabris. Disponível em <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/327-imperial-instituto-dos-meninos-cegos>. Acesso em 09/07/2019.

4.5 LEITURAS HISTÓRICAS NAS EDIÇÕES DA REVISTA DO IHGRN SOBRE EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A primeira edição da Revista do IHGRN onde foram encontradas informações sobre Educação, foi a de Julho de 1904, a qual aborda um panorama histórico sobre a educação jesuítica dada ao Índio Poty, no contexto dos conflitos do Brasil Holandês. Nesse cenário, o trecho mostrado na Figura 17 explica que depois do retorno do Índio Poty, da Capitania da Bahia, esse chega à capitania do Rio Grande, para se juntar à Companhia de Jesus para receber a Educação Jesuítica.

O índio Poty atuaria como espião nas guerras do Brasil Holandês, pois foi responsável por fornecer informações aos Holandeses sobre a Capitania do Rio Grande, assim como afirma:

Neste último ano, cinco indígenas, moradores de Baía da Traição (PB), cristianizados e flamencizados, Caspar Paoupaba, Andreus Francisco, Pieter Poty, Antony Francisco e Lauys Caspar, compareceram no dia 20 de março perante o notário Kilian van Resselaer, com a finalidade de prestarem informações detalhadas da costa nordestina brasileira aos seus amigos neerlandeses (MEDEIROS FILHO, 1998, p. 16-19).

Dessa forma, segundo o relato da revista o índio Poty, além de ser um espião, voltou também da Capitania da Bahia em virtude, da destruição do Quilombo que esse frequentava. Observe-se que a destruição de quilombos foi uma característica do século XVII, como mostra Ferreira (1995, p.99) ao afirmar que “o governo colonial também solicitou o auxílio dos bandeirantes para resolver problemas internos, como dominar índios bravios ou combater revoltas de escravos”.

Figura 17: Revista do IHGRN – Julho de 1904, pagina 170- Educação Jesuítica no Brasil Colonial

Voltando da Bahia, ao que parece, em 1604, depois da destruição dos quilombos do rio Itapicurú, em que, como se disse, tomou parte e se distinguiu, é de presumir que o joven *Poty* se tivesse recolhido a' sua aldeia de *Ygapó*, no Rio Grande, onde começou a receber a **educação** que lhe ministravam, em missões, os padres da Companhia de Jesus.

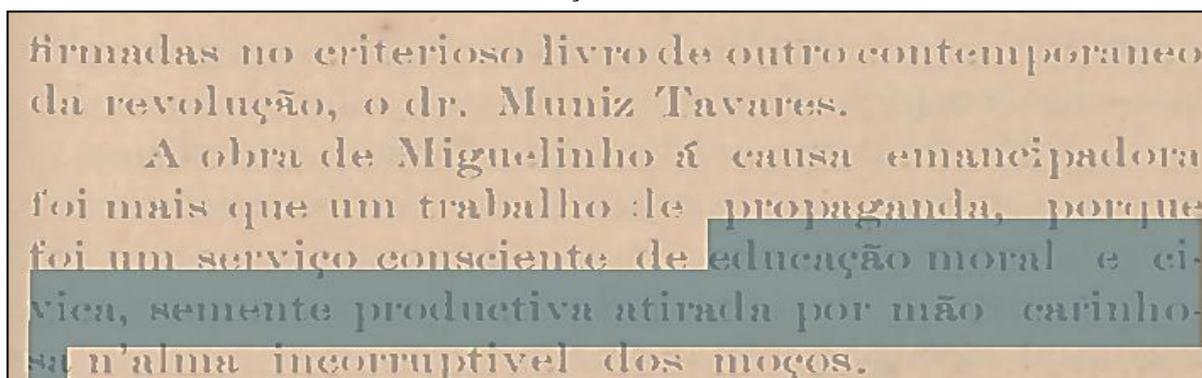
Fonte: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

O refúgio do Índio Poty seria na Capitania do Rio Grande, em especial na Aldeia de Ygapó⁵⁷. Esse índio é retratado na Revista com o nome popular de índio Antônio Felipe Camarão, pode-se afirmar que esse nasceu em Pernambuco no ano de 1600 ou 1601 e que foi educado pelos jesuítas. Ele sabia ler e escrever em português e tinha algum conhecimento de latim.⁵⁸

Nessa primeira edição da Revista do IHGRN, de 1904, é percebido que a educação jesuítica é repassada por meio de grandes nomes da História Potiguar como o índio Poty, o que pode ser um reforço para uma perspectiva de permanência da educação promovida por meio das regras do *Ratio Studiorum*, já referidas nessa dissertação.

A segunda edição analisada é a número 2 de 1906. A Figura 18 refere-se à análise da obra do Padre Miguelinho, fazendo uma exaltação a esse ao afirmar que o Padre, foi um exemplo de trabalho consciente, que valorizou a Educação Moral e Cívica.

Figura 18: Revistas do IHGRN – Julho de 1906, pagina 358 – Análise da Obra do Padre Miguelinho sobre Educação Moral e cívica.



Fonte: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Nesse patamar é percebido o caráter diferenciado do IHGRN, pelo fato desde não ter um caráter propriamente monarquista, no entanto, permanece em linhas gerais, o suporte pretérito à educação veiculada pelo pensamento da Igreja Católica, pois alguns dos seus sócios⁵⁹ em termos educacionais exaltavam líderes republicanos como o Padre Miguelinho, assim como afirma:

57A aldeia de Ygapó, atualmente é o bairro Igapó localizado na Cidade de Natal. O Bairro Igapó era a antiga povoação de Aldeia Velha, sede da taba dos índios Potiguares. E onde se estabeleceu o índio Poty, o nome Igapó significa sítio abandonado, pântano, banhado, alagado.

58 Disponível em

http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=453&Itemid=1. Acesso em 08/07/2019.

59 Ver sócios do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Norte nos Estatutos do IHGRN (1903.p.25).

O grande norte-rio-grandense envolvido na Revolução Pernambucana de 1817 não foi André de Albuquerque, e sim Padre Miguelinho, nascido Miguel Joaquim de Almeida Castro, no dia 17 de setembro de 1768. Aqui no Rio Grande do Norte teve apenas a educação primária, seguindo, aos dezesseis anos, para Recife, onde entrou na ordem dos carmelitas, professando, “a 4 de novembro de 1784, com o nome de Frei Miguel de S. Bonifácio, donde lhe veio o apelido de Frei Miguelinho” (TRINDADE, 2010, p.100).

Entre os sócios do IHGRN, é observado, tanto um caráter republicano, como monarquista, bem como a vinculação com grupos políticos específicos como o caso de Thomaz Landim e Eloy de Sousa.

A terceira edição da Revista do IHGRN analisada foi a de Janeiro de 1908, que abordou a educação da Mocidade ao fazer uma homenagem ao Ex-Governador Pedro Velho de Albuquerque Maranhão⁶⁰ (1856-1907), afirmando que este, queria educar a mocidade e por isso retornou a sua terra Natal, para fundar na capital o Ginásio Norte-Rio-Grandense, conforme trecho apresentado na Figura 19.

Figura 19: Revistas do IHGRN– Janeiro de 1908, pagina 235- Educação da Mocidade

Pensou, pois, em accordar-se com a propria consciencia, e a educação da mocidade de sua terra natal foi o alvo para o qual dirigiu-se a luz de seu espirito privilegiado.

Fundou nesta capital, em 1882, o *Gymnasio Rio-Grandense*, estabelecimento de instrucção primaria e secundaria e que, obedecendo a uma orientação nova e elevada, era a primeira tentativa que se fazia na provincia contra o despotismo da ferula e as lecções cantadas dos methodos antigos.

Fonte: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

⁶⁰ **Pedro Velho de Albuquerque Maranhão** nasceu em Macaíba (RN) no dia 27 de novembro de 1856. Seu avô materno, o comerciante e senhor de engenho Fabrício Gomes Pedrosa, foi o fundador da cidade de Macaíba. Formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1881. Em 1885 foi nomeado inspetor da Saúde Pública e assumiu a cadeira de história no Colégio Ateneu em Natal. Foi um dos fundadores do Partido Republicano do Rio Grande do Norte e, em 1º de julho, do jornal A República.

Pedro Velho é exaltado como clínico, educador e professor, na medida em que insere suas realizações no contexto da década de 1880, no qual segundo Trindade (2010), Pedro Velho, afirmava-se como Republicano:

Aquela eleição praticamente reafirmou o que se configurava desde o final da década de 1880, com a consolidação do Partido Republicano como a mais forte agremiação partidária do Rio Grande do Norte e a confirmação do prestígio político e eleitoral de Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, eleito pelo voto direto deputado federal e, posteriormente, a 28 de fevereiro de 1892, Presidente do Rio Grande do Norte, pelo Congresso Estadual (TRINDADE,2010,p.161).

Observa-se o caráter laudatório da matéria e o uso da educação como parte de um discurso que tinha o objetivo de exaltar uma figura histórica ou política, presente na imprensa do século XIX e início do século XX, essa utilizava de artifícios específicos, como relacionar “a pessoa” a sua terra Natal e suas realizações ao seu local de origem, sempre inter-relacionado com a educação da juventude. Nesse ponto, havia uma preocupação explícita no estabelecimento da interação entre “a pessoa” e a mocidade de sua terra Natal, segundo os princípios da ordem e boa conduta, constante dos ideais positivistas.

A quarta edição da revista do IGHRN é a de 1911 que explica à filiação do ex-governador Antônio José de Melo e Sousa⁶¹, com o Jornal a República, passando a ser um dos seus redatores e a fazer oposição em seus escritos ao Jornal Diário de Natal, conforme mostra trecho apresentado na Figura 20.

Nesse sentido, segundo a revista o ex-governador passa a escrever artigos sobre a Educação da Mulher, dando a esses um caráter republicano de seu apoio à oligarquia dos Albuquerque Maranhão, que apoiava a Educação Feminina positivista, em que segundo Duarte (2010, p.17) eram “os colégios femininos no Império e na primeira república que enfatizavam, principalmente o desenvolvimento de prendas domésticas e se limitavam a um ensino superficial da língua materna e a noções rudimentares das quatro operações”.

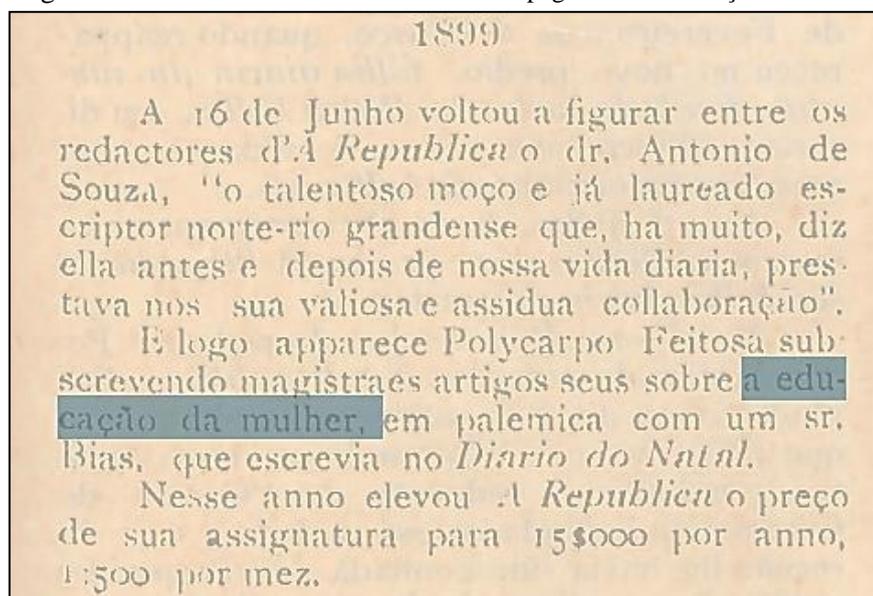
Além disso, a discussões sobre Educação da Mulher, já eram discutidas desde o Império, através de alguns Jornais femininos⁶² que eram editados no País, na imprensa potiguar isso se

61 Antônio José de Melo e Sousa nasceu no Vale do Capió, Vila Imperial de Papari, atual Nísia Floresta, no Rio Grande do Norte, em 24 de dezembro de 1867 e faleceu no Recife, em 5 de julho de 1955. Estudou em vários colégios recifenses, inclusive o Ginásio Pernambucano, e formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife, em 1889. Foi governador do Rio Grande do Norte, senador e procurador durante a República Velha. Como intelectual, foi escritor, jornalista, poeta, historiador, contista e romancista, conhecido pelo pseudônimo de Polycarpo Feitosa.

62 Senhoras (1852), Bello Sexo (1862), Sexo Feminino (1873), O Domingo (1873), Primavera (1880) [...] (SFORNI, 1996, p.60).

deu através do seu redator, o ex-governador supracitado que passou a discutir questões referentes a Educação da Mulher.

Figura 20: Revistas do IHGRN – 1911-1913 - página 99 – Educação da Mulher



Fonte: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Percebe-se que as discussões sobre Educação Feminina causam embates políticos entre os Jornais a República e o Diário de Natal, em virtude de questões voltadas à implantação, ou aceitação dessa educação no contexto do Estado do Rio Grande do Norte, e frente à opinião pública.

A quinta Revista do IHGRN analisada é a de 1919, pois mostra vários aspectos relacionados à educação: entre estes a Educação voltada para o povo sertanejo. Essa revista aborda também o sertanejo de forma peculiar diferenciado dos demais habitantes do Brasil, enfocando o aspecto da sua regionalização. Essa é observada pelo professor Durval Muniz (2009), na sua obra "A invenção do Nordeste", em que ele afirma:

Historicamente, as regiões podem ser pensadas como a emergência de diferenças internas à nação, no tocante ao exercício do poder, como recortes espaciais que surgem dos enfrentamentos que se dão entre os diferentes grupos sociais, no interior da nação. A regionalização das relações de poder pode vir acompanhada de outros processos de regionalização, como o de produção, o das relações de trabalho e o das práticas culturais, mas estas não determinam sua emergência (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p.25-26).

Desse modo, uma das características desse regionalismo sertanejo, é expressado através das suas dificuldades, e nesse aspecto regional é visto como um "batalhador, herói do campo".

Essas características do sertanejo serão expressas pela Revista na medida em que afirma que um dos aspectos principais do sertanejo é sua hospitalidade, além de focar suas dificuldades em relação à falta de instrução bem como pela presença do analfabetismo, conforme mostra a Figura 21.

Figura 21: Revistas do IHGRN – 1919, página 113- A falta de Educação do Povo

Apezar da maioria do povo ser analphabeto, contudo os costumes são relativamente polidos. A principal virtude ou qualidade dos habitantes deste municipio e de todo o sertanejo é a hospitalidade. São muito pacificos, obedientes ás leis, respeitadores das auctoridades constituídas, trabalhadores, etc. Só falta ao povo a instrucção e a educação. Diffundam-se entre os sertanejos instrucção e educação, e esse povo será capaz de todos os empreendimentos e conquistas.

Fonte: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Diante disso, a revista reforça o espaço imagético do sertão, como uma região de um povo costumeiro, hospitaleiro e sem instrução. Esse espaço imagético, ainda está presente na cultura nordestina, assim como afirma:

Nossos territórios existenciais são imagéticos. Eles nos chegam e são subjetivados por meio da educação, dos contatos sociais, dos hábitos, ou seja, da cultura, que nos faz pensar o real como totalizações abstratas. Por isso, a história se assemelha ao teatro, onde os atores, agentes da história (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p.27).

Esse espaço imagético influenciou os redatores da revista em relação à visão do sertanejo ao mesmo tempo em que denunciavam a falta de instrução e o analfabetismo. Observa-se ainda que os redatores eram influenciados pelo otimismo pedagógico, presente no início do século XX, que viam a educação como a solução para os problemas sociais e do povo sertanejo, em especial.

A sexta Revista do IHGRN analisada é datada de 1919 em um panorama histórico da vida do Barão de Assú, que mostra como aspecto positivo de sua carreira uma boa educação profissional. Luís Gonzaga de Brito Guerra, primeiro e único barão do Açú nasceu em Campo

Grande em 1818 — e morreu no RN, em Caraúbas, em 1896 foi político, magistrado e jurista brasileiro, ministro do Supremo Tribunal de Justiça⁶³, conforme trecho da Figura 22.

Figura 22: Revistas do IHGRN – 1919, página 150 – A Educação Profissional como virtude, do Doutor Gonzaga

Certamente não se enquadravam em um espírito de magistrado, disciplinado por educação profissional nos princípios de justiça, tendo como dogma a bôa fé e a franqueza no proceder, as subtilezas e as restricções mentaes a que os politicos profissionaes são obrigados. Foi sempre inimigo da violencia. Um chefe local, seu amigo, escreveu-lhe em 1849, dizendo que, apesar de ter grande maioria de votantes, os seus adversarios que “tinham

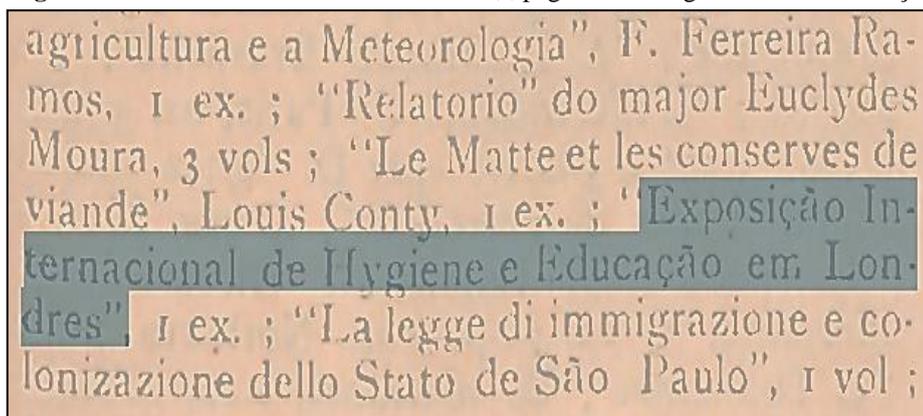
Fonte: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Neste trecho da figura 19, a educação profissional, a que a revista se refere não é a educação profissional técnica de nível médio ou outro da educação formal conforme concebida por Ciavatta suprarreferenciada nesse trabalho, mas a educação profissional praticada no local de trabalho do Barão, ou seja, a educação no trabalho na vida profissional do Barão de Açú, ou seja, de como, esse era educado profissionalmente no exercício da profissão.

A sétima edição da Revista do IHGRN é a de 1920, e traz o trecho mostrado na Figura 23, que aborda, como foi à exposição internacional de Higiene e Educação em Londres em 1884. Informa na matéria que essa informação está presente no Relatório do major Euclides Moura. Traz assim, a notícia da participação da comissão brasileira na Exposição Internacional de Higiene e Educação de Londres. Ressalta como de vital importância o marco das interações internacionais entre o Brasil, e a Inglaterra, no que se refere ao Higienismo na Educação.

⁶³ Disponível em <http://www.stf.jus.br/portal/ministro/verMinistro.asp?periodo=stj&id=351>. Acesso em 09/07/2019.

Figura 23: Revistas do IHGRN – 1920-1921, , página 174- Higienismos na Educação



Fonte: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Percebe-se que as ideias higienistas expressadas e advindas da Europa para o Brasil, pela comissão, influenciaram diversos institutos históricos e geográficos brasileiros, entre os quais, o IHGRN. Além de influenciar a criação de fundações eugênicas, vinculadas às esses institutos, pois assim como afirma:

A fundação da Sociedade Eugênica de São Paulo, em 1918, foi um marco na adoção do ideal do melhoramento da raça pelos médicos. A fundação da instituição foi iniciativa de Renato Kehl e reunia a maioria da elite médica da cidade de São Paulo. Tinha 140 membros e seu presidente era Arnaldo Vieira de Carvalho, diretor da Faculdade de Medicina (REIS, 1994, p. 41).

Dessa forma, o higienismo irá influenciar diretamente, os Estados do Nordeste, que na década de 1920, passavam por diversas revoltas sociais e crises econômicas, assim como afirma:

O Brasil estava sacudido por revoltas sociais e crises econômicas, não por questões históricas ou políticas, mas - segundo eles- por causa do clima tropical e da constituição étnica do povo. O brasileiro não tinha podido promover o desenvolvimento harmônico do país porque o calor e a mistura com raças inferiores tinham no tornado preguiçoso, ocioso, indisciplinado e pouco inteligente. Infelizmente, nada podia ser feito contra o clima. Em contrapartida, o problema racial ainda podia ser resolvido (COSTA, 1989, p. 82).

É interessante, observar que nas décadas anteriores a 1960, a educação era sempre associada à saúde pública, em termos de políticas educacionais, a revista do IHGRN, expressa esse aspecto ao abordar a importância do higienismo na educação. Observe-se ainda que grande parte dos profissionais da saúde, também eram considerados educadores, como mostra Petri (2003):

O médico higienista era especializado em saúde pública e administração sanitária, não só era responsável por prescrever condutas higiênicas, era também considerado um educador “e quando o assunto é saúde mental, chega a afirmar que a família é a grande causadora dos distúrbios mentais: a família é nefasta. (PETRI, 2003, p.13)

Nesse aspecto, esses profissionais da saúde também faziam parte da elaboração de políticas educacionais para educação, e atuavam diretamente na aplicação dessas, assim como afirma Kuhlmann (1998): “Os higienistas discutiam os projetos para a construção de escolas, a implantação dos serviços e inspeção médico-escolar, e apresentavam sugestões para todos os ramos do ensino, em especial com relação à educação primária e infantil.” (KUHLMANN, 1998, p.91)

Ademais, é percebido também que estes aspectos higienistas, do século XIX, chegaram a influenciar os redatores, e sócios do IHGRN pelo fato das diversas mudanças legislativas impostas à educação brasileira, com forte aspecto higienista, assim como afirma Borges e Desbiens (2003): “O ensino da higiene na escola torna-se teoricamente obrigatório a partir de 1878, mas na realidade é ignorado. Essa situação mudará em 1842, quando as autoridades escolares tornam o ensino de higiene obrigatório, em todas as escolas, com 60 min./semana.” (BORGES; DESBIENS, 2005, p. 103-104).

A oitava edição da Revista do IHGRN é de 1922 e aborda a educação cívica no ano de centenário da Independência do Brasil. A revista afirma que tanto nas escolas urbanas como rurais do Estado do Rio Grande do Norte, a educação cívica atrelada à data da independência não deixou de ser comemorada.

Entende-se na análise que no ano de 1922, a Revista do IHGRN, foi afetada diretamente pelo entusiasmo do centenário da independência atrelado à ideia de modernidade, e de construção de uma nova nação, bem como de civismo que foi reforçada, como afirma:

A ideia de coesão nacional, defender o trabalho nacional, difundir a instrução militar nas diversas instituições, desenvolver o civismo, o culto ao heroísmo, fundar associações de escoteiros, linhas de tiro, batalhões patrióticos, arrivar o estudo da História do Brasil e das tradições brasileiras, promover o ensino da língua pátria nas escolas estrangeiras existentes no país, propagar a educação popular e profissional, difundir nas escolas o amor a justiça e o culto ao patriotismo, combater o analfabetismo (NAGLE, 2004, p. 261).

Nesse prisma de abordagem, a educação cívica, atrelada a História do Brasil e a formação da cidadania, foi reforçada pela revista do IHGRN, no que se refere à exaltação dos ícones republicanos tanto na História Geral do Brasil, como na História Potiguar, assim como:

a crença no poder redentor da educação pressupunha a confiança na instrução como elemento (con)formador dos indivíduos. Potência criadora do homem moral, a educação foi atrelada à cidadania e, desta forma, foi instituída a sua imprescindibilidade para a formação do cidadão. Articulada com a valorização da ciência e com os rudimentos de uma cultura letrada, ela se apresentava como interpretação conciliadora capaz de explicar os motivos do atraso da sociedade brasileira e apontar a solução para o mesmo. (SOUZA, 1998, p. 26).

Nesse momento, a educação cívica, que vinha sendo reforçada desde o Império, ganha mais força a partir da primeira República, atrelada à ideia de expansão da educação para as classes populares, assim como afirma:

A experiência republicana inaugurada em 1889 colocou em cena o debate sobre a importância da educação escolar e sua extensão às classes populares; para tanto, exigia-se o estabelecimento de uma educação que envolvesse uma fração maior da população brasileira em idade escolar do que a atendida no período imperial (CARVALHO; MACHADO, 2015, p. 178).

Os intelectuais, redatores e sócios do IHRGN acreditavam nas melhorias causadas pela ampliação da cultura letrada; assim como afirma Espíndola e Costa (2012, p. 95) “os intelectuais colocavam-se como promotores da difusão nacional, seja a partir dos impressos – livros, jornais e revistas –, seja das propostas políticas para educação”, observe-se como foi abordado no trecho da Figura 24.

Figura 24: Revistas do IHRGN – 1922 página 9 – Educação cívica – Marcações feitas pelo autor.

Por um espontaneo surto, de immensa significação para nós, quasi não houve escola no Estado, ainda as rudimentares, municipaes e particulares do sertão, em que a grande data deixasse de ser commemorada, dando assim uma eloquente demonstração do promissor desenvolvimento da educação civica na geração nova.

Fonte: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Nesse sentido, a educação cívica, relacionada à geração nova se refere também ao entusiasmo das comemorações e exposições do centenário da independência 1922, pois segundo:

Há registro de mais de 200 solenidades e festas ocorridas no período de 7 de setembro de 1922 a 24 de julho de 1923, organizadas tanto pela direção da Exposição quanto pelos comissariados estrangeiros. Foram inúmeros os banquetes, festas, bailes, inaugurações de pavilhões, sessões inaugurais de congressos, solenidades nos dias de homenagem a cada um dos países participantes, apresentações de filmes, festivais literários e musicais, passeatas carnavalescas e de carros alegóricos, bailes a fantasia, apresentações de bandas militares (LEVY, 2013: 43).

Considera-se que a expressão geração nova, dada pela revista sugere a criação de um país novo, com a valorização da juventude, na construção do Estado Nacional.

A nona edição da Revista do IHGRN analisada é do ano de 1923 e aborda a Educação como instrumento de redução das consequências da seca. O trecho ilustrativo apresentado na Figura 25 aborda os problemas da seca e critica as soluções dadas pelo Governo Federal, em relação ao combate a miséria, pois uma das críticas está em torno da transferência dos retirantes para a Amazônia, pois assim como afirma:

Em 1915, e depois em 1932, as autoridades governamentais resolveram criar campos de refugiados para ali manter as pessoas que migravam por causa das secas (NEVES, 1995). Milhares de pessoas eram confinadas nesses abrigos, evitando-se assim (ou pelo menos reduzindo) a pressão sobre as cidades, que não estavam preparadas para recebê-los. Os retirantes ficavam confinados, esperando a oportunidade de migrar para a Amazônia e torcendo pelo fim da seca (MAGALHÃES, 2016, p.26).

Para os escritores da Revista a ideia de criar campos de refugiados e de migração para a Amazônia não era a solução. Para eles, a resolução do problema começaria por uma mudança na infraestrutura da região com a construção de poços e açudes, e com a difusão ampla da educação. Essa mudança da Infraestrutura era amplamente necessária em virtude de que grande parte da pouca infraestrutura nordestina era oriunda do século XIX, e que segundo Magalhães “Antes e durante o Século XIX, não havia estradas nem nenhum sistema de apoio. Os refugiados das secas - conhecidos como flagelados ou retirantes - migravam a pé, andavam meses e meses e muito frequentemente morriam às margens dos caminhos.” (2016, p.25). As dificuldades da seca, junto com a falta de aparato estrutural atrelado à falta de educação acarretava grandes impactos demográficos na população nordestina, assim como afirma:

Ao longo da história, foram registradas várias grandes secas. A maior de todas, em 1877-79, dizimou metade da população e quase todo o rebanho bovino. As fontes de água secaram, o que deixou as populações e os animais sem acesso a esse recurso tão vital. Depois de 1877, outras grandes secas se seguiram: 1900, 1915, 1919 (MAGALHÃES, 2016, p.22).

A educação como combate às consequências da seca era vista como um ideal de progresso, que ajudaria o povo nordestino a se modernizar, como afirma a própria revista na Figura 25.

Figura 25: Revistas do IHGRN – 1923-1925,página 90 – Educação relacionada ao problema das secas no sertão

O problema das secas, como o prova-ram estes povos de energia e vontade, não é uma equação irresolúvel ; resolve-se, não como quizeram entre nós, espalhando esmo-las, explorando a caridade publica ; não com a transhumanica para as regiões doentias da Amazonia, sem cuidados, sem assistencia, onde o pobre sertanejo, desde o momento em que embarca, está escravizado á vontade e á exploração dos seringueiros ricos ; resolve se, procurando oppôr ás calamidades os antidotos que cerceiam a intensidade das secas, aparelhando o povo para enfrental as, já materialmente pela construcção de açudes, barragens, poços, já moralmente, pela educa-ção mais diffundida e ampla, capaz de dar uma nova visão de progresso ao povo desta região.

Fonte: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

A revista do IHGRN nessa edição relaciona a educação a vários temas, entre esses o principal problema ambiental que afeta o Semiárido Nordeste, a seca, mostrando um caráter de educação voltado para a solução dos problemas econômicos do Estado do Rio Grande do Norte, o que denota a concepção positivista dos editores.

A décima edição da Revista do IHGRN de 1926 analisada enfoca os aspectos da vida militar do potiguar. Nessa elogia os sentimentos de patriotismo, e sofrimento passados pela população potiguar, que para a revista é característica de uma educação guerreira dos potiguares.

Outro aspecto relacionado à Educação está no fato dos editores da revista, citarem que o potiguar não é afetado por características do banditismo, caudilhismo e por lutas de fanáticos, afirmando que este é um ser de caráter pacífico. Isso mostra que essas características dadas como negativas pela revista estão inseridas no contexto político e social que o Brasil passava nas duas primeiras décadas do século XX. Contexto esse caracterizado por revoltas como a

Revolução Federalista e “o banditismo social caracterizado pelo cangaço,” nesse sentido, Ferreira afirma que

A revolução federalista foi uma revolta chefiada pelo caudilho Gumerindo Saraiva conta o presidente do Estado, Júlio de Castilho. Os federalistas também conhecidos como maragatos, defendiam reformas na Constituição estadual e a adoção do parlamentarismo. Os partidários de Júlio de Castilhos, chamados de pica-paus ou chimangos, eram apoiados por Floriano Peixoto (FERREIRA,1995, p.289).

A crítica da revista feita ao aspecto do caudilhismo, refere-se ao contexto das inúmeras revoltas ocorridas no Estado do Rio Grande do Sul, que também irão marcar a década de 1920, assim como afirma Ferreira (1995, p.303) “Arthur Bernardes governou todo o período em estado de sítio. Seu mandato foi marcado por revoltas como a de 1923, no Rio Grande do Sul, e a de 1924, em São Paulo”.

A Figura 26 ilustra a discussão anterior.

Figura 26: Revistas do IHGRN – 1926, , página 228-História do Rio Grande do Norte e a Educação Militar –

Eis ahi, a largos traços, a vida militar do Rio Grande do Norte: luctas constantes durante dois seculos, sempre aceso o sentimento de patriotismo, de abnção, de sofrimento. E por isso mesmo, apesar de uma bi-secular educação guerreira, os filhos do Rio Grande do Norte teem acentuadamente o caracter pacifico: o banditismo, o caudilhismo, e as luctas por fanatismo nunca encontraram apoio entre elles.

Fonte: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

A crítica ao banditismo decorre do fato do frequente contexto de banditismo rural, que caracterizou o Nordeste na década de 1920, com a invasão do Bando de Lampião na década de 1920, ao Estado do Rio Grande do Norte. Nesse ponto Ribeiro afirma que:

O “banditismo rural” no Brasil foi gestado desde a época colonial, com a divisão da terra em grandes latifúndios e a necessidade de jagunços para protegê-los. As razões e a pulsão violenta de homens como Silvino Jacques, Antônio Do, Antônio Silvano, Lampião e Corisco se inserem nos contextos históricos da Colônia, Império e

República, respectivamente com a gênese do latifúndio, sua consolidação e a força política do paroquialismo dos coronéis (RIBEIRO, 2011, p. 141).

As críticas feitas nessa edição da Revista do IHGRN mostram o apoio de seus membros ao Governo de Arthur Bernardes, e o apoio do IHGRN, aos elementos de patriotismo do Estado do RN.

A décima primeira edição da Revista do IHGRN analisada é a de 1935, e traz expresso diretamente em seu texto a mudança significativa do papel do Estado na Educação. Nesse trecho da Revista, o diretor Teixeira de Freitas – Diretor Geral de Informações e Estatísticas do Ministério da Educação manda um telegrama para o IHGRN, pedindo informações sobre o Instituto. Considera-se que essas informações fazem parte da política intervencionista do Governo Vargas, que no período estava realizando grandes reformas na Educação, como mostra:

Uma das primeiras medidas do governo provisório foi criar o ministério da Educação e Saúde Pública. Para ocupar a nova pasta foi indicado Francisco Campos, integrante do movimento Escola Nova que havia dirigido, juntamente com Maria Casasanta, a reforma da instrução pública em Minas Gerais em 1927-1928 (SAVIANI, 2007, p.195).

Observa-se que o Ministério da Educação solicita os relatórios do IHGRN pois esse além de ser uma instituição de guarda de memória, é também uma instituição que tem como acervo documentos do início da Colônia. Diante disso, a Era Vargas, em relação à História arquitetônica e documental, realiza grandes mudanças em favor de sua preservação, como mostra Chuva (2009, p.63-91) “o Iphan foi uma das frentes abertas pelo Ministério da Educação e Saúde, a partir do estabelecimento de padrões artísticos e arquitetônicos, nos quais a produção colonial estava no topo da escala de valores”. A Figura 27 é ilustrativa da discussão.

Figura 27: Revistas do IHGRN – 1935-1940, página 187 – Ministério da Educação e a solicitação de informações sobre o Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Norte

Officio do Doutor Paulo Fleutherio, secretario perpetuo do Instituto Historico e Geographico do Pará significando a este Instituto sinceros e calorosos applausos pelo relevo que emprestou á exhibição, nesta cidade, dos filmes de propaganda daquelle Estado: Respondido, archive. — Telegramma do Senhor Teixeira de Freitas, Director Geral de Informações e Estatistica do Ministerio de Educação, pedindo informações sobre se o Instituto possui museu franqueado ao publico: Responda e archive. Officio da Associação Brasileira Pró B. I. T., de São Paulo, enviando exemplar de seus Estatutos: Archive.

Fonte: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

A Era Vargas trouxe grandes mudanças de cunho cultural, social, e econômico, que não só afetaram o IHGRN, como também a Educação em geral, como mostra:

O princípio de ser traçada uma politica educacional de âmbito nacional, princípio este grandemente defendido desde a década de 1920 pelo grupo que pregava a modernização educacional. Isto ocorreu, em primeiro lugar, através da criação de uma série de órgãos, como Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP-1938), Serviço Nacional de Radiodifusão Educativa (1939), Instituto Nacional do Cinema Educativo (1937), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI-1942), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC-1946) (RIBEIRO, 1981, p.134-135).

Assim, a Era Vargas faz com que o IHGRN esclareça as devidas providencias em relação a sua produção, e a sua atuação tanto no campo educacional, como no campo da preservação histórica.

A décima segunda edição da Revista do IHGRN (1944-1947), trata-se de uma edição que alberga três anos, e foi a única das 12 edições a tratar propriamente de Educação Profissional. A edição referente a 1944 faz um panorama histórico, sobre a Instrução Pública na Província da Paraíba na década de 1860 e enfoca as discussões políticas do período entre os governantes, em torno da temática da difusão do Ensino profissional.

Nesse trecho da revista apresentado na abordada na Figura 25, uma das críticas a pouca difusão do ensino primário e secundário, e da Educação profissional, está segundo a revista em termos legislativos, causados pelo Ato Adicional de 1834. Essa crítica também é abordada por Santos quando afirma que:

Em 1834, sob a influência da corrente liberal que dominou a política da regência exprimindo a vitória das tendências regionalistas em luta contra o espírito nacional, foi decretado o Ato Adicional que transferiu às províncias a alçada de legislar sobre instrução pública. Com exceção do Município Neutro [Distrito Federal] cujo sistema escolar permanecia sob a jurisdição do governo central. Com o Ato Adicional ficava eliminada a possibilidade de se conferir uma estrutura orgânica e unitária ao sistema educacional em formação (SANTOS, 1970, p. 418).

O trecho também crítica a diversidade de métodos educacionais e falta de singularidade no Ensino, que segundo a revista, vinha sendo criticado pelo Diretor de Instrução Pública da Paraíba já em 1861, ou seja, 83 anos antes conforme mostra a Figura 28.

Figura 28: Revistas do IHGRN – 1944-1947, página 152- Análise sobre a História da Educação Pública , em especial a Educação profissional na década de 1860, no Brasil Imperial

Como Diretor da Instrução Pública, em 1861, apresentou ao Presidente da Paraíba um Relatório, em que demonstra o seu vivo interesse pela maior disseminação do ensino. Suas idéias não eram de todo atrasadas. Refletiam os preconceitos da época, mas, em suas palavras e sentenças campanudas, se faziam concessões às extraordinárias reformas que surgiam, nos meios mais cultos da Europa e nos Estados Unidos, neste setor da administração pública. Declara-se contra a atribuição que o Ato Adicional conferiu às Assembleias Provincias para regular a instrução primária e secundária, — “grande mal”, em sua opinião, apesar de nunca ter sido panegirista da centralização administrativa. E acrescenta: — “A diversidade de leis traz, como consequência, a diversidade de métodos, princípios, livros, etc., isto é, a anarquia, — e a instrução, entregue à anarquia, pode ser um ativo dissolvente, ao passo que sua unidade é, sem dúvida, o meio mais eficaz para inspirar a um povo o sentimento do fim comum e da solidariedade nacional”.

.....

“A primeira necessidade é, pois, instituir a pedagogia, — criar o professorado, acêrca de que nada temos, *nem escola normal, nem classes normais*”.

Bate-se pelo ensino profissional, ou especial, mas, obediente aos erros do tempo, em um país escravocrata. A instrução devia estar em relação com

Fonte: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

O relatório do Diretor de Instrução da Paraíba segundo a revista mostra a intenção do diretor em questionar o Ato Adicional de 1834, falando que este trouxe um “Grande Mal”, para a educação, na medida em que conferia a instrução pública às assembleias provinciais, assim como afirma Nogueira (2001):

O Ato Adicional (uma emenda constitucional) foi aprovado em 12 de agosto de 1834 com o objetivo de amenizar os conflitos do período regencial. Criou as assembleias provinciais e possibilitou às mesmas, no artigo 10º parágrafo 2º, legislar “sobre instrução públicas e estabelecimentos próprios a promovê-la, não compreendendo as faculdades de medicina, os cursos jurídicos, academias atualmente existentes e outros quaisquer estabelecimentos de instrução que para o futuro forem criados por lei geral (NOGUEIRA, 2001, p. 108).

Em suma, além das críticas feitas ao ato adicional, o trecho da revista também falou sobre a necessidade de instituir a pedagogia e criar escolas normais.

As leituras históricas em busca de indícios de educação profissional na Revista do IHGRN mostram que essa não foi objeto de veiculação editorial no período estudado.

4.6 LEITURAS HISTÓRICAS NO JORNAL A ORDEM

As leituras históricas do Jornal católico A Ordem trazem estudos e comentários de cinco edições de 1935-1947, com enfoque nos Jornais que abordaram a temática da Educação e Educação Profissional.

A primeira edição do periódico é da década de 1930 e se insere no conjunto de circunstâncias da situação ilustradas pelo trecho apresentado na Figura 26 do dia primeiro de janeiro de 1936. As discussões sobre a votação da gratuidade do ensino normal, secundário, e profissional. Ali se expressa a ideia de gratuidade da educação que conforme:

o Princípio da Gratuidade está presente de forma especial na Carta Política de 1988 e se manifesta diferentemente dos textos constitucionais antecedentes. Em todas elas apenas o antigo primário realizado em escolas públicas era gratuito. A Constituição de 1937 permitia uma “contribuição módica e mensal para a caixa escolar” (art. 130), ressalvada a impossibilidade de contribuição. As Constituições de 1824, 1891 e 1934 se omitiram sobre os níveis posteriores, o que permitiu a cobrança. A Carta de 1934 instituiu a “tendência à gratuidade do ensino educativo ulterior ao primário, a fim de torná-lo mais acessível” (art. 150, parágrafo único). As Constituições de 1946 e de 1967 determinavam a gratuidade em estudos posteriores ao primário para quem provasse falta ou insuficiência de recursos, exigindo, entretanto, o “efetivo aproveitamento” (CHRISPINO, 2005, p.220).

O ensino gratuito não foi aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte, segundo os deputados estaduais Felinto Elysio, Pedro Mattos, Gonzaga Galvão, Glycerio Cicero, e Augusto Varela⁶⁴. Esses defendiam que o ensino gratuito era um

⁶⁴**José Augusto Varela** nasceu em Ceará-Mirim (RN) em 1896. No pleito de outubro de 1934 elegeu-se deputado à Assembleia Constituinte do Rio Grande do Norte na legenda do Partido Popular (PP). Participou dos trabalhos constituintes e assinou a Constituição estadual em fevereiro de 1936. Exerceu o mandato até novembro de 1937

benefício excessivo ao ensino secundário e profissional, e que apenas bastava a gratuidade do ensino primário. Isso mostra uma mentalidade política extremamente colonial, no qual o acesso ao ensino é negado, via políticas públicas e sociais.

A maioria dos deputados estaduais que votaram a favor da gratuidade, era favorável ao governo de Rafael Fernandes⁶⁵ que foi o Interventor federal no Rio Grande do Norte entre 1935-1943. Já os deputados estaduais que votaram contra a gratuidade do Ensino, eram defensores dos opositores de Rafael Fernandes, que apoiavam Mario Leopoldo de Pereira Câmara⁶⁶.

Vê-se que os dois grupos políticos em ação no Estado do RN, o primeiro ligado a ala do partido popular do Governador Rafael Fernandes, que era a favor da criação de políticas no Estado com o objetivo de maior intervenção da ação estatal na educação, em especial na educação secundária e profissional. E o outro grupo ligado à antiga interventoria e de oposição ao governo de Rafael; que queriam “menos excesso de dinheiro na educação”, em virtude do grupo de Mario Câmara está ligado à indústria da seca, ou seja, grande parte do investimento do Estado do Rio Grande do Norte, não era destinada à educação, mas ao Inspetoria Federal de Obras contra as Secas (IFOCS), que frequentemente sofria desvios de verba, por parte dos seus administradores. Sobre isso, Spinelli (2010), afirma que “a administração de Mário Câmara, em cooperação com a Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS), permitiu 21 poços em diversos municípios (Mossoró, Açu, Macau, Angicos, Areia Branca, Touros) e construiu instalações em outros 13” (SPINELLI. 2010, p.115).

Dessa maneira, a construção de 21 poços, foi muita baixa em virtude do alto investimento gasto no órgão. Essa mesma classe política almejava ganhar o poder do Governo do Estado nas eleições políticas de 1938, que foram suprimidas pelo Golpe do Estado Novo em 1937.

A Figura 29 traz um trecho que trata do ensino normal, secundário e profissional

quando, com a instauração do Estado Novo. Disponível em <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-biografico/varela-jose-augusto>. Acesso em 18/07/2019.

⁶⁵Em 29 de outubro de 1935, a Assembleia Constituinte elegeu Rafael Fernandes para o governo do Rio Grande do Norte. Empossado nesse mesmo dia, o novo governador exerceu o cargo em clima de tensão política exagerado, nunca antes visto na História do Rio Grande do Norte, com intensas revoltas armadas e disputas políticas em todo Estado.

⁶⁶ Mário Câmara foi o 5º Interventor Federal no Rio G. do Norte, cargo que assumiu em 02 de agosto de 1933, e que deixou em 27 de outubro de 1935. Disponível em 400 Nomes de Natal. Coordenação Rejane Cardoso; pesquisa e redação Deífilo Gurgel ..[et.al.]. Natal (RN): Prefeitura de Natal, 2000, p.303.

Figura 29: Jornal a Ordem – 1 de Janeiro de 1936 – Votação sobre a gratuidade do ensino profissional

O ensino. Um empate
 Empatou a votação nominal requerida relativamente ao additivo do sr. Gil Soares, tornando gratuito o ensino normal, secundário e profissional. Votaram a favor, allegando que ao Estado cumpre disseminar o ensino, os srs. Julio Regis, José Tavares, Cincinato Chaves, Gil Soares, Raymundo Macêdo, Sandoval Wanderley, Maltez Fernandes, Benedicto Saldanha e José Lopes Varella.
 Votaram contra, dizendo que é um beneficio excessivo, bastando a gratuidade do ensino primario, os srs. Felinto Elysio, Pedro Mattos, Gonzaga Galvão, Glycerio Cicero, Augusto A -

Fonte: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

O total abandono e barramento dos investimentos em educação é expresso pela recusa das emendas estaduais referentes ao Fundo de Educação, a mesma assembleia estadual em 1936, que não aprovou a distribuição do fundo de Educação para os alunos necessitados, ou seja, mostra a ausência de concretização de políticas sociais concretas para os discentes necessitados do Estado do Rio Grande do Norte na década de 1930, como mostra a Figura 30, de 1 de Janeiro de 1936.

Figura 30: Jornal a Ordem – 1 de Janeiro de 1936 – Fundo de Educação,

do, certa garantia ao professorado. Também foi rejeitada a emenda que distribuía parte do «Fundo de Educação» com os alumnos necessitados, no fornecimento de material escolar, bolsa de estudo, assistência alimentar, etc.

Fonte: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

A falta de gratuidade e de investimento em políticas sociais para o ensino público causou uma precária qualidade do ensino que será sentido nas décadas posteriores com o aumento da mendicância, e inchaço do setor primário, em virtude da falta de mão de obra técnica e profissional para o setor secundário e terciário.

Nesse sentido, pensar a Educação profissional antes de 1909, seria entendê-la relacionada ao Estado e as escolas fazendas, pois segundo Filho: “O mais simples seria as fazendas-modelo não só para o ensino como também podendo servir de fator de transformação inteligente da riqueza agrícola de cada Estado. Essas fazendas-modelo se incumbirão de preparar, além de chefes de cultura, práticos de indústria rurais, simples capatazes, etc” (FILHO, 1943, p. 49).

Nesse ponto, é observado que antes das Escolas de Aprendizes e Artífices, grande parte da Educação Profissional ministrada no Império, era oferecida, por instituições filantrópicas e religiosas, e também pelos liceus, e pelas fazendas-modelo.

Diante disso, a educação profissional estava atrelada às fazendas-modelo, mesmo antes do Império, na época colonial. Assim como afirma Sobral (2005): “No período colonial, o ensino agrícola, ministrado por ordens religiosas e padres jesuítas, era voltado principalmente aos filhos de colonos e aos povos indígenas com o objetivo de organizar a exploração das fazendas de sua propriedade e manter uma sustentação básica!” (SOBRAL, 2005, p. 12).

Nesse sentido, as fazendas-modelo estavam em parte num primeiro momento ligadas às ordens religiosas até 1759, ou seja, até a expulsão dos Jesuítas. Já no Brasil Império as intervenções do governo Imperial em relação às fazendas-modelos se darão a partir da década de 1870, como afirma Gouveia (2005): “a partir de 1877, foram estabelecidos dois níveis para o ensino agrícola: “o elementar – habilitando operários e regentes agrícolas e florestais – e o superior – destinado a formar agrônomos, engenheiros agrícolas, veterinários e silvicultores” (GOUVEIA, 2005, p. 48).

As dificuldades em virtude da falta de recursos na Educação profissional, por parte do Governo Imperial, também foram sentidas na Educação Profissional agrícola, como mostra Capdeville (1991, p.28) pelo “desprestígio e a conseqüente falta de recursos característicos do ensino agrícola acarretavam em escolas com falta de condições de trabalho e poucos alunos matriculados”. Essas dificuldades são ilustradas no trecho da Figura 31.

Figura 31: Jornal A Ordem – 2 de Janeiro de 1943 – Discussão Educação Profissional

Foi talvez diante desta mesma dificuldade que ao se organizar o ensino agrícola em 1910, criou-se nos Aprendizados Agrícolas, um curso de adaptação de três anos, onde o candidato ingressava aos 11 anos, afim de ser convenientemente preparado para prosseguir o curso geral.

Seria tal inovação possível e adaptável às escolas médias de agricultura? Se tais escolas médias encontraram, na falta da instrução primária um obstáculo serio, muito mais ainda se quizermos adotar as escolas praticas de agricultura, que exigem exames de admissão e quatro anos de curso.

Diante disso, o mais simples seriam as fazendas-modelo não só para o ensino como também podendo servir de fator de transformação inteligente da riqueza agrícola de cada Estado. Essas fazendas-modelo se incumbirão de preparar, além de chefes de cultura, praticos de industrias rurais, simples capatazes, etc.

No caso da nossa intenção consistir em caminhar para o ensino profissional de agricultura filhos de agricultores e não rapazes retirados das cidades, pode-se de ante-mão dizer que não será por meio de escolas praticas de tipo europeu que se há de alcançar tal resultado, atento o pouco ou nenhum preparo dos candidatos á matrícula, raramente conhecedores das primeiras letras. Nesse particular, será

Fonte: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Outro nome, dado às fazendas-modelo, era o pseudônimo de campo de demonstração, esses campos serão implantados no Estado do Rio Grande do Norte, tardiamente, em virtude de vários estados desde o império já possuírem esses campos. Assim como afirma Souza (2008, p.61) “o Decreto Federal nº8.786, de 14 de Julho de 1911, autorizou a criação de campos de demonstração em todo o território nacional subordinados ao Ministério da Agricultura. Era a transposição de uma experiência para a nossa agricultura”.

A análise da educação profissional expressa no Jornal também visa uma crítica direta ao governo de Rafael Fernandes 1935-1943, em virtude desse ter diminuído o investimento na educação profissional do Estado, assim como afirma:

No setor estritamente educacional, o campo de demonstração de Jundiá mantinha aulas práticas para quinze alunos. Com o passar dos anos, o governo Federal foi diminuindo a assistência financeira a esses campos experimentais. Por isso, no governo de Rafael Fernandes, o Estado readquiriu o domínio útil da propriedade Jundiá e transformou as instalações do campo de demonstração na Colônia Penal João Chaves (SOUZA, 2008, p.62).

Considera-se que grande parte das críticas feitas pela falta de difusão da Educação Profissional está no fato do pouco investimento dado pelo Estado, e pela falta de políticas públicas voltadas para área. Nesse sentido, os redatores da Ordem, em virtude da censura do Estado Novo 1937-1945, utilizaram a análise histórica de um período anterior ao seu, para fazer críticas ao período do Governo de Rafael Fernandes.

A Figura 32 mostra um trecho do Jornal A Ordem de 1946, que descreve as contribuições da Conferência Rural Católica nos Estados Unidos, para o Ensino profissional agrícola e a colaboração do Ministério e das Secretárias de Agricultura Brasileiras, na divulgação dos benefícios do evento. Nesse ponto afirma que:

Desde inícios dos anos 1940 observa-se a intensificação do interesse, por parte de entidades governamentais e privadas estadunidenses – como a *Inter American Affairs Association* (AIA) de Nelson Rockefeller⁷ –, pelos problemas do “recém-construído” conceito de Terceiro Mundo, nele incluindo-se, por certo, o Brasil. Em 1945, uma entidade privada americana e o Ministério da Agricultura assinaram o primeiro acordo de “cooperação” internacional no âmbito do ensino agrícola, dando origem à Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR) (MENDONÇA,2009.p.142).

O trecho da revista exalta a parceria entre os servidores públicos federais e estaduais, com as paróquias rurais e com a valorização das iniciativas técnicas de valor moral e profissional.

Figura 32: Jornal a Ordem – 1 de Julho de 1946, Discussão sobre a implantação do Ensino profissional agrícola

E acrescentam: A exemplo do que fez a Conferência da Vida Rural Católica dos Estados Unidos, estamos dispostos a uma colaboração com o Ministério e as Secretarias de Agricultura, nas paróquias rurais, prestigiando e apoiando estes departamentos de serviço público, no seu mistér de levar aos homens da lavoura a defesa, a instrução, a assistência social, a difusão do cooperativismo, o crédito, o emprego da mecanização agrícola, a implantação do ensino profissional agrícola. Por sua vez os serviços federais ou estaduais deverão coadjuvar o trabalho das paróquias rurais, sobretudo destacando técnicos de valor moral e profissional para visitar e orientar as iniciativas que forem surgindo gradativamente.

Fonte: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

As parcerias entre o Ministério da Agricultura Brasileiro e os Estados Unidos se deram num primeiro momento segundo o trecho do Jornal, pelo apoio das paróquias rurais. Nesse sentido, o ensino agrícola é diretamente tratado no jornal relacionado a aspectos como cooperativismo, assistência social. Além de que enfoca que:

Em função desse novo construto, a visão sobre as atividades até então definidas como de ensino agrícola priorizaria não mais a atividade escolar, porém aquela realizada por instituições de assistência técnica e creditícia, visando à qualificação da mão de obra rural adulta e também ao seu controle e “organização” em “comunidades rurais”, aptas a consumirem a tecnologia estadunidense, definida como a mais adequada (MENDONÇA, 2009, p.141).

1946 é um ano-chave para as parcerias entre Estados Unidos e Brasil, além disso, em meio a disputa da Guerra Fria, a Igreja Católica busca parcerias com os americanos, com o objetivo de combater a expansão socialistas nas comunidades rurais, e obter créditos financeiros para paróquias rurais frente às instituições americanas.

A Figura 33, mostra a edição do jornal A Ordem de 1 de Julho de 1947, e divulga o andamento dos Decretos nº 683 e 684. Nesse sentido, no período abordado o governo do Estado estava nas mãos segundo Costa (2010, p.3) “em 10 de fevereiro de 1947, o governador José Augusto Varela expede a Lei Orgânica do Ensino Primário do Rio Grande do Norte, através do Decreto-lei 683, adequando-se à legislação nacional”.

Nesse prisma de abordagem, o jornal afirma que a mesma comissão, que analisou os decretos irá analisar também os projetos de gestão para o ensino profissional no Estado do Rio Grande do Norte. Diante disso, afirma que:

A Lei Orgânica do Ensino Primário para o Estado do Rio Grande do Norte, Decreto-lei nº 683, de 10 de fevereiro de 1947, não apresenta maiores definições sobre os administradores escolares. Constatamos, porém, que a referida Lei, determina em seu artigo 38, que o Departamento de Educação deverá organizar outros aspectos do ensino primário em consonância com o decreto-lei federal 8.529, de 02 de janeiro de 1946 (COSTA, 2010, p.4).

Nesse sentido, o jornal A Ordem aborda essa Comissão, não só discutirá temáticas relacionadas à educação primária, mas também o plano de carreiras dos professores e os ingressos desses no ensino primário, secundário e profissional. Além disso segundo:

Ainda quanto à formação dos diretores, investigamos o decreto-lei nº 684 de 11 de fevereiro de 1947, a Lei Orgânica do Ensino Normal, o qual adapta à legislação federal ao ensino normal do Estado do Rio Grande do Norte. Identificamos que a referida lei apresenta como finalidades em seu artigo 1º, além de outras, habilitar administradores escolares destinados às escolas primárias. Em seu artigo 11, define que os Cursos de

administradores escolares do grau primário visarão habilitar diretores de escolas, orientadores de ensino, inspetores escolares e auxiliares. Tais cursos serão definidos em regulamento, conforme o artigo 12 (COSTA, 2010, p.4).

Outras questões também são discutidas como direito de efetividade, promoções, concursos, nomeações, e a criação de classes de professores adjuntos, bem como a nomeação de professores normalistas, como mostra a Figura 33:

Figura 33: Jornal a Ordem – 1 de Julho de 1947 – Políticas governamentais para a Educação Profissional

<p>agrade- ora do ga alcan-</p>	<p>L E I A M A O R D E M</p>	<p>classe inicial da carreira, direito de efetividade, pro- moções, concursos, zonas, para a primeira nomeação, remoções e transferências, reconhecimento de diplomas concedidos por outros Es- tados, criação de classe de adjuntos, preferência à no- meação de normalistas que obtiverem melhor classifi- cação final no Curso. re- dução parcial na contagem de licenças comuns ao tempo de serviço.</p> <p>A mesma comissão inclui- bir-se-á igualmente de a- presentar ao Governo su- gestões para a organização do ensino profissional nas culino e feminino do Es- tado.</p>
<p>uma Comissão para decretos-leis 683 e 684</p>		
<p>r Fede- eto, no- comissão retor Ge- nto ; de Severino do Dire- rma de ntino Ca- or Luis Araujo, Escolar</p>	<p>te ano, respectivamente, ex- pedidos por esta Interven- toria, e propor ao Governo uma regulamentação adap- tando convenientemente os seus dispositivos às necessi- dades peculiares ao Esta- do. A referida comissão dis- pensará especial atenção aos pontos que tratarem do ingresso do professor na</p>	

Fonte: Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Em síntese, as discussões sobre os decretos irão relacionar-se diretamente ao aprimoramento e reestruturação do ensino profissional no Estado do Rio Grande do Norte, além do Governo do Estado para promover regulamentações específicas para a educação profissional.

Primeiramente, esta seção final proporcionou grandes contribuições para a História da Educação Profissional no Rio Grande do Norte. Decerto, é observado que os Jornais e Revistas entre 1887-1947, relevaram contextos históricos diversos relacionados a políticas educacionais.

Nesse patamar, é concluído que os Jornais potiguares analisados nesta dissertação, reproduziam notícias da Corte no Rio de Janeiro, e depois da Capital Federal também no Rio

de Janeiro. E que estes Jornais prezavam pelo otimismo pedagógico mostrando a Educação, como percursora da modernidade e do desenvolvimento, relacionado à diminuição da violência.

Nessa conjuntura, também é notório a apresentação nos Jornais, de conflitos entre docentes potiguares e Jornalistas, com os governantes da Elite política. Como também, esses Jornalistas e Educadores, criticavam a falta de instrução pública, e de estrutura nas Escolas, do Rio Grande do Norte. Além disso, outro fator interessante mostrado pelas fontes, é que a Morte e a Educação estavam relacionadas a exaltação de personagens históricos e culturais das localidades, e na exaltação intelectual do defunto nas suas Honras Fúnebres.

Em vista dos argumentos apresentados, diversas informações foram apresentadas pelas fontes, relacionadas a diferentes tipos de Educação, como Educação da Mocidade, Educação Cívica, Educação Religiosa, Educação Moral, Educação Intelectual, entre outras. Além disso, a utilização da Leitura Histórica, e do Método indiciário, foi de fundamental importância para análise e interpretação dessas informações, que trazem um novo cenário de novas pesquisas em torno da História da Imprensa e da História da Educação Profissional no RN.

As leituras históricas acerca de educação e educação profissional apresentadas tendo como indícios o que foi encontrado nas fontes foram relevantes para a compreensão de como a imprensa norte-rio-grandense as noticiava.

A seguir serão apresentadas as considerações finais do trabalho, enfocando suas contribuições para a história da educação profissional e para os futuros estudos na área.

5 CONCLUSÃO

O dever do Historiador de respeitar os seus fatos não termina ao verificar a exatidão deles. Ele deve procurar focalizar todos os fatos conhecidos, ou que possuem ser conhecidos, e que tenham alguma importância para o tema em que está empenhado e para a interpretação que propôs (CARR,1978, p.27).

O estudo ora concluso proporcionou contribuições para a história da educação e da educação profissional no Rio Grande do Norte, pois traz de forma sistematizada como a imprensa mostrou ao público leitor assuntos relacionados às políticas educacionais, demonstrando que no período havia conflitos que passavam pela gratuidade ou não desse ensino, bem como o modelo a ser seguido.

As fontes analisadas se pautavam em grande parte na reprodução de notícias da Corte no Rio de Janeiro, e depois da Capital Federal também no Rio de Janeiro. Essas reproduções prezavam pelo otimismo pedagógico, mostrando a educação, como precursora da modernidade e do desenvolvimento relacionado à diminuição da violência, ao avanço econômico e até mesmo como solução para os problemas da seca no Nordeste.

Nessa conjuntura, também foi notória a apresentação nos Jornais de conflitos entre docentes potiguares e jornalistas, com os governantes da elite política. Esses jornalistas e educadores criticavam a falta de instrução pública e de estrutura nas escolas, do Rio Grande do Norte. Além disso, outro fator interessante mostrado pelas fontes é que a morte e a educação são relacionadas de forma vincular na exaltação de personagens históricos e culturais das localidades, e também na exaltação intelectual do defunto nas suas honras fúnebres.

Além do mais, diversos temas são apresentados como os novos regulamentos para instrução pública, a valorização da Educação Moral e Cívica, e as discussões em torno da educação da mulher, demonstrando ora uma educação conservadora, ora uma educação progressista.

Em vista dos argumentos apresentados, diversas informações foram apresentadas pelas fontes relacionadas a diferentes tipos de Educação nas quais registram-se: Educação da Mocidade, Educação Cívica, Educação Religiosa, Educação Moral, Educação Intelectual, Educação Guerreira, Educação Profissional entre outras. Além disso, a utilização de leitura histórica tendo como suporte o método indiciário foi de fundamental importância para a análise e interpretação dessas. Isso carrega vestígios trazem um novo cenário para novas pesquisas em torno da história da imprensa e da história da educação profissional no RN, principalmente sobre o ensino normal.

Em suma, observa-se que os jornais e as revistas analisadas trouxeram grandes contribuições para nessa dissertação compreender as relações entre Estado, Governo, sociedade e educação no discurso jornalístico da imprensa local com enfoque nas notícias veiculadas sobre políticas educacionais com ênfase na educação profissional.

A História faz parte da cultura humana, nesse sentido a História da Educação Profissional em meio às políticas públicas na área, mostrou que nesses 70 anos os vestígios sobre Educação Profissional estão presentes, mas distantes de como essa é compreendida nesse trabalho, enquadrando-se, portanto, em um panorama histórico, filosófico e sociológico cujos fundamentos foram apresentados na primeira seção de caráter bibliográfico, visando abranger as concepções de educação que fundamentavam a educação profissional brasileira, tendo como alusivo uma leitura da literatura clássica sobre educação, em especial no *Ratio Studiorum*, e na Didática Magna, do pensamento jesuítico ao liberal/burguês e dialético.

Nesse prisma de abordagem a leitura histórica contribuiu também, para a compreensão de como lemos essas fontes, ou seja, os Jornais e as Revistas, pois a escrita e a linguagem empregada nos Jornais e Revistas de 1877-1947 é muito diferenciada da linguagem atual.

Por fim, ler para escrever historicamente tendo como indícios as percepções e visões sobre a educação, é também dar voz aos documentos históricos, mas fica o desafio para outros pesquisadores para buscar, nas mesmas fontes, outras temáticas, conforme apresentado na epígrafe.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 4. ed. Recife: FJN: Massangana; São Paulo: Cortez, 2009.

ANDRADE, Suelayne Oliveira. **Capitolino, um artista typographo e seu morrer: o jornal folha de Sergipe e os anúncios necrológicos (1886-1895)**. 2017, 101f. Mestrado em História Instituição de Ensino: UFSE, São Cristóvão Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe. 2017.

AQUINO, Luciene Chaves. **De Escola Normal de Natal a Instituto de Educação Presidente Kennedy (1950-1965): configurações, limites e possibilidades da formação docente**. Tese de doutorado apresentada ao programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal-RN, 2007.

A ORDEM: PROPRIEDADE E DIREÇÃO DO CENTRO DE IMPRENSA- C.M.M. Natal, 1 Jan. 1936.

A ORDEM: PROPRIEDADE E DIREÇÃO DO CENTRO DE IMPRENSA- C.M.M. Natal, 1 Jan. 1936.

A ORDEM: PROPRIEDADE E DIREÇÃO DO CENTRO DE IMPRENSA- C.M.M. Natal, 2 Jan. 1943.

A ORDEM: PROPRIEDADE E DIREÇÃO DO CENTRO DE IMPRENSA- C.M.M. Natal, 1 Jul. 1946.

A ORDEM: PROPRIEDADE E DIREÇÃO DO CENTRO DE IMPRENSA- C.M.M. Natal, 1 Jul. 1947.

ARTHUR CONAN DOYLE (Rio Grande do Norte). E-biografia. **Biografia de Arthur Conan Doyle**. 2002. Disponível em: <Disponível em https://www.ebiografia.com/arthur_conan_doyle/>. Acesso em: 25 out. 2019.

A REPÚBLICA: ÓRGÃO DO PARTIDO REPUBLICANO. Natal, 1 abr. 1903.

A REPÚBLICA: ÓRGÃO DO PARTIDO REPUBLICANO. Natal, 5 jan. 1896.

ARÓSTEGUI, Júlio. **A pesquisa histórica**. Teoria e método. Bauru: Edusc, 2006.

ARAÚJO, Marta Maria de; NETA, Olívia Moraes de Medeiros. Referências à vida terrena e post-mortem: (Caíco-RN, Século XIX). **Revista Histedbr**, Campinas, n. 33, p.179-193, 2009. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/33/art12_33.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

AZEVEDO, Fernando de. **A descentralização e a dualidade de sistemas**. In: A cultura brasileira. 4. ed. Brasília: UnB, 1963.

BALCÃO, Lier Ferreira: A cidade das reclamações: moradores e experiência urbana na imprensa paulista (1900-1913). FENELON, Déa Ribeiro (org.). **Cidades**. São Paulo: Olho d'água, 1999.

BARROS, José D'Assunção. **O projeto de pesquisa em História**. Da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis – RJ: Vozes, 2005.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a história**. 2.ed. São Paulo: Perspectiva. 2005.

BRASILEIROS, Escritores. **Biografia de Elias Souto**. 2000. Disponível em: <Disponível em <http://escritoresdorn.com.br/autor.php?autor=Elias%20Souto>>. Acesso em: 5 abr. 2019.

BATALHA, Cláudio. *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas, Ed. Unicamp, 2004.

BÁEZ, Fernando. **História universal da destruição dos livros**: das tábuas sumérias à guerra do Iraque. Tradução de Leo Schlafman. São Paulo: Ediouro, 2006.

BRITO, João Fernando Barreto de. Braços Embaraçados: As relações de trabalho no Rio Grande do Norte (1850-1877). **Unioeste: Espaço Plural**, Curitiba, n. 34, p.403-436, 2016.

BURGARDT, Camila Machado. **A invenção da seca no século XIX**: A imprensa do norte e o romance os retirantes. 2014. 168 f. Mestrado em Letras, Programa de Pós-graduação em Letras, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

BONIFAZI, Elio; DELLAMONICA, Umberto. **Descobrimos a História: Idade Moderna e Contemporânea**, 8ª série. São Paulo: Ática, 2002.

BOBBIO, Norberto. **Teoria da norma jurídica**. Trad. Fernando Pavan Baptista e Ariani Bueno Sudatti. 3. ed. – Bauru-SP: EDIPRO, 2005.

BORGES, C.; DESBIENS, J. F. **Saber, formar e intervir para uma educação física em mudança**. Campinas: Autores Associados, 2005.

BUENO, Almir de Carvalho. **Visões de República: ideias e práticas políticas no Rio Grande do Norte (1880-1895) - 2ª ed.**, Natal/RN, 1999.

CASCUDO. Luís da Câmara. **História da cidade do Natal**. Natal - RN: Instituto Histórico e Geográfico (RN),1999.

CARR, Edward Hallet. **Que é história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CAPDEVILLE, Guy. **O ensino superior agrícola no Brasil**. Viçosa-MG: UFV - Imprensa Universitária, 1991.

COMISSÃO BRASILEIRA DE ESTATÍSTICA. **Levantamento estatístico no decênio 1943/1952**. *Boletim da CBAI*, n.5-6, maio 1953.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem**; teatro de sombras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CARVALHO, Sadraque Misael Alves de. **Um lugar inexistente: O país de Mossoró nas tramas de Consciência Histórica**. 2012. 133 Dissertação da Pós-graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1955.

CHAGAS, Valmir. **Educação brasileira: o ensino de 1º e 2º graus - antes, agora e depois**. São Paulo: Saraiva, 1980.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo Caminho**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CHRISPINO, Alvaro. Ensino Público Gratuito: Flexibilidades e Desvios. **Ensaio: Avaliação de Políticas Públicas na Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 47, p.217-234, jun. 2005.

COSTA, Helensandra Lima da. **A Família do Tesouro: a monumentalização da família Albuquerque Maranhão e a luta pelo poder no Rio Grande do Norte (1889-1914)**. 2013. 134 f. Mestrado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

COSTA, Maria Antônia Teixeira da. A formação do Administrador Escolar no Rio Grande do Norte (1947-1951). **Revista Brasileira de História da Educação**, Mossoró, p.1-11, 2010.

COSTA, J. F. **História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico**. Rio de Janeiro: Xenon, 1989.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil**. 2. ed. São Paulo: UNESP; Brasília: FLACSO, 2005a.

CUNHA, L.A. **O ensino de ofícios artesanais e manufaturados no Brasil escravocrata**. São Paulo: UNESP/FLACSO; 2000.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: UNESP, Brasília. 2000.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005.

CIAVATTA, Maria. A cultura material escolar em trabalho e educação: a memória fotográfica de sua transformação. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 23, n. 46, p. 37-72, jul./dez. 2009.

- Clavatta, Maria. O Ensino Integrado, a Politecnia e a Educação Omnilateral: por que lutamos? **Trabalho e Educação**. Minas Gerais: Belo Horizonte, v. 23, nº1, p 187-206, abr. 2014.
- Chuva, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- Diehl, Astor Antônio. **Teorias da História: uma proposta de estudo**. Passo Fundo: UPF, 2004.
- Duarte, Lima Constância. Nísia Floresta Brasileira Augusta. In: FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque e BRITO, Jader de Medeiros (org). **Dicionário de educadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MEC-INEP, 2010.
- Espada Lima, H. **A micro-História italiana: escalas, indícios e singularidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- ESTATUTOS DO IHGRN. **Revista do Instituto Histórico do Rio Grande do Norte**, Natal, v. 1, n. 1, p. 9-10, 1903.
- Franca S.J., Leonel. **O método pedagógico dos jesuítas: o Ratio Studiorum: Introdução e Tradução**. Rio de Janeiro: Livraria Agir Editora, 1952.
- Faria Filho, Luciano Mendes; Chamon, Carla Simone; Rosa, Walquiria Miranda. **Educação Elementar: Minas Gerais na primeira metade do século XIX**. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- Fausto, Boris. **História do Brasil**. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo: Fundação do Desenvolvimento da Educação. 1995.
- Ferreira, Dirce Nazaré de Andrade. **Poder e relações políticas na educação: o método lancasteriano no ensino público do espírito santo (1827 a 1860)**. 2015. 287 f. Doutorado em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.
- Ferreira, Olavo Leonel. **História do Brasil**. 2º grau. São Paulo: Editora Ática. ed.17.1995.
- Freire, P. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 1978.
- Filho, Arthur Torres. Problemas do ensino agrícola no Brasil. In. **Boletim da Sociedade Brasileira de Agronomia**, vol. VI, n. 1, mar, Rio de Janeiro: Oficina Gráfica do Jornal do Brasil, 1943.
- Foucault, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- Fonseca, C. S. **História do ensino industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: SENAI/DN. 1986.

FURLIN, Marcelo; AGUIAR, Rafael Henrique Colavite de. As vias do Ultraconservadorismo entre 1935-1945: O jornal a Ordem - RN. **Cadernos de Educação: Reflexões e Debates**, São Paulo, v. 17, n. 35, p.99-119, dez. 2018.

GARCIA, Alessandro Barreta; NOSELLA, Paolo. Educação em Aristóteles: vida, estrutura política e concepção educacional. **Cadernos de Pós-graduação**, São Paulo, v. 8, p.27-32, 2009.

GINZBURG, Carlos. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. – São Paulo: Cia. das letras, 1989.

GINZBURG, C. **O Queijo e Os Vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Ângela de Castro. **Essa gente do Rio...** - modernismo e nacionalismo. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

HÉBRARD, Jean. Pode-se fazer uma história das práticas populares de leitura na Época Moderna? Os “novos leitores” revisitados. *In: Seminário Brasileiro Sobre o Livro e História Editorial*, I, Rio de Janeiro: UFF/PPGCOM – UFF/LIHED, 2004.

HISTEDRN (São Paulo). Universidade Estadual de Campinas. **Definição de Método Intuitivo**. 2019. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/glossario/verb_c_metodo_%20intuitivo%20.htm>. Acesso em: 25 out. 2019.

LEVI, Giovanni. **A herança imaterial**. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVY, Ruth. 1922-2012. **90 anos da Exposição do Centenário**. Rio de Janeiro: Casa 12, 2013.

KUHLMANN, M. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

MACIEL, Francisco Ramon de Matos. "Sedentas de sangue": ações em massa de mulheres retirantes no Rio Grande do Norte (1877-1879). **Anpuh: História e Democracia**, Natal, p.1-12, 2017.

MAGALHÃES, A.R. **Secas no Brasil**: política e gestão proativas. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos- CGEE; Banco Mundial, 2016.

MACHADO, Maria Cristina Gomes; CARVALHO, Carlos Henrique de. O legado do Manifesto de 1932 à educação brasileira: os desafios persistem. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 51, n. 37, p. 175-194, jan./abr. 2015.

MANFREDI, S.M. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez 2002.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Livro 1, v. 1. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996.

MAZÊO, Priscila Silva. **O Missionário e intelectual da educação Robert Reid Kalley (1855-1876)**'. Mestrado em educação Instituição de Ensino: UNIT, Aracaju Biblioteca Depositária: UNIT. 2012.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza, **Metodologia qualitativa de pesquisa**. In: Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004.

MARTINS, Ana Luiza; DE LUCA, Tania Regina (orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARIZ, Marlene da Silva; SUASSUNA, Luiz Eduardo Brandão. **História do Rio Grande do Norte**. 2 ed. Natal: Sebo Vermelho, 2005.

MEDEIROS, Jerferson Joyly dos Santos. **Nação, escrita e América Latina: Manoel Bomfim**'. Mestrado em história Instituição de Ensino: UFPE, Recife Biblioteca Depositária: Biblioteca Central da UFPE. 2015.

MEDEIROS FILHO, Olavo. **Os holandeses na capitania do Rio Grande**. Natal: Instituto Histórico e Geográfico do RN, 1998.

MELO, Veríssimo. **Calendário cultural e Histórico do Rio Grande do Norte**. Natal: CERN/Conselho estadual de cultura, 1976.

MELO, Manoel Rodrigues de. **Dicionário da Imprensa no Rio Grande do Norte (1909-1987)**. São Paulo: Cortez Editora; Natal: Fundação José Augusto, 1987.

MELO, Rosana Karla Bezerra de. **A ORDEM: jornal, agente cultural e estrutura ideológica no Rio Grande do Norte (janeiro a março de 1964)**. 2002. 55 f. Monografia (Especialização) - Curso de História, Nehad, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Ensino Agrícola e Influência Norte-Americana no Brasil (1945-1961). Revista Tempo, São Paulo, p.139-165, fev. 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 7. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. Isabel Gondim: Uma Vida pela educação. Revista de História da Educação, Natal, p.1-17, 2000. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt_02_23.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2018.

MORAIS, Patrícia Wanessa de. **As Colunas da Ordem: Imprensa, identidade e atuação política da Igreja Católica Norte-Riograndense (1935-1936)**. 2017. 172 f. Mestrado em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017.

MONTEIRO, H. de M. **Revolta do quebra-quilos**. São Paulo: Ática, 1997.

MOREIRA, Renato Heitor Santoro. Indiciarismo e História Oral: ferramentas metodológicas interdisciplinares entre a História e o Jornalismo. **Intercom: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**, Vitória, p.1-16, maio 2010.

MOURA, Dante Henrique. **Educação Profissional: desafios teóricos e metodológicos e políticas públicas**. 1. ed. Natal, IFRN. 2016.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. São Paulo: EPU; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Material Escolar, 2009.

NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. In. **História Geral da Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil; Tomo 3; Volume 2; 7. ed; 2004.

NETO, Paulo Macedo Garcia. O Judiciário no crepúsculo do Império (1871-1889). In: LOPES, José Reinaldo de Lima (org.). **O Supremo Tribunal de Justiça do Império: (1828-1889)**. São Paulo: Saraiva, 2010. (Coleção direito, desenvolvimento e justiça. Série Produção Científica).

NÓVOA, António. A imprensa de Educação e Ensino: concepção e organização do Repertório Português. In: CATANI, Denise Bárbara; BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs.). **Educação em Revista: a imprensa pedagógica e a História da Educação**. São Paulo: Escrituras, 2002.

NOGUEIRA, Octaciano. **Constituições brasileiras: 1824**. Brasília: Senado Federal e Ministério da Ciência e Tecnologia, 2001.

O BRADO CONSERVADOR: FÔLDER SOCIAL E MORAL. Assú, 5 jan. 1877.

O BRADO CONSERVADOR: FÔLDER SOCIAL E MORAL. Assú, 5 jan. 1877.

O BRADO CONSERVADOR: FÔLDER SOCIAL E MORAL. Assú, 2 jun. 1877.

O BRADO CONSERVADOR: FÔLDER SOCIAL E MORAL. Assú, 30 jul. 1878.

O BRADO FEDERAL: Rio Grande do Norte. Assú, 15 abr. 1890. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=819824>>. Acesso em: 17 set. 2019.

O MACAUENSE: ÓRGÃO DE INTERESSE SOCIAL. Macau, 20 set. 1886.

O MACAUENSE: ÓRGÃO DE INTERESSE SOCIAL. Macau, 2 out. 1886.

O MACAUENSE: ÓRGÃO DE INTERESSE SOCIAL. Macau, 17 maio. 1887.

O MACAUENSE: ÓRGÃO DE INTERESSE SOCIAL. Macau, 16 jul. 1888.

O MACAUENSE: ÓRGÃO DE INTERESSE SOCIAL. Macau, 6 abr. 1889.

ONLINE, Dicionário. **Definição de Micro Física do Poder**. 2000. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/microfisica/>>. Acesso em: 5 abr. 2019.

ONLINE, Dicionário. **Definição de Micro-História**. 2000. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/microhistória/>>. Acesso em: 5 abr. 2019.

PALLARES-BURKE, Maria Lucia G. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. **Caderno de Pesquisa**, São Luís: UFMA, n. 104, p. 144-161, jul. 1998.

PAIVA, Maria Joyce. Modos de Argumentação do Discurso em Cartas de Leitores do Século XIX. **Humanidades**, Natal, v. 19, p.1-10, 30 jun. 2011.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da história: mulheres, operários e prisioneiros**. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

PETRI, R. **Psicanálise e educação no tratamento da psicose infantil: quatro experiências institucionais**. São Paulo: Annablume, 2003.

PIMENTEL, Edna F.; MONTENEGRO, Zilda M. C. Aproximações do Paradigma Indiciário com o pensamento freiriano: uma construção possível? **Práxis Educacional**, Vitória da Consquista, n. 3, p.181-194.2007.

PINSK, Carla Bassanezi. **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2005.

PROST, Antoine. **Doze Lições sobre a História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

REBOUÇAS, José de P. **A sobrevivência da crônica no jornal impresso de Mossoró/RN**. UERN, Mossoró, 2013.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE: FUNDADO EM 29 DE MARÇO DE 1902. Natal: Ihgrn, v. 4, n. 2, jul. 1904.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE: FUNDADO EM 29 DE MARÇO DE 1902. Natal: Ihgrn, v. 4, n. 7, jul. 1906.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE: FUNDADO EM 29 DE MARÇO DE 1902. Natal: Ihgrn, v. 6, n. 4, jan. 1908.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE: FUNDADO EM 29 DE MARÇO DE 1902. Natal: Ihgrn, v. 9, n. 1, jan. 1911.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE: FUNDADO EM 29 DE MARÇO DE 1902. Natal: Ihgrn, v. 18, n. 1, jan. 1919.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE: FUNDADO EM 29 DE MARÇO DE 1902. Natal: Ihgrn, v. 18, n. 2, jan. 1919.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE: FUNDADO EM 29 DE MARÇO DE 1902. Natal: Ihgrn, v. 19, n. 1, jan. 1920.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE: FUNDADO EM 29 DE MARÇO DE 1902. Natal: Ihgrn, v. 19, n. 1, jan. 1922.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE: FUNDADO EM 29 DE MARÇO DE 1902. Natal: Ihgrn, v. 20, n. 1, jan. 1923.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE: Fundado em 29 de Março de 1902. Natal: Ihgrn, v. 23, n. 1, jan. 1926.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE: Fundado em 29 de Março de 1902. Natal: Ihgrn, v. 3, n. 2, jan. 1935-1940.

REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO GRANDE DO NORTE: Fundado em 29 de Março de 1902. Natal: Ihgrn, v. 41, n. 3, jan. 1944-1947.

REVEL, Jacques. **Jogos de Escala: a experiência da microanálise.** Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

REVEL, Jacques (org.). *Giochi di scala: la microstoria alla prova dell'esperienza.* Roma: Viella, 2006.

REIS, J. R. F. **Higiene mental e Eugenia:** o projeto de "regeneração nacional" da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-1930). Dissertação de mestrado, Universidade de Campinas, Campinas, 1994.

RIO GRANDE DO NORTE. ANTÔNIO JOSÉ DE MELO E SOUSA. . **Biografia de Antônio José de Melo e Sousa.** 2007. Disponível em: <Disponível em <http://www.editora.cepe.com.br/autor/polycarpo-feitosa>>. Acesso em: 25 out. 2019.

RIO GRANDE DO NORTE. LABIM. **Definição Labim.** 2011. Disponível em: <Disponível em <http://www.bczm.ufrn.br/jornais/>, Acesso em 29/06/2019.>. Acesso em: 25 out. 2019.

RIO GRANDE DO NORTE. EDOARDO GRENDI. (Ed.). **Biografia de Edoardo Grendi.** 2009. Disponível em: <Disponível <https://www.einaudi.it/autori/edoardo-grendi/2046/>. Acesso em 08/07/2019.>. Acesso em: 25 out. 2019.

RIO GRANDE DO NORTE. FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - CPDOC. . **Biografia de Pedro Velho.** 2015. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/Velho,%20Pedro.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2019.

RIO GRANDE DO NORTE. PREFEITURA DE NATAL. . **Biografia de Antonio Soares de Macêdo.** Disponível em: <<http://blogdofernandocaldas.blogspot.com/2016/10/antonio-soares-de-macedo-governou-o.html>>. Acesso em: 02 ago. 2019.

RIO GRANDE DO NORTE. IHGRN. **Definição de Instituto Histórico Geográfico.** 2000. Disponível em: <Disponível em <http://ihgrn.org.br/>>. Acesso em: 30 set. 2019.

RIO GRANDE DO SUL. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. . **Teoria da Leitura.** Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/textecc/traducao/teorias/>>. Acesso em: 25 out. 2019.

RIBEIRO, Maria Luíza Santos. **História da Educação Brasileira.** 3. ed. São Paulo: Moraes, 1981.

RIBEIRO, Arnor da Silva. **Mundos de Silvino Jacques: terra, banditismo rural, poder e sociedade na Fronteira Oeste do Brasil (1929-1939)**. (Dissertação de Mestrado em História) São Paulo, 2011.

RODRIGUES, Márcia (org.). **Exercícios de Indiciarismo**. Vitória: Programa de História Social das Relações Políticas da UFES, 2006. (Coleção Rumos da História).

SANTOS, João Marcos Leitão. Religião e Educação: Contribuição Protestante na Educação Brasileira. **Tópicos Educacionais**, Recife, v. 17, p.113-151, 2007.

SANTOS, Paulo Pereira dos. **Evolução Econômica do Rio Grande do Norte (do século XVI ao século XX)**. Natal: Clima, 1994.

SANTOS, Elaine Maria. O Inglês nos Jornais Oitocentistas: A Escola (1877-1878). **Revista de Estudos de Cultura**, Sergipe, n. 8, p.73-80, maio 2017. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/revec/article/view/7242>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

SANTOS, Theobaldo Miranda. **Noções de história da educação: para uso das escolas normais, institutos de educação e faculdades de filosofia**. 13. ed. São Paulo: Nacional, 1970.

SANTOS, Ana Luzia. **Educação na Imprensa Católica: as representações do jornal A Defesa sobre a formação da juventude (1961-1969)**. 200f. Mestrado em educação Instituição de Ensino: UFSE, São Cristóvão Biblioteca Depositária: BICEN/UFSE. 2006.

SAVIANI, Dermeval. Desenvolvimento das ideias pedagógicas leigas: ecletismo, liberalismo e positivismo -1827-1932. In:_. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SILVA, Maria da Guia de Sousa. **Escola para os filhos dos outros: trajetória histórica da Escola Industrial de Natal (1942-1968)**. 2012. 225f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Natal, 2012.

SILVA, Karla Katielle Oliveira da. **O Ensino profissional do Rio Grande do Norte: indícios da ação do estado de 1908 a 1957**. Mestrado em Educação Profissional. Memória/IFRN, Natal; 2017.

SILVA, Maria Lúcia Marques Cruz e. **Revista Litteraria do Gabinete de Leitura de Maroim (1890-1891): subsídios para a história dos impressos em Sergipe**.190f. Mestrado em educação Instituição de Ensino: UFSE, São Cristóvão Biblioteca Depositária: BICEN/UFSE. 2006.

SILVA, Lorena Teixeira da; COSTA, Ana Maria Raiol da; ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. Educação Marxista: Uma nova Didática para a educação profissional. **Revista Marupiára**, Belém, p.1-11, 2015.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **O regionalismo nordestino: existência e consciência da desigualdade regional**. Fac-similar. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009.

SILVA, Andréia Cristina Lopes Frazão da. Uma proposta de Leitura Histórica de Fontes Textuais em Pesquisas Qualitativas. *Revista Signum*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p.131-153, 2015.

SMITH, Adam. **A mão invisível**. Trad. Paulo Geiger. São Paulo: *Penguin Classics* Cia. das Letras, 2013.

SPINELLI, José Antônio. **Getúlio Vargas e a Oligarquia potiguar: 1930-1935**. Natal: EDUFRN, 2010.

SOBRAL, Francisco José Montório. **A formação do técnico em agropecuária no contexto da agricultura familiar do oeste catarinense**. Campinas-SP: UNICAMP, 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, 2005.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4.ed. Rio de Janeiro, Mauad, 1999.

SFORNI, Marta Sueli de Faria. **A Feminização do corpo docente na democratização do ensino no século XIX**. 1996. 181 f. Mestrado em Educação – Universidade Estadual de Maringá, 1996.

SOUZA Itamar de. **A república Velha no Rio Grande do Norte (1889 - 1930)**. Natal: Centro Gráfico do Senado Federal Brasília - DF, 1989, 270f. Edição comemorativa do Primeiro centenário da proclamação da República do Brasil.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Tempos de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo, SP, Fundação Editora da Universidade Estadual Paulista, 1998.

SÜSSEKIND, Flora. **Tal Brasil, qual romance?** Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**, porque as notícias são como são. v.1. 2. ed. Florianópolis: Insular. 2005.

TEIXEIRA, A. S. **Educação é um Direito**. São Paulo, Companhia Editora Nacional. 1968.

TRINDADE, Sérgio Luiz Bezerra. **História do Rio Grande do Norte**. Natal: Editora do IFRN, 2010.

APÊNDICE A – TRANSCRIÇÕES DOS JORNAIS E DAS REVISTAS

Transcrição do autor Figura 6, do Jornal o Brado Conservador - “Entre as ideias que modernamente se agitam no interesse do aperfeiçoamento moral e material da humanidade uma avulta e leva a primazia a todas as outras pela elevação de seus fins e grandeza de seus efeitos e a instrução pública”.

Transcrição feita pelo autor, Figura 7, Jornal o Brado Conservador “ Quer abrir escolas é fechar cadeias, que despender centenas com a educação pública, é aumentar de milhões o produto nacional das indústrias, das artes e das ciências, que instruir a cabeça do menino é dispensar a necessidade de cortar a do adulto, são verdade simples e hoje confusas, verdade que atingem diretamente da religião universal”.

Transcrição da Figura 8, Jornal o Brado Conservador “Atenta ao governo, e atenta do Senhor diretor geral de Instrução pública do Estado em que nós achamos e a quem está confiada a educação literária da mocidade Assuense”.

Transcrição Figura 9, Jornal o Brado Conservador “ O Assú, via nele um esposo exemplar, e como por caso ninguém contra foi revelado, criando seus filhos na doutrina do Evangelho, e dando-lhes aquela educação intelectual compatível com as suas forças”.

Transcrição da Figura 10, jornal o Macauense, “Completamente alheio à política e as intrigas tão prejudiciais sempre ao engrandecimento e a tranquilidade dos macauenses em nosso fraco entender, um jornal simples, com leitura fácil de compreender e como órgão de interesse social curando com especial cuidado da educação e civilização do povo, já por seus artigos de fundo, já por transcrições seletas e muitíssimos artigos”.

Transcrição Figura 11, Jornal o Macauense, “ Creio que é desnecessário afirmar a importância de uma semelhantemente empresa, que por certo muito contribuiu para o adiantamento dessa capital da província especialmente tocante aos costumes e a educação do povo”.

Transcrição Figura 12, Jornal o Macauense, “ Novo regulamento, foi publicado e distribuído o novo regulamento da Instrução pública desta província”.

Transcrição Figura 13, Jornal o Macauense “ Colégio Normal, o nosso talentoso provinciano José Leão Ferreira Solto, acaba de estabelecer na corte do Rio de Janeiro um importante colégio que denominados acima, sendo ele próprio o diretor, cercado de bons e ilustres professores”.

Transcrição Figura 14, Jornal o Macauense “ Embarcou em sua companhia a menina Elima filha do nosso colega de redação Professor Elias Souto, que em Natal vai dar a princípio a sua educação e primeiros estudos”.

Transcrição Figura 15, jornal a República “O caso Humbert catani, jame Glaisher, a tiara do jubileu, o jubileu do papa, a educação esportiva da mulher”.

Transcrição, Figura 16, jornal a República, “Em viagem da propaganda dessa humanitária instituição, veio, há dias da capital federal o nosso patricio Francisco Pedro Barbosa, aluno do Instituto Benjamim Constant, destinado à educação e ensino dos cegos”.

Transcrição da Figura 17, revista do IHGRN, “ Voltando da Bahia, ao que parece, em 1604, depois da destruição dos quilombos do rio Itapicurú, em que, como se disse, tomou parte e se distinguiu, é de presumir que o jovem Poty se tivesse recolhido a sua aldeia no igapó, no Rio Grande, onde começou a receber a educação que lhe ministravam, em missões os padres da companhia de Jesus”.

Transcrição da Figura 18, revistas do IHGRN “A obra de Miguelinho à causa emancipadora foi mais que um trabalho de propaganda, porque foi um serviço consciente de educação moral e cívica, semente produtiva atirada por mão e carinho na alma incorruptíveis dos moços”.

Transcrição da Figura 23, revistas do IHGRN “ Agricultura e a meteorologia, relatório do Major Euclides Moura volume 3, sobre a exposição internacional de Higiene e educação em Londres”.

Transcrição, da Figura 30, do Jornal a Ordem “ Também foi rejeitada a emenda que distribuía parte do fundo de educação com aos alunos necessitados no fornecimento de material escolar, bolsa de estudo assistência alimentar”.

Transcrição da Figura 31, do Jornal “A ordem”, “Foi talvez diante desta mesma dificuldade que ao se organizar o ensino agrícola em 1910, criou-se nos aprendizados agrícolas, um curso de adaptação de três anos, onde o candidato ingressava aos 11 anos, afim de ser conveniente preparado para o curso geral. Seria tal inovação possível e adaptável as escolas médias de agricultura? Se tais escolas médias encontram, na falta de instrução primária um obstáculo

sério, muito mais ainda se quisermos adotar as escolas práticas de agricultura, que exigem exames de admissão e quatros anos de curso. Diante disso, o mais simples seriam as fazendas modelo não só para o ensino como também para servir de trator de transformação inteligente da riqueza agrícola de cada estado”.

Transcrição Figura 32, jornal a Ordem, “ A exemplo do que fez a conferência da vida rural católica dos Estados Unidos, estamos dispostos a uma colaboração com o Ministério da Agricultura, nas paróquias rurais, prestigiando e apoiando seus departamentos de serviço público, no seu levar de homens da lavoura a defesa da instrução, a assistência social, a difusão do cooperativismo, o crédito, o emprego da mecanização agrícola a implantação do ensino profissional agrícola”.

Transcrição da Figura 33, do Jornal a Ordem “ A referida comissão pensará especial atenção aos pontos que tratarem do ingresso do professor na classe inicial de carreira, direito de efetividade, promoções e transferências, reconhecimentos de diplomas concebidos por outros Estados, criação de classes de adjuntos, preferência a nomeação de normalistas que obtiverem melhor classificação final no curso e redução parcial na contagem de licenças comuns no tempo de serviço. A mesma comissão irá cobrir-se igualmente de apresentar ao Governo sugestões para a organização do ensino profissional masculino e feminino do Estado”.

ANEXOS



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
RIO GRANDE DO NORTE

Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional - PPGEF
DECLARAÇÃO DE CORREÇÃO GRAMATICAL

DECLARO para os devidos fins que se fizerem necessários que realizei a correção gramatical do Trabalho de Conclusão de Curso Pós-Graduação intitulado: Leituras Históricas acerca da educação profissional na Imprensa do Rio Grande do Norte (1877-1947), realizado pelo acadêmico: Helio Teodoro de Melo Filho, da Universidade: Instituto Federal de Educação, ciência e tecnologia do Rio Grande do Norte.

Por ser verdade, firmo a presente em duas vias de igual teor.

Natal - RN, 23 de outubro de 2019.

Anderson Medeiros de Lira Medeiros

Professor (a):

Graduado (a) em: Letras - língua Portuguesa

Especialista em:

Recibo

Nº

R\$

500,00

Receb. do(s) Sr.(s) Helio Teodoro de Melo FilhoEndereço Alameda das Mouraõs, Condomínio Bairro Latino

a importância supra de R\$

Seiscentos Reaisreferente correção gramatical da dissertação de
mestrado do PPGEP

pelo que para maior clareza firm _____ o presente.

EMITENTE <u>Anderson Norberto de L. Medeiros</u>	OBSERVAÇÕES
ENDEREÇO <u>R. Poeta Paroiz, 19, Bom Pastor</u>	
CNPJ/CPF/FG <u>029.371.624-28</u>	
LOCAL E DATA <u>23/10/2019</u>	ASSINATURA 

Recibo

Nº

R\$

600,00

Receb. do(s) Sr.(s) Helio Teodoro de Melo FilhoEndereço Alameda das Mouraõs, Condomínio Bairro Latino

a importância supra de R\$

Seiscentos Reaisreferente correção gramatical da dissertação de
mestrado do PPGEP

pelo que para maior clareza firm _____ o presente.

EMITENTE <u>Anderson Norberto de L. Medeiros</u>	OBSERVAÇÕES
ENDEREÇO <u>R. Poeta Paroiz, 19, Bom Pastor</u>	
CNPJ/CPF/FG <u>029.371.624-28</u>	
LOCAL E DATA <u>23/10/2019</u>	ASSINATURA 